

REVISTA FEMA

Gestão & Controladoria

Revista de Publicação Científica



- A ELABORAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA SIMPLIFICADA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA UMA EMPRESA DE VESTUÁRIO
- APURAÇÃO DE CUSTOS EM UMA MICROEMPRESA DO RAMO METALÚRGICO
- PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS, UMA ABORDAGEM CENTRADA EM EAC – EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM COMBINADA: O CASO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO NOROESTE GAÚCHO
- MERCADO FINANCEIRO: UM ESTUDO SOBRE AS OPÇÕES DE INVESTIMENTO PARA PESSOA FÍSICA
- VIABILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE HOLDING COM O PROJETO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

REVISTA FEMA GESTÃO E CONTROLADORIA CORPO EDITORIAL

COMISSÃO EDITORIAL

Prof.^a Ma. Mariel da Silva Haubert
Prof.^a Me. Anderson Pinceta
Prof. Me. João Antonio Cervi
Prof. Me. Marcos Rogério Rodrigues
Prof. Me. Nedisson Luis Gessi
Prof. Me. Denise Felber Chaves

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adriano Mendonça Souza – UFSM/BR
Prof. Dr. Francisco José Ferreira Silva – UAC/PT
Prof. Dr. João Guilherme Casagrande – URI/BR
Prof. Dr. Mário Luiz Evangelista – UFSM/BR
Prof. Dr. Rodolfo Miranda de Barros – UEL/BR
Prof. Dr. Rudimar Antunes da Rocha – UFSC/BR
Prof.^a Dr.^a Lílíana María Dieckow – UGD/AR
Prof.^a Dr.^a Marlei Salete Mecca – UCS/BR

PARECERISTAS

Prof. Ms. José Noronha Rodrigues – UAC/PT
Prof. Ms. Marcelo Blume – UNIJUI/BR
Prof. Ms. Nery A. D. Franco – URI/BR

COORDENAÇÃO

Prof.^a Me. Anderson Pinceta
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis, Administração e Gestão de Recursos Humanos
Prof. Me. Denise Felber Chaves
Coordenadora do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Prof.^a Dra. Mariel da Silva Haubert
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão - NPPGE

ARTE E DIAGRAMAÇÃO DA CAPA

Guilherme Bonnes
Eliane Rodrigues

EDITORAÇÃO

Prof.^a Dra. Mariel da Silva Haubert
Supervisora

APOIO TÉCNICO

Prof.^o Me. Denise Felber Chaves

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Assessoria de Imprensa

R454 Revista FEMA Gestão & Controladoria: revista de publicação científica./Faculdades Integradas Machado de Assis. – Santa Rosa, Ano 11, n. 2, Jul./Dez. 2021.

ISSN: 2236-8698

Publicação Semestral

1. Administração. 2. Controladoria. 3. Artigos Acadêmicos.

I. Faculdades Integradas Machado de Assis

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....04

A ELABORAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA SIMPLIFICADA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA UMA EMPRESA DE VESTUÁRIO.....06

Franciele Thaisa Argolo

Adelino Pedro Wisniewski

APURAÇÃO DE CUSTOS EM UMA MICROEMPRESA DO RAMO METALÚRGICO.....35

Paula Ketlin Lesse de Borba

Luigi Antônio Farias Lazzaretti

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS, UMA ABORDAGEM CENTRADA EM EAC – EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM COMBINADA: O CASO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO NOROESTE GAÚCHO.....68

José Romeu Marconcine

Nedisson Luis Gessi

MERCADO FINANCEIRO: UM ESTUDO SOBRE AS OPÇÕES DE INVESTIMENTO PARA PESSOA FÍSICA.....96

Charles da Rosa Lino

Guilherme Ricardo Riffel

Marcos Rogério Rodrigues

VIABILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE HOLDING COM O PROJETO DA REFORMA TRIBUTÁRIA.....129

Michelle Bönmann

Fabiana Leske Schreiner

APRESENTAÇÃO

O Núcleo de Pesquisa, de Pós-Graduação e de Extensão – NPPGE apresenta a edição eletrônica da Revista FEMa Gestão e Controladoria – Ano 11, n. 2 -, das Faculdades Integradas Machado de Assis, compartilhando com seus leitores cinco contribuições relativas a pesquisas científicas realizadas em âmbito de Graduação e Pós-Graduação.

Os artigos resultantes de relatórios investigativos preconizam os eixos temáticos presentes no Projeto Pedagógico Institucional – PDI/FEMa, direcionando-se, principalmente, à educação e às políticas sociais, ao desenvolvimento regional sustentável, à gestão e ao desenvolvimento das organizações, além da gestão da tecnologia da informação e da inovação tecnológica.

O artigo *A Elaboração de Fluxo de Caixa Simplificada como Ferramenta de Gestão para uma Empresa de Vestuário*, de Franciele Thaisa Argolo e Adelino Pedro Wisniewski apresenta elementos que auxiliam de maneira simplificada a contabilidade gerencial, que visam estabelecer uma análise mais ampla de uma empresa MEI, com relação ao seu fluxo de caixa. O tema abordado refere-se ao desenvolvimento e a elaboração de fluxo de caixa simplificada como ferramenta de gestão para uma empresa de vestuário, com o intuito de caracterizar os resultados do fluxo de dinheiro, além de demonstrar o desempenho do patrimônio da empresa.

Na sequência, apresenta-se o artigo *Apuração de Custos em uma Microempresa do Ramo metalúrgico*, escrito por Paula Ketlin Lesse de Borba e Luigi Antônio Farias Lazzaretti. O presente estudo volta-se para a apuração de custos em uma microempresa do ramo metalúrgico, situada da cidade de Independência, Estado do Rio Grande do Sul, tendo como análise o período de janeiro a setembro de 2021.

O terceiro texto intitulado *Práticas Pedagógicas Inovadoras, uma Abordagem Centrada em EAC – Experiência de Aprendizagem Combinada: o caso de uma instituição de ensino superior do noroeste gaúcho* de José Romeu Marconcine e Nedisson Luis Gessi, apresenta estudo alinhado com as Práticas Pedagógicas Inovadoras com uma abordagem do EAC - Experiência de Aprendizagem Combinada,

tendo como objetivo verificar como a EAC integrada com as metodologias ativas impacta na melhoria dos resultados no processo de ensino-aprendizagem no Ensino Superior. O presente estudo assume uma perspectiva metodológica alicerçada na pesquisa exploratória, descritiva e aplicada.

Na sequência, tem-se o artigo *Mercado Financeiro: um estudo sobre as opções de investimento para pessoa física*, escrito por Charles da Rosa Lino, Guilherme Ricardo Riffel e Marcos Rogério Rodrigues. Este trabalho visa contribuir com investidores, pessoa física, trazendo vários tipos de informações sobre aplicações financeiras em renda fixa e renda variável. Na pesquisa, foram simulados investimentos em poupança, CDB/RDB, LCI, LCA e ação da PETR4, onde se demonstrou a rentabilidade real de cada investimento.

O texto *Viabilidade de Implementação de Holding com o Projeto da Reforma Tributária*, escrito por Michelle Bönmann e Fabiana Leske Schreiner, tem por tema o estudo acerca da Viabilidade de Implementação de Holding com a Proposta da Reforma Tributária. O presente artigo busca responder em que medida é viável implementar a holding com a aprovação da proposta da reforma tributária, pois acredita-se que os benefícios que influenciam a implementação da holding poderão se perder com a aprovação do projeto de lei que trata a reforma tributária.

Assim, a Revista FEMA Gestão e Controladoria dispõe-se a apresentar discussões interessantes para a produção do conhecimento acadêmico, no sentido de propor leituras atinentes à contemporaneidade, estreitando os laços entre ensino, pesquisa e extensão, em uma prática inter e transdisciplinar de estudos científicos.

Prof.^a Dra. Mariel da Silva Haubert
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão
NPPGE/FEMA

A ELABORAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA SIMPLIFICADA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA UMA EMPRESA DE VESTUÁRIO

Franciele Thaisa Argolo¹
Adelino Pedro Wisniewski²

RESUMO

Atualmente o comércio se encontra cada dia mais exigente e competitivo, tornando imprescindível que pequenas empresas de um modo geral, se mantenham atualizadas tanto para questões relacionadas a marketing, custos, quanto às de ordem financeira, para chegar aos resultados desejados. Este trabalho apresenta elementos que auxiliam de maneira simplificada a contabilidade gerencial, que visam estabelecer uma análise mais ampla de uma empresa MEI, com relação ao seu fluxo de caixa. O tema abordado refere-se ao desenvolvimento e a elaboração de fluxo de caixa simplificada como ferramenta de gestão para uma empresa de vestuário, com o intuito de caracterizar os resultados do fluxo de dinheiro, além de demonstrar o desempenho do patrimônio da empresa. Para a elaboração deste, foi feito um estudo de caso, de natureza teórica aplicada, sobre as abordagens quantitativas e qualitativas, de forma exploratória e descritiva, em uma empresa localizada na cidade de Santa Rosa, no noroeste do estado, no ano de 2021. O trabalho traz como problema, analisar a aplicabilidade desse controle, e apontar o quanto é importante para os administradores poderem contar com informações fidedignas e adequadamente estruturadas para oportunizar a ter uma análise do seu fluxo de caixa, obtendo um melhor planejamento em busca de um melhor retorno financeiro. O estudo proposto demonstra-se relevante para o meio acadêmico, pois proporciona a conciliação da teoria dos bancos acadêmicos, com a prática, além de auxiliar a empresa, correlacionando todas as entradas e saídas de caixa, gerando uma visão sistêmica, influenciando nas suas tomadas de decisões futuras.

Palavras-chave: Fluxo de Caixa – Análise – Gestão – Planejamento.

ABSTRACT

Today, commerce is increasingly demanding and competitive, making it essential that small businesses in general, keep up to date both on issues related to marketing, costs, as well as those of a financial nature, in order to achieve the desired results. This

¹ Acadêmico do Curso de Bacharel em Ciência Contábeis - 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. francylethaisa02@gmail.com

² Especialista Administração Pública, Especialista em Gestão de Cidades. Bacharel em Ciências Contábeis. Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. adepedrow@bol.com.br

work presents elements that help in a simplified way the management accounting, which aim to establish a broader analysis of a MEI company, in relation to its cash flow. The topic addressed refers to the development and preparation of simplified cash flow as a management tool for a clothing company, in order to characterize the results of the cash flow, in addition to demonstrating the performance of the company's equity. For the elaboration of this, a case study was carried out, of an applied theoretical nature, on the quantitative and qualitative approaches, in an exploratory and descriptive way, in a company located in the city of Santa Rosa, in the northwest of the state, in the year 2021. The work brings as a problem to analyze the applicability of this control, and point out how important it is for administrators to be able to count on reliable and properly structured information to provide an opportunity to have an analysis of their cash flow, obtaining better planning in search of a better financial feedback. The proposed study proves to be relevant for the academic environment, as it provides the reconciliation of academic banking theory with practice, in addition to helping the company, correlating all cash inflows and outflows, generating a systemic view, influencing its takings. of future decisions.

Keywords: Cash Flow – Analysis – Management – Planning.

INTRODUÇÃO

No ramo da contabilidade existem várias demonstrações financeiras que desenvolvem um papel de suma importância em uma organização, pois elas facilitam que o empresário obtenha em mãos um amplo conhecimento sobre a real situação de sua empresa, demonstrando se os recursos investidos estão sendo investidos devidamente em negócios que irão trazer a empresa os resultados desejados, além de proporcionar uma visão ampliada para suas tomadas de decisões com relação ao seu patrimônio.

Levando em consideração que o mercado de comércio de vestuário se encontra cada dia mais competitivo, o presente trabalho levanta como questão central deste estudo, o quanto é importante para pequenos empresários do comércio, como as MEIs, que possuem uma empresa de vestuário, ter um controle de fluxo de caixa adequado, resultando em uma visão gerencial mais adequada a atualidade.

A demonstração de fluxo de caixa tem um papel muito importante no setor empresarial, pois ela demonstra todas as entradas e saídas do caixa, assim caracterizando os resultados do fluxo de dinheiro, além de possuir uma visão sistêmica

sobre o desempenho e patrimônio da empresa. O assunto abordado neste trabalho será o uso de uma elaboração de fluxo de caixa simplificada como ferramenta gerencial para uma empresa enquadrada como Microempreendedor Individual – MEI, no ramo de vestuário, da cidade de Santa Rosa, no Estado do Rio Grande do Sul, no decorrer dos meses de janeiro a julho do ano de 2021, em busca de lhe apontar a importância desta demonstração.

Em busca de uma maior visibilidade do negócio, o objetivo geral da pesquisa é analisar a aplicabilidade de um controle do fluxo de caixa de forma simplificada para as Microempresas individuais do comércio. Além disso, dispõe de alguns objetivos específicos como coletar informações do funcionamento da gestão da empresa, verificar quais são os seus custos e despesas e também apontar o retorno financeiro sobre a implantação de forma correta das demonstrações.

A pesquisa é de grande importância para qualquer empresa que visa obter lucros, independente da área de atuação. Neste caso, o presente trabalho, será de grande valia para a empresa estudada, pois irá correlacionar todas as entradas e saídas de caixa, auxiliando os gestores nas tomadas de decisões através da demonstração dos resultados de forma simplificada do fluxo de seu caixa. Além disso, esta pesquisa irá proporcionar ao autor a possibilidade de conciliar o que foi estudado na teoria, com a prática, e assim agregar um enorme conhecimento sobre o assunto, pelo qual possui um grande interesse.

Para auxiliar o gestor, será coletado e analisado dados da empresa, verificando quais são as entradas e saídas de caixa, com o objetivo de apontar ao gestor, uma maneira de visualizar melhor os resultados de sua empresa. Em contraponto, esta pesquisa fornece ao acadêmico o aperfeiçoamento de seus aprendizados na prática, além de agregar maiores conhecimentos científicos, pois baseou-se em autores que compõem um enorme conhecimento na área, como por exemplo Chiavenato, Ribeiro, Crepaldi e Padoveze, que relatam assuntos sobre fluxo de caixa, contabilidade gerencial, e contas a pagar e a receber, que são os principais pontos deste trabalho.

Entretanto, como este trabalho tem como objetivo demonstrar ao gestor a importância de ter um maior controle sobre o fluxo de caixa do seu caixa, para a sua

produção, utilizou-se categorização de natureza aplicada, elaborando primeiramente uma pesquisa exploratória, e utilizando tanto o método quantitativo como o qualitativo.

Ainda sobre os objetivos, são elaborados de maneira descritiva, com abordagem de estudo de caso, pois será abordado levantando informações da empresa com intuito de apontar as suas particularidades e variáveis semelhantes.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para a produção deste trabalho a acadêmica selecionou alguns tópicos, pertinentes ao tema abordado, com potencial de dar suporte para a pesquisa, e ainda auxiliar na resolução do problema apontado no trabalho. Sendo que o primeiro aborda alguns conceitos, que se relacionam com as ferramentas da contabilidade gerencial, e sua importância para as empresas. Já o segundo discorre sobre a demonstração do fluxo de caixa, como ela deve ser elaborada e quais as empresas que estão obrigadas a esta demonstração. E o terceiro contextualiza sobre as contas a pagar e a receber, seus conceitos e quais são os tipos de contas que fazem parte deste grupo.

1.1 FERRAMENTAS DA CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade é composta por várias ferramentas, que contribuem para o melhor funcionamento e gerenciamento de uma empresa, para iniciarmos este contexto é importante começarmos do início, e de acordo com Crepaldi e Crepaldi, a contabilidade, é uma das ciências mais antigas, e teve seus primeiros passos por volta de 4.000 a.C., na civilização sumério-babilônica, caracterizada como uma disciplina adulta, por causa da importância que davam as atividades mercantis, econômicas e culturais. Mas ela teve dificuldades para se desenvolver pelo fato de que as técnicas e informações contábeis eram mantidas em total sigilo pelos empreendedores, o que fazia com que não existisse a troca de ideias entre os profissionais. E a partir do desenvolvimento da sociedade comercial, a contabilidade foi considerada uma ferramenta importante para a sociedade. (CREPALDI; CREPALDI, 2019, p. 2).

Percebe-se que a contabilidade teve seu início pela necessidade de empreendedores obterem uma demonstração dos resultados das empresas, até por que a ideia central de uma empresa é obter lucros, e é nesse sentido que a contabilidade gerencial se faz presente, pois de acordo com Padoveze:

Entendemos que a Contabilidade Gerencial existe ou existirá se houver uma ação que faça com que ela exista. Uma entidade tem Contabilidade Gerencial se houver dentro dela pessoas que consigam traduzir os conceitos contábeis em atuação prática. Contabilidade Gerencial significa gerenciamento da informação contábil. Ora, gerenciamento é uma ação, não um existir. Contabilidade Gerencial significa o uso da contabilidade como instrumento da administração.

Se temos a Contabilidade, se temos a informação contábil, mas não a usamos no processo administrativo, no processo gerencial, então não existe gerenciamento contábil, não existe Contabilidade Gerencial. (PADOVEZE, 2010, p. 40).

Assim, entende-se que para existir a contabilidade gerencial é necessário que alguém que tenha um ótimo conhecimento sobre o assunto, e que possa desenvolvê-la, e sobre o objetivo da contabilidade gerencial Jiambalvo, afirma que, “é fornecer-lhes as informações necessárias para o planejamento, o controle e a tomada de decisão. Se o seu objetivo é ser um gerente eficiente, é essencial que você tenha um perfeito entendimento da contabilidade gerencial.” (JIAMBALVO, 2013, p. 3).

Para corroborar sobre o uso da ferramenta de contabilidade gerencial, Atrill e McLaney, dizem o seguinte:

Um ponto de partida útil para nossa discussão é reconhecer a função geral da contabilidade, que é a de ajudar as pessoas a tomarem decisões de negócios de forma embasada. Todas as formas de contabilidade, incluindo a gerencial, dizem respeito à coleta e análise de informações financeiras para depois transmiti-las àqueles que tomarão as decisões. (ATRILL; MCLANEY, 2014, p. 17).

Sendo assim, como ela se trata de uma contabilidade prerrogativa do contador, os relatórios gerenciais simplificados inspirados nas Demonstrações Contábeis, podem ser produzidos e elaborados pelos próprios gestores e ou administradores, pois segundo Crepaldi e Crepaldi:

O processo da contabilidade gerencial deverá ser obtido por meio do processamento da coleta de dados e informações que serão armazenadas e processadas no sistema de informações da empresa. Com a integração das informações obtidas nos vários departamentos, a contabilidade gerencial proporciona aos seus administradores informações que permitem avaliar o desempenho de atividades, de projetos e de produtos da empresa, bem como a sua situação econômico-financeira por meio da apresentação de informações claras e objetivas de acordo com a necessidade de cada usuário. (CREPALDI; CREPALDI, 2019, p. 3).

Assim nota-se que ela envolve um misto de informações, com foco em um único objetivo auxiliar na tomada de decisões, e para isso é necessário que se desenvolva um planejamento estratégico para que se tenha um caminho a seguir para realizar a busca dos objetivos que a empresa almeja, sobre o conceito de planejamento Coronado afirma que, “Por planejamento entende-se a predefinição da missão, construção e análise de cenários, fixação dos objetivos de longo prazo, estratégias, investimentos, faturamento e despesas.” (CORONADO, 2012, p. 22).

Percebe-se assim, que é necessário estabelecer um padrão de objetivos que se deseja alcançar, para assim criar um protocolo de meios a ser seguido, para que assim obtenha os resultados desejados, de acordo com Ludícibus, apresenta-se a seguir uma imagem que descreve um ciclo de informações gerenciais utilizado para efetuar um planejamento:

Ilustração 1: Contabilidade gerencial e o ciclo de informações gerenciais para planejamento.



Fonte: Ludícibus (2020, p. 345).

Percebe-se, que este ciclo foi dividido em quatro etapas, primeiro o planejamento, onde ele define quais os cenários que serão analisados e estabelece as metas desejadas, e quais as estratégias que serão utilizadas para atingir os resultados apontados. Outro ponto, é o orçamento, onde faz uma previsão dos resultados, a partir do desempenho operacional e financeiro da empresa, analisando as receitas e despesas. Próximo passo é o controle, este irá acompanhar os indicadores, para averiguar se as atividades estão sendo realizadas conforme haviam sido planejadas. E por fim, faz-se a análise dos desvios e correções comparando o que foi orçado com o que foi pago real, e assim como se trata de um ciclo começa-se um novo planejamento efetuando correções do que se deu errado.

Dentro de um planejamento gerencial, assim como a empresa precisa realizar um planejamento para conquistar os resultados que a empresa almeja, no início de cada ano é necessário que se planeje a forma que irá recolher seus impostos e contribuições, pois por lei no Brasil, existem três tipos de regimes de tributação, que deve ser escolhido de acordo com a quantidade de arrecadação e o tipo de negócio que a empresa realiza.

No caso do empresário Microempreendedor Individual – MEI, de acordo com a Lei complementar de nº 128, de 19 de dezembro de 2008, Art. 18-A, “poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo.” (BRASIL, 2008).

Para este empresário se enquadrar como Microempreendedor Individual, ele precisa ter alguns critérios, como citam Fabretti, Fabretti e Fabretti:

Poderá se enquadrar como MEI o empresário individual que exerce atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços, inclusive no âmbito rural que possua um único empregado que receba exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional. Porém, esse empresário não pode exercer atividades que não são beneficiadas pelo sistema do Simples Nacional. (FABRETTI; FABRETTI; FABRETTI, 2019, p. 74).

De acordo com Ribeiro e Pinto, existem algumas vantagens para estas empresas MEI, que se enquadram no simples nacional, como por exemplo a alíquota é mais favorável, e o recolhimento é feito de forma única através de um único documento denominado como “DAS”, incluindo impostos estaduais e municipais, o cálculo também é feito de maneira simplificada, e com valores fixadas em lei, incidentes apenas sobre a receita bruta mensal, e se necessário tem uma forma favorecida de parcelar seus débitos. Além disto, estas empresas podem realizar as suas movimentações financeiras e bancária apenas pelo livro caixa. (RIBEIRO; PINTO, 2014, p. 259).

Entretanto, para se enquadrar como empresa MEI, ainda existe também, um limite de faturamento anual que atualmente é de até 81.000,00 (oitenta e um mil reais), e assim ele poderá optar pelo simples nacional e de acordo com Valentina e Corrêa, será obrigado a contribuir para o INSS os valores de:

- 5% sobre o valor do salário mínimo, mais R\$ 1,00 de ICMS para o Estado (no caso de atividades de indústria, comércio e transportes de carga interestadual); e/ou
- R\$ 5,00 de ISS para o município (atividades de prestação de serviços e transportes municipal). (VALENTINA; CORRÊA, 2019, p. 15).

Sendo assim, percebe-se que para escolher a maneira correta de tributação, é necessário se ter um conhecimento amplo sobre o assunto, e que de preferência seja feita por um contador, para assim garantir que o empresário evite prejuízos financeiros desnecessários, que possam comprometer a saúde da empresa. Em questão de valores de arrecadação para o Microempreendedor individual que está legalizado, nota-se que não é um valor alto, e o fato de estar legalizado, traz inúmeros benefícios para o mesmo.

1.2 DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

A contabilidade é um campo bastante amplo, o qual possui vários tipos de relatórios de demonstrações, com diversas finalidades, algumas demonstrações são obrigatórias, outras opcionais, e de acordo com Ribeiro:

O objetivo das Demonstrações Contábeis é proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas.

As Demonstrações Contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração na gestão da entidade e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados. (RIBEIRO, 2018, p. 400).

Como algumas são obrigatórias e outras opcionais no caso de sociedades por ações, de acordo com a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, Art. 176, as demonstrações financeiras obrigatórias são as seguintes: o balanço patrimonial (BA), a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (DLPAc), a demonstração dos fluxos de caixa (DFC), e no caso de ser companhia de capital aberto, a demonstração do valor adicionado (DVA). (BRASIL, 1976).

Sendo assim, nota-se que está incluso a demonstração de fluxo de caixa (DFC), mas com a publicação da Lei nº 11.638/2007 em 28 de 2007, que complementa, dizendo que “A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.” (BRASIL, 2007).

Por se tratar de uma ferramenta contábil importantíssima, a demonstração de fluxo de caixa, é uma demonstração de grande valia para auxiliar nas tomadas de decisões de uma empresa, assim como aponta Marion:

Sem um fluxo de caixa projetado, a empresa não sabe antecipadamente quando precisará de um *financiamento* (e normalmente sai desesperada, quando seu Caixa estoura, fazendo as piores operações que existem: cheque especial, desconto de duplicatas...) ou quando terá, ainda que temporariamente, sobra de recursos para *aplicar* no mercado financeiro (ganhando juros, reduzindo o custo do capital de terceiros emprestado). Daí os insucessos financeiros. (MARION, 2018, p. 110).

Entretanto, mesmo sabendo da importância desta demonstração para as empresas, nota-se que o Microempreendedor Individual – MEI, não tem como obrigação realiza-la, pois, a mesma possui um limite de faturamento de oitenta e um mil reais. Mas em contrapartida, esta demonstração é de grande valia para todas as empresas, pois ela aponta detalhadamente todo o andamento dos recursos da empresa de um certo período, demonstrando quais foram as entradas e saídas de todo o dinheiro, e de acordo com Silva:

Fluxo de caixa é um instrumento de gestão financeira que projeta para períodos futuros todas as entradas e as saídas de recursos financeiros da empresa, indicando como será o saldo de caixa para o período projetado. O fluxo de caixa facilita a gestão de uma empresa no sentido de saber exatamente qual o valor a pagar com as obrigações assumidas, quais os valores a receber e qual será o saldo disponível naquele momento. Denomina-se saldo a diferença entre os recebimentos e os pagamentos. (SILVA, 2018, p. 39).

Assim como todos os relatórios contábeis, a demonstração de fluxo de caixa também possui uma maneira correta de ser apresentada, uma ordem específica para cada conta, lembrando que qualquer relatório que for produzido, necessita ser de maneira clara e objetiva, para facilitar o entendimento de todos.

Um dos métodos mais conhecidos para a elaboração é o método direto, e de acordo com Sande e Neiva, o Método direto deve ser utilizado, sempre que apresentar informações que devem ser divulgadas, com relação as classes principais de recebimento e pagamentos brutos das atividades. Estas informações podem ser obtidas através dos registros contábeis da empresa, ou pelos ajustes das vendas, ou pelos

custos de mercadorias e serviços, ou também pela demonstração de resultado, e por afim até mesmo pelos resultados abrangentes, como variações de estoque e nas contas a receber e a pagar, mesmo que não envolvam o caixa (SANDE; NEIVA, 2021).

Este método deve ser elaborado de maneira prática, e com muita clareza, evidenciando cada conta conforme sua classificação, para um melhor entendimento do gestor sobre a situação, assim como relatam Salotti et al.:

É denominado de método direto, pois apresenta relação DIRETA da informação que está sendo apresentada com o impacto no caixa. Em outras palavras, o valor recebido de clientes é o valor que entrou no caixa, o valor pago a fornecedores é o valor que saiu do caixa, e assim por diante. (SALOTTI et al., 2019, p. 358).

Neste método, as informações devem ser apresentadas separadamente, conforme cada classe de recebimentos e pagamentos, de acordo com Salotti et al. consta a seguir uma ilustração do modelo estruturado deste método:

Ilustração 2: Método direto

Demonstração dos Fluxos de Caixa	
<u>Método DIRETO</u>	
Atividades operacionais	
Recebimentos	
■	Recebimentos de clientes
(-) Pagamentos	
■	Pagamentos a fornecedores
■	Pagamentos a empregados
■	Pagamentos de impostos
Atividades de investimento	
■	Recebimentos ou pagamentos relacionados com o ativo não circulante
Atividades de financiamento	
■	Recebimentos ou pagamentos de credores e investidores
(=) Variação líquida de caixa	
(+)	Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa (conforme balanço inicial)
(-)	Saldo final de caixa e equivalentes de caixa (conforme balanço final)

Fonte: Salotti et al. (2019, p. 358).

A partir desta demonstração, pode-se perceber que este método é estruturado como o próprio nome diz, de forma direta, tendo como foco todos os pagamentos e recebimentos do período, permitindo assim, que o gestor possua uma melhor percepção diariamente do seu futuro, e se faltarem recursos de caixa ou não, e no caso de faltar, já ter um planejamento para a busca de novos recursos. Vale ainda ressaltar também, que em casos de sobras, já terá em suas mãos possibilidades de estratégias de investimentos.

1.3 CONTAS A PAGAR E A RECEBER

Todas as contas de uma empresa são importantes, e cada uma possui uma representação individual, e assim como estas contas, todo dinheiro que sai ou entra de uma empresa, precisa ser contabilizado, pois este dinheiro diz respeito ao patrimônio da empresa. Um controle correto destas contas vai facilitar suas demonstrações, e irá auxiliar os gestores nas tomadas de decisões, apontando o momento apropriado, e a melhor maneira para fazer seus investimentos.

Com relação ao conceito de contas, segundo Ribeiro, “[...] é por meio das contas que a contabilidade consegue desempenhar seu papel de registrar e controlar todos os acontecimentos responsáveis pela gestão do patrimônio.” (RIBEIRO, 2018, p. 53).

De acordo com Junior e Begalli, as contas a pagar são as obrigações, que fazem parte do passivo, e são consequências das aquisições de bens ou serviços recebidos, sendo que os mesmos ainda não foram faturados ou pagos. Quanto aos valores, podem ser estimados ou já calculados com exatidão. Essas contas podem ser divididas como: Obrigações trabalhistas, tributárias, financeiras, societárias, e por consumo (JUNIOR; BEGALLI, 2015, p. 60).

As contas a pagar registram as obrigações que a empresa assume, e segundo Ludícibus, “[...] aquisição de bens e o uso de serviços dão origem a contas a pagar e o recebimento de empréstimos bancários resulta de uma obrigação de honrá-los no vencimento.” (LUDÍCIBUS, 2020, p. 13).

Assim, todas estas obrigações normalmente são registradas pelo nome da conta, seguido da expressão “a pagar”, portanto podemos citar como exemplos de contas a

pagar as seguintes contas: duplicatas a pagar, impostos a pagar, promissórias a pagar, fornecedores a pagar e notas promissórias a pagar.

Quanto as contas a receber, elas são classificadas como direitos da empresa, e segundo Ribeiro, “[...] são os valores que a empresa tem para receber de terceiros. Terceiros, neste caso, correspondem a todas as pessoas que se relacionam com a empresa, como os clientes.” (RIBEIRO, 2018, p. 29).

Para corroborar sobre o que são as contas a receber, e qual a sua origem, Salotti et al. diz o seguinte:

Contas a Receber é uma nomenclatura geral para identificar recursos que determinada entidade tem a receber de terceiros e que podem surgir de diversas operações de natureza diretamente operacional, como venda a prazo de mercadorias ou serviços (*trade receivables*), ou de operações que podem não representar o objeto principal da empresa, como valores a receber derivados da venda de ativos imobilizados, dividendos a receber de outras empresas, títulos e outros créditos a serem recebidos de natureza geral (*nontrade receivables*). (SALOTTI et al., 2019, p. 152).

Para corroborar sobre o assunto, de acordo com Junior e Begalli, são direitos legais, providos de vendas de produtos, serviços ou mercadorias que pertencem ao ativo da empresa. Os valores a receber devem ser ajustados ao valor presente, no momento em que o prazo de realização ou de taxa de juros embutida ao preço de venda, seja considerada pertinente (JUNIOR; BEGALLI, 2015, p. 187).

A taxa de juros destas contas a receber, precisão seguir um parâmetro, e conforme Hendriksen e Van Breda:

A menos que seja especificamente dito, a taxa de juros ou desconto que deve ser utilizada é a taxa de mercado de créditos de igual risco. Há algum mérito no uso do custo de capital da empresa ou sua taxa interna de retorno, pois representam uma aproximação do custo de oportunidade do dinheiro para a empresa. Entretanto, o custo diferencial efetivo de concessão de crédito a clientes pode ser muito baixo, ou até negativo, devido à possibilidade de perda de receita, caso o crédito não fosse concedido. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2018, p. 346).

Portanto pode-se evidenciar, segundo Hendriksen e Van Breda, que ao considerar que o dinheiro de contas a receber não está disponível antes do prazo

estipulado, esta conta não tem o mesmo valor, do que teria no dia do vencimento. Sendo assim, essas contas a receber e títulos negociáveis devem ser somados ao valor descontado, conforme o mesmo for recebido. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2018, p. 146).

Pode-se dizer que também que toda conta receber, é um valor incerto para o caixa, pois toda empresa está sujeita a riscos, nesse sentido existe também uma conta denominada provisão para perdas estimadas com clientes, que segundo Padoveze:

A terminologia fiscal atual denomina essa provisão de Provisão para Perdas no Recebimento de Créditos ou Perdas em Operações de Crédito. Ela está relacionada diretamente com os créditos, ou seja, os valores a receber da empresa. O item mais relevante que forma a base para o cálculo dessa provisão é Duplicatas a Receber de Clientes, provenientes das vendas a prazo da companhia. A ideia dessa provisão situa-se no fato de que, de modo geral, as empresas sempre têm prejuízos com seus clientes, dentro de um percentual considerado normal para a empresa. Em outras palavras, apesar de toda a seleção que as empresas fazem cadastralmente de seus clientes, fatalmente haverá alguns maus pagadores. E esses maus pagadores acontecem todo ano, dentro de um limite que a empresa já considera normal e pode até incluir como um item de custo. (PADOVEZE, 2018, p. 363).

A partir das contextualizações dos autores é possível perceber a grande importância destas contas, e o quanto elas interferem no caixa e no andamento da empresa. Podemos concluir então que as contas a pagar são as obrigações da empresa, como fornecedores a pagar ou salários a pagar, estas fazem parte das saídas de dinheiro. Já as contas a receber correspondem aos direitos das empresas, como duplicatas a receber, ou seja, relaciona-se com as entradas de caixa.

Por fim, percebe-se que com estas contas a pagar e a receber em mãos é possível elaborar um controle do fluxo de caixa, onde constara todas as entradas e saídas de determinado período, afim de demonstrar a real situação da empresa sobre seu patrimônio, e também sobre suas dívidas e valores a receber no futuro.

2 METODOLOGIA

A metodologia se refere a como está sendo elaborado uma pesquisa, e segundo Nascimento:

Metodologia da pesquisa diz respeito à aplicação do método para a aquisição de conhecimento e de como fazer ciência proporcionando-se caminhos alternativos, ferramentas e procedimentos. É uma ciência instrumental que dá apoio às outras ciências.

A metodologia proporciona flexibilidade aos caminhos e alternativas na resolução dos problemas para os quais procuramos resultados apropriados em relação aos propósitos pretendido. (NASCIMENTO, 2012, p. 11).

Sendo assim, para a produção deste trabalho de conclusão do curso vigente, foi discriminado três capítulos, que fragmentam a metodologia utilizada, que são os seguintes: A Categorização da Pesquisa, O Plano de Geração de Dados e o Plano de Análise e Interpretação de Dados. Todos estes pontos compõem o mesmo objetivo, com intuito de buscar alcançar os resultados desejados de forma clara e concisa, que facilite a leitura e o entendimento dos leitores.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Para elaborar um trabalho é necessário determinar o tipo de trabalho que se deseja produzir, este trabalho foi elaborado com objetivo de demonstrar ao gestor de uma empresa a importância de ter um controle do fluxo de caixa, mesmo que de forma simplificada. Neste sentido foi elaborado com a categorização de natureza aplicada, pois segundo Pereira, a natureza aplicada “tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.” (PEREIRA, 2019, p. 88).

Com relação ao tratamento de dados opta-se pelas abordagens quantitativos e qualitativos. No caso quantitativo pelo fato de que os dados utilizados para a análise são valores numéricos, com intuito de demonstrar resultados financeiros. A pesquisa é caracterizada por ser qualitativa, pois é feita uma análise e uma interpretação a partir dos dados que foram disponibilizados pelo proprietário de uma empresa do comércio de Santa Rosa.

Sequencialmente, os objetivos foram considerados de maneira exploratória, pois, iniciou-se com uma pesquisa científica, através de dados bibliográficos, para se obter um maior entendimento sobre o assunto, além de ter evidências fundamentadas. Estes

objetivos, foram também elaborados sobre a abordagem descritiva, pois foram realizados a partir de um levantamento de informações da empresa com intuito de apontar as suas particularidades e variáveis semelhantes, e segundo Gil, “Na pesquisa descritiva, em vez de antecipar hipóteses, definem-se objetivos suficientemente detalhados.” (GIL, 2019, p. 48).

Caracteriza-se ainda esta pesquisa como um estudo de caso, visto que através da coleta, análise e interpretação dos dados, possibilita evidenciar um amplo conhecimento sobre a realidade do desenvolvimento financeiro da empresa, além de poder propiciar um aumento no interesse sobre o assunto em outros pesquisadores.

Diante destes contextos, e explicações, estão designadas as metodologias utilizadas para a categorização deste trabalho, visando demonstrar um excelente trabalho de maneira objetiva e clara, além de desenvolver um amplo conhecimento sobre o assunto abordado.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Para realizar este trabalho, é necessário que dados sejam coletados, e isto foi desenvolvido através da ideia de Marconi e Lakatos, que diz que, “[...] a coleta de dados é a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de efetuar a coleta dos dados previstos.” (MARCONI; LAKATOS, 2021, p. 193).

Sendo assim, a coleta de dados se mantém através de duas entrevistas com o gestor da empresa, com duração aproximadamente de 30 minutos, com o objetivo de identificar o entendimento do mesmo sobre quais são todas as suas entradas e saídas de caixa, e ainda se o mesmo possui algum entendimento da importância dos resultados de fluxo de caixa, e do quanto ele pode se beneficiar usando esta ferramenta.

Em seguida, observa-se alguns relatórios da empresa, coletando informações, anotações e controles, onde estão descritos de maneira sucinta, o método utilizado para controle do fluxo de caixa da empresa. Isto será feito, com o intuito de identificar as maneiras com as quais o gestor se beneficia, para obter o controle financeiro de sua empresa.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Após estabelecer a categorização e a coleta de dados, se viu necessário realizar a análise a interpretação dos dados. Sobre a análise dos dados, Pereira diz que, “deve ser feita para atender aos objetivos da pesquisa e para comparar e confrontar dados e provas com o objetivo de confirmar ou rejeitar a (s) hipótese (s) ou os pressupostos da pesquisa.” (PEREIRA, 2019, p. 95).

A partir deste conceito, e das práticas que já foram realizadas, elaborou-se uma análise dos dados coletados, com a transcrição dos temas abordados durante a entrevista com o gestor da empresa. Em seguida foi projetado uma tabulação dos relatórios disponibilizados pelo gestor.

Por fim, foi apresentado um controle de fluxo de caixa simplificado, para ser feita uma comparação aos relatórios que o gestor possui, podendo apontar uma melhor visibilidade de sua empresa, além de lhe proporcionar ideias de investimentos, ou de cortes de custos desnecessários.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo estão dispostos os resultados alcançados no decorrer do estudo de caso sobre a Microempresa Individual Toda Top, sediada na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. No decorrer do primeiro tópico está a descrição completa da empresa, e nos tópicos seguintes a análise dos dados e as contribuições como sugestões de melhorias para a empresa.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A empresa estudada neste trabalho é a Toda Top, é uma empresa nova no mercado, pois iniciou suas atividades no mês de janeiro do ano de 2021, portanto, está em funcionamento a menos de um ano. Esta empresa, esta enquadrada como

Microempreendedor Individual – MEI, por ter um faturamento anual com limite de oitenta e um mil reais, e por possuir apenas um funcionário, o qual é o próprio proprietário.

Localizada na cidade de Santa Rosa, no estado do Rio Grande do Sul. A empresa trabalha no ramo de comércio, e tem como foco principal, a linha de vestuário na linha adulto e infantil, além de acessórios, e artigos de cama, mesa e banho.

Quanto ao gestor, o mesmo possui uma vasta experiência em vendas, pois já trabalhou em diversas empresas do ramo. Mas em contraponto, este gestor nunca trabalhou com a parte financeira de empresas, o que se torna uma experiência nova e desafiadora, principalmente pelo fato de não ter muito conhecimento sobre a área contábil e financeira.

Atualmente o controle das receitas e despesas são efetuadas de forma deficiente, ou seja, de maneira manual, e com dados que muitas vezes deixam a desejar, dificultando obter um resultado sobre o fluxo do dinheiro de forma precisa. Percebe-se que esta dificuldade se dá em função da falta de conhecimento na área financeira, e até mesmo por falta de orientação de como buscar ajuda nesta área.

Contudo, o fato de a empresa estar desobrigada de manter uma contabilidade regular e apresentar precariedade no registro dos seus dados, além da precariedade de relatórios, evidenciou-se ainda ausência de totalizadores nos controles da organização, tornou-se impossível realizar a produção de uma demonstração de fluxo de caixa de forma adequada, por tanto, entendeu-se ser mais relevante realizar um controle de forma simplificada do fluxo de caixa desta empresa, através da elaboração de tabelas de contas a pagar e de contas a receber.

3.2 CONTROLE DE FLUXO DE CAIXA

A partir das entrevistas realizadas com o gestor da empresa, e da análise dos dados disponibilizados pela empresa, verificou-se que a empresa não tem um real controle sobre seu fluxo de caixa, e sim tem apenas anotações onde compõem suas entradas e saídas de caixa, mas até o momento não realizou nenhum relatório que demonstre os seus resultados.

Os dados coletados foram referentes aos meses de janeiro a julho do ano de 2021, visando uma melhor organização, definiu-se pela utilização de planilhas em Excel, uma vez que permite uma boa organização, e facilita a realizar os cálculos, e a demonstrar os resultados de forma clara e objetiva.

Portanto, elaborou-se uma planilha, correlacionando todas as entradas e saídas, dia após dia, afim de elaborar um controle do fluxo deste caixa. Nesta foi incluído a data de cada operação, o histórico para descrever se é um pagamento ou recebimento, o valor, e por fim um saldo final, onde demonstra quanto saiu do caixa da empresa no dia, e quanto entrou, produzindo um comportamento do saldo de caixa ao final de cada dia, assim como mostra a Ilustração a baixo:

Ilustração 3: Fluxo de caixa.

Fluxo de Caixa				
Data	Histórico	Entrada	Saída	Saldo
05/jan	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	R\$ 197,80		197,80
05/jan	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		R\$ 1.100,00	-902,20
06/jan	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		R\$ 167,70	-1.069,90
09/jan	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	R\$ 159,90		-910,00
10/jan	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		R\$ 600,00	-1.510,00
11/jan	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		R\$ 54,00	-1.564,00
16/jan	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	R\$ 69,90		-1.494,10
19/jan	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	R\$ 60,00		-1.434,10
26/jan	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	R\$ 49,90		-1.384,20
29/jan	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	R\$ 39,90		-1.344,30
15/jan	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		R\$ 56,00	-1.400,30
15/jan	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		R\$ 89,90	-1.490,20

Fonte: Produção do pesquisador.

Os dados apontados nesta planilha são reais, e foram disponibilizados pelo empresário, mas os detalhamentos dos dados dos históricos foram omitidos pelo fato de identificarem clientes e fornecedores. Logo no início da elaboração desta planilha evidenciou-se problemas de saldos, algo que descreve que a situação em que a empresa estava pagando mais do que recebendo, assim gerando um caixa negativo, que neste caso inevitavelmente foi financiado pelo proprietário. Nesta ilustração consta apenas os dados referentes ao mês de janeiro, pois a planilha completa na sua integra não foi disponibilizada em função de ser muito extensa, mas logo adiante os dados consolidados são demonstrados.

A partir desta, foi elaborado uma tabela nomeada como fluxo do caixa, com os resultados consolidados por mês, relacionando as entradas e saídas, com o intuito de demonstrar ao gestor os resultados do saldo de caixa de sua empresa em cada um dos respectivos meses. Assim, a empresa terá um controle real sobre suas entradas e saídas, além de facilitar a percepção também do controle sobre o lucro atual da empresa. Segue a baixo uma Ilustração da tabela produzida como forma de controle de caixa simplificado:

Ilustração 4: Fluxo do caixa.

FLUXO DO CAIXA			
Mês	ENTRADA	SAÍDAS	Saldo
jan/21	577,40	2.067,60	-1.490,20
fev/21	3.677,30	1.955,57	231,53
mar/21	3.143,09	1.953,38	1.421,24
abr/21	3.649,75	2.280,14	2.790,85
mai/21	5.039,28	3.386,98	4.443,15
jun/21	6.028,75	4.838,14	5.633,75
jul/21	8.292,32	3.342,23	10.583,84

Fonte: Produção do pesquisador.

Com a análise efetuada evidenciou-se que no início da atividade, nos meses de janeiro o volume de entradas foi menor do que o volume de saídas, mas logo nos próximos meses isto foi contornando, gerando inclusive uma surpresa positiva de um fluxo expressivo, se tratando de uma empresa MEI, e que até pouco tempo era desconhecida. Diante desses dados percebe-se a importância de ter conhecimento sobre o comportamento do fluxo de caixa, pois permite que o gestor visualize a situação em que a empresa se encontra.

3.3 ANÁLISE DE CONTAS A PAGAR

Como as contas a pagar em poucas palavras seriam valores que a empresa tem a pagar a outras partes em um determinado período, elas tem grande influência no fluxo do caixa, podendo determinar a saúde financeira da empresa. Para melhor facilitar a

organização do estudo, foram separadas por tabelas as entradas e saídas de caixa durante todo o período de análise. Assim em uma tabela nomeada como contas a pagar, inclui-se todas as saídas de caixa, estas correspondem as obrigações, como as despesas e pagamentos que a empresa efetuou durante estes meses, como aluguel, água, luz, internet, fornecedores, pró-labore, e por se tratar de uma empresa MEI, o pagamento da Guia DAS, onde a empresa realiza os pagamentos de impostos e ainda recolhe o seu INSS. Para um melhor entendimento, segue abaixo a Ilustração 5, que comporta a parte da planilha, que corresponde a todos os pagamentos efetuados no mês de maio de 2021.

Ilustração 5: Contas a pagar no mês de maio de 2021.

CONTAS A PAGAR							
Data	Histórico	Compra	Forma de Pagament	Venciment	Data Pagament	Valor Pag	Situacã
19/mar	Fornecedor/Estoque	R\$ 331,24	Boleto	19/mai	19/mai	R\$ 331,24	Pago
01/abr	Fornecedor/Estoque	R\$ 240,60	Boleto	15/mai	15/mai	R\$ 240,60	Pago
19/abr	Luz	R\$ 48,01	Boleto	10/mai	17/mai	R\$ 48,01	Pago
22/abr	Internet	R\$ 89,90	Boleto	15/mai	15/mai	R\$ 89,90	Pago
23/abr	Água	R\$ 49,78	Boleto	20/mai	20/mai	R\$ 49,78	Pago
29/abr	Fornecedor/Estoque	R\$ 351,15	Boleto	30/mai	30/mai	R\$ 351,15	Pago
30/abr	Fornecedor/Estoque	R\$ 226,30	Boleto	29/mai	31/mai	R\$ 226,30	Pago
30/abr	Fornecedor/Estoque	R\$ 294,00	Boleto	30/mai	30/mai	R\$ 294,00	Pago
05/mai	Pró-Labore	R\$ 1.100,00	Depósito	05/mai	05/mai	R\$ 1.100,00	Pago
10/mai	Aluguel	R\$ 600,00	Boleto	10/mai	10/mai	R\$ 600,00	Pago
15/mai	Guia/DAS	R\$ 56,00	Boleto	15/mai	15/mai	R\$ 56,00	Pago

Fonte: Produção do pesquisador.

A partir desta ilustração percebe-se que foi apontado a data que foi efetuado a despesa, um histórico para identificar do que se trata, o valor devido, a forma de pagamento, que na maioria é realizada por boleto bancário ou depósito, o dia de vencimento, e a data que foi pago, se a empresa pagou o valor correto, e ainda a situação atual, que demonstra se a empresa já efetuou estes pagamentos, ou se eles ainda constam em aberto, que neste caso, nota-se que todas as contas lançadas no mês de maio foram devidamente quitadas.

Através desta tabela de contas a pagar, pode-se também elaborar uma planilha de contas a pagar com suas previsões para os meses seguintes, esta foi confeccionada separando os dados por mês, sobre os valores previstos que a empresa tem a pagar, e

os valores que a empresa já pagou, resultando em um saldo final, assim como mostra a Ilustração a baixo:

Ilustração 6: Valores a pagar.

VALORES A PAGAR			
Mês	Previsto	Pago	Saldo
jan/21	967,60	967,60	0,00
fev/21	1.955,57	1.955,57	0,00
mar/21	1.953,38	1.953,38	0,00
abr/21	2.280,14	2.280,14	0,00
mai/21	3.386,98	3.386,98	0,00
jun/21	3.929,65	3.738,14	191,51
jul/21	4.828,17	4.442,23	385,94
ago/21	2.942,53	3.519,98	-577,45
set/21	2.518,62	2.518,62	0,00
out/21	331,40	331,40	0,00
nov/21	331,40	331,40	0,00
dez/21	0,00	0,00	0,00

Fonte: Produção do pesquisador.

Por fim, podemos perceber por esta tabela que a partir de acordo com os dados coletados, a empresa possui provisões de valores a pagar até o mês de dezembro, e que os valores foram aumentando no decorrer desses meses, boa parte desta diferença se deu em virtude de ter havido um aumento nas compras de mercadoria, influenciado pelo aumento das vendas.

3.4 ANÁLISE DE CONTAS A RECEBER

As contas a receber são baseadas no dinheiro que a empresa acordou com compradores, ou seja, seus clientes. Neste caso a maioria das contas a receber são de curto prazo, algumas organizações penalizam seus clientes, que realizam os pagamentos com atraso, cobrando taxas de juros sobre o valor devido, mas a empresa estudada não realiza este tipo de cobrança extra.

Com o intuito de relacionar todo o dinheiro que entrou em caixa, produziu-se uma planilha com a titulação de contas a receber, onde foi apontado todas as entradas de

caixa que correspondem as vendas à vista que a empresa realizou no decorrer desses meses, juntamente também dos pagamentos realizados por clientes que realizaram suas compras a prazo, através de boletos.

Assim, nesta planilha foi apontado todas as vendas realizadas, onde foram citadas as datas que foram efetuadas as vendas, os nomes de clientes, a forma de pagamento escolhida pelo cliente, e no caso de vendas a prazo, o dia do vencimento de suas parcelas, e o dia que o cliente efetuou este pagamento, com estes dados torna-se possível visualizar o total de receitas efetuadas, e se os clientes estão com seus pagamentos em dia, o que facilita o gestor a realizar as futuras cobranças. Segue a baixo uma Ilustração com os dados referentes apenas do mês de janeiro:

Ilustração 7: Contas a receber.

CONTAS A RECEBER							
Data	Cliente	Total da Vend.	Parcelament.	Forma de Pagamen.	Venciment.	Data Pagament.	Valor Pag.
05/jan	xxxxxxx	R\$ 75,00	R\$ 37,50	Boleto	05/fev	03/fev	R\$ 37,50
06/jan	xxxxxxx	R\$ 69,90	R\$ 69,90	Dinheiro	06/jan	06/fev	R\$ 69,90
07/jan	xxxxxxx	R\$ 140,00	R\$ 70,00	Boleto	07/fev	10/fev	R\$ 70,00
07/jan	xxxxxxx	R\$ 100,00	R\$ 50,00	Boleto	07/fev	10/fev	R\$ 50,00
08/jan	xxxxxxx	R\$ 205,00	R\$ 68,33	Boleto	08/fev	08/fev	R\$ 68,33
09/jan	xxxxxxx	R\$ 89,90	R\$ 44,95	Boleto	09/fev	09/fev	R\$ 44,95
12/jan	xxxxxxx	R\$ 219,90	R\$ 73,30	Boleto	12/fev	13/fev	R\$ 73,30
15/jan	xxxxxxx	R\$ 340,00	R\$ 85,00	Boleto	15/fev	17/fev	R\$ 85,00
16/jan	xxxxxxx	R\$ 189,70	R\$ 63,23	Boleto	16/fev	15/fev	R\$ 63,23
21/jan	xxxxxxx	R\$ 339,60	R\$ 113,20	Boleto	21/fev	23/fev	R\$ 113,20
22/jan	xxxxxxx	R\$ 135,00	R\$ 67,50	Boleto	22/fev	22/fev	R\$ 67,50
25/jan	xxxxxxx	R\$ 254,80	R\$ 84,93	Boleto	25/fev	25/fev	R\$ 84,93
26/jan	xxxxxxx	R\$ 127,00	R\$ 63,50	Boleto	26/fev	23/fev	R\$ 63,50
29/jan	xxxxxxx	R\$ 69,90	R\$ 69,90	Boleto	05/fev	05/fev	R\$ 69,90
05/fev	xxxxxxx	R\$ 324,40	R\$ 324,40	Dinheiro	05/fev	05/fev	R\$ 324,40
06/fev	xxxxxxx	R\$ 237,90	R\$ 237,90	Dinheiro	06/fev	06/fev	R\$ 237,90
11/fev	xxxxxxx	R\$ 89,90	R\$ 89,90	Dinheiro	11/fev	11/fev	R\$ 89,90
15/fev	xxxxxxx	R\$ 79,90	R\$ 79,90	Dinheiro	15/fev	15/fev	R\$ 79,90
16/fev	xxxxxxx	R\$ 39,90	R\$ 39,90	Dinheiro	16/fev	16/fev	R\$ 39,90
19/fev	xxxxxxx	R\$ 59,90	R\$ 59,90	Dinheiro	19/fev	19/fev	R\$ 59,90
24/fev	xxxxxxx	R\$ 220,00	R\$ 220,00	Dinheiro	24/fev	24/fev	R\$ 220,00

Fonte: Produção do pesquisador.

Nesta tabela ficou evidente todas as receitas da empresa, podendo visualizar que a maioria das vendas que a empresa realiza tem sua forma de pagamento como boletos, com parcelamentos em torno de até três vezes, e que seus clientes costumam pagar seus boletos no respectivo dia de vencimento, o que demonstra que atualmente o nível de inadimplência é baixíssimo. Por questões éticas, nesta ilustração se omitiu os nomes dos clientes, mas os dados apontados são reais.

A partir destas, elaborou-se uma planilha apontando as previsões para os meses seguintes, com o intuito de dar ao gestor uma melhor visualização de sua situação financeira futura, lhe auxiliando na agilidade e na segurança de seu negócio. Assim, foi nomeada como valores a receber, onde cita separados por meses os valores previstos que a empresa tem a receber de seus clientes e os valores que já foram recebidos, resultando em um saldo final, podendo perceber o nível de inadimplência, assim como segue abaixo a Ilustração:

Ilustração 8: Valores a receber

VALORES A RECEBER			
Mês ▾	Previsto ▾	Recebido ▾	Saldo ▾
jan/21	647,30	577,40	69,90
fev/21	1.943,25	2.013,14	-69,89
mar/21	3.142,46	3.143,09	-0,63
abr/21	3.649,12	3.649,75	-0,63
mai/21	5.038,52	5.039,28	-0,76
jun/21	6.064,47	6.064,51	-0,04
jul/21	7.156,47	7.156,52	-0,05
ago/21	5.514,51	5.514,54	-0,03
set/21	2.995,56	2.995,60	-0,04
out/21	1.940,46	1.007,37	933,09
nov/21	78,70	78,70	0,00
dez/21	0,00	0,00	0,00

Fonte: Produção do pesquisador.

Nota-se, que inicialmente os valores receber eram baixos, devido ao início da empresa, mas nos meses seguintes as vendas tiveram um aumento considerável, fazendo com que a empresa aumentasse sua lucratividade e os resultados de suas demonstrações. Através desta tabela também pode-se perceber que o mês que a empresa mais efetuou receitas foi o mês de julho, e que seus clientes estão com seus pagamentos em dia, o que torna o fator de inadimplência zerado.

Sendo assim, a partir de todas estas planilhas pode-se perceber dia após dia, e mês a mês quanto a empresa tem em caixa. Auxilia também a ter uma previsão de valores que a empresa ainda tem a receber, e quais clientes estão em dia com seus

pagamentos, se no caso precisa realizar cobranças, e ainda terá uma previsão do quanto ela tem a pagar nos meses seguintes. Tudo isto irá facilitar para que a empresa possa se organizar, pois terá uma noção do quanto precisa vender no decorrer dos meses para pagar seus credores, e em qual ponto suas despesas são maiores, além do quanto pode investir na empresa.

3.5 RECOMENDAÇÕES DE MELHORIAS

Seguido do diagnóstico percebido, através dos dados analisados da empresa, nota-se a necessidade de apontar algumas considerações com o intuito de agregar conhecimento para o gestor da empresa, e afim de melhorar o desenvolvimento da mesma, e com isso ampliar a sua lucratividade.

Como o principal objetivo de uma empresa é obter lucro, se faz imprescindível ter um bom controle sobre sua situação financeira, pois assim como aponta Chiavenato:

Perspectiva financeira: analisar o negócio do ponto de vista financeiro. Envolve os indicadores e as medidas financeiras e contábeis que permitem avaliar o comportamento da organização diante de itens como lucratividade, retorno sobre investimentos, valor agregado ao patrimônio e outros indicadores que a organização adote como relevantes para o seu negócio. (CHIAVENATO, 2014, p. 127).

Com esta contextualização percebe-se que, há várias vantagens em ter um controle sobre a parte financeira de uma empresa, neste sentido aponta-se como sugestão para o gestor, como sua empresa não é obrigada a realizar uma demonstração de fluxo de caixa, realizar de forma simplificada em planilhas, apontamentos de suas entradas e saídas, para que assim obtenha um controle de seu fluxo de caixa, já que o mesmo atualmente se utiliza apenas de apontamentos em livros manuais, e com as planilhas fica mais fácil evidenciar os resultados da empresa.

Sem dúvidas, outro ponto que pode ser considerado, é efetuar um planejamento, pois assim como no decorrer do trabalho se demonstrou a importância desta ferramenta, percebe-se que ter um planejamento facilita a buscar os objetivos que a empresa almeja,

pois assim se faz previsões e definições de melhorias adequadas especificadamente para esta empresa.

CONCLUSÃO

Mediante a correlação da análise dos dados e diagnóstico da empresa, percebido durante a elaboração do trabalho de conclusão de curso, efetuado sobre a empresa MEI, Toda Top, sediada na Região Noroeste do Estado de Rio Grande Sul, no decorrer dos meses de janeiro a julho do ano de 2021, foram agregados inúmeros conhecimentos para a aluna assim como para o gestor.

Partindo do problema inicial levantado no início deste trabalho, de saber o quanto é importante para pequenos empresários do comércio que possuem uma empresa de vestuário, ter um controle de fluxo de caixa adequado, percebe-se que como as Microempresas Individuais – MEI não são obrigadas a elaborar demonstrações contábeis, as mesmas, na maioria das vezes deixam a desejar no controle financeiro de sua empresa, algo que acaba fazendo com que estes gestores não tenham conhecimento sobre sua real situação patrimonial, e muitas vezes acabem tomando decisões erradas, principalmente sobre investimos.

A elaboração do controle de fluxo de caixa elaborado no decorrer do trabalho, está sendo de grande valia, pois expos para o gestor de maneira clara e objetiva a real situação de sua empresa, algo que o mesmo não tinha conhecimento, além de demonstrar uma maneira simples para que o mesmo de continuidade a estas planilhas, podendo assim ter no dia a dia uma visão sistêmica de seus resultados, podendo aumentar a sua lucratividade.

Sendo assim, como o objetivo principal do trabalho era demonstrar ao gestor a importância de ter um maior controle sobre o fluxo de caixa do seu caixa, para a sua produção, percebe-se que o mesmo foi cumprido, pois entregou-se ao gestor os resultados obtidos na elaboração do trabalho, deixando o mesmo muito satisfeito, tendo em vista que o mesmo não tinha nenhum conhecimento sobre estes resultados, além de lhe proporcionar uma opção de como efetuar o controle de seu fluxo de caixa.

Em vista dos objetivos específicos do trabalho que era, coletar informações do funcionamento da gestão da empresa, verificar quais são os seus custos e despesas, e apontar o retorno financeiro sobre a implantação de forma correta das demonstrações, nota-se que se realizou com êxito todos eles, gerando um trabalho produtivo e de enorme aprendizado.

O mesmo sentimento de satisfação do gestor, a acadêmica teve o prazer de sentir, pois foi um enorme privilégio, pelo fato de que além de agregar um enorme conhecimento nesta área, ela pode ajudar o gestor a entender seus resultados financeiros, e lhe proporcionar uma oportunidade de melhorar a sua organização financeira.

Para desfecho, quanto aos valores finais, foi uma grande surpresa, pois não se esperava que a empresa teria saldos finais tão positivos, e pode-se citar também que os resultados obtidos após a elaboração das planilhas, foi de que no mês de janeiro, a empresa fechou seu mês com um saldo negativo, acredita-se que isto se desencadeou por ser o início da empresa, mas logo nos meses seguintes já obteve-se saldos positivos, e sequencialmente estes valores foram aumentando mês a mês, algo que nos mostra que a empresa está crescendo, e possui estrutura para alavancar cada dia mais suas receitas.

REFERÊNCIAS

ATRILL, Peter; MCLANEY, Eddie. **Contabilidade Gerencial para a Tomada de decisão**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL, **Congresso Nacional, Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Congresso Nacional, Lei Complementar nº 128**, de 19 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a Introdução às normas do Direito Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Congresso Nacional, lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições

relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CORONADO, Osmar. **Contabilidade Gerencial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CHIAVENATO, Adalberto. **Gestão Financeira: uma abordagem introdutória**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2014.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

FABRETTI, Láudio Camargo; FABRETTI, Denise; FABRETTI, Dilene Ramos. **As Micro e Pequenas Empresas e o Simples Nacional: tratamentos tributário, fiscal e comercial**. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BRENDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial: da teoria à prática**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

JIAMBALVO, James. **Contabilidade Gerencial**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

JUNIOR, José Hernandez Perez; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração e Análise das Demonstrações Financeiras**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial: da teoria à prática** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARION, José Carlos; SANTOS, Ana Carolina Marion. **Contabilidade Básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de Projetos de Pesquisa: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica**: contabilidade introdutória e intermediária. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

RIBEIRO, Osni Moura; PINTO, Mauro Aparecido. **Introdução a Contabilidade Tributária**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SALOTTI, Bruno Meirelles et al. **Contabilidade Financeira**. São Paulo: Atlas, 2019.

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. 1. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Como Administrar o Fluxo de Caixa das Empresas**: guia de sobrevivência empresarial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

VALENTINA, José Donizete; CORRÊA, Rinaldi da Silva. **Guia para Abertura de Empresas**: aspectos fiscais, tributários e contábeis. São Paulo: Atlas, 2019.

APURAÇÃO DE CUSTOS EM UMA MICROEMPRESA DO RAMO METALÚRGICO

Paula Ketlin Lesse de Borba¹
Luigi Antônio Farias Lazzaretti²

RESUMO

As microempresas tendem a necessitar de auxílios quanto a gestão interna, pelo fato de normalmente serem constituídas somente pelo seu fundador, e a gestão de custos revela-se como uma ferramenta indispensável para as mesmas. O artigo volta-se para a apuração de custos em uma microempresa do ramo metalúrgico, situada da cidade de Independência, Estado do Rio Grande do Sul, tendo como análise o período de janeiro a setembro de 2021, com a questão problemática: qual o custo médio dos principais produtos da empresa no período de janeiro a setembro de 2021? Diante a isso, o objetivo geral sucedeu-se em analisar os custos de produção e as margens de lucro dos produtos: Portão de Contrapeso, Porta de Abrir, Porta de Correr e Grade Externa m². Para a resolução, o embasamento teórico subdividiu-se em quatro capítulos, como sendo, gestão de custos; métodos de custeio; margem de contribuição e formação do preço de venda. O estudo justifica-se pela necessidade em que os gestores das microempresas têm em obter um maior controle dos custos envolvidos durante a linha de produção, e pela relevância do assunto. Tratando-se da metodologia utilizada, se deu pela pesquisa aplicada, através do levantamento de dados a pesquisa descritiva e quantitativa, com análise fundamentada por estudo de caso. A coleta de dados ocorreu por meio de documentação direta intensiva, e a análise e interpretação utilizou o método dedutivo e estatístico, sendo assim, possível concluir que o proprietário está gerenciando os custos de produção dos produtos especificados, de maneira eficaz.

Palavras-chave: Custos – Métodos – Preços.

ABSTRACT

Microenterprises tend to need help with internal management, as they are usually constituted only by their founder, and cost management is an indispensable tool for them. The article focuses on the calculation of costs in a microenterprise in the metallurgical sector, located in the city of Independência, State of Rio Grande do Sul, analyzing the period from January to September 2021, with the problematic question: what is the average cost of the company's main products from January to September 2021? Given

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis - 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. paulaketlin44@gmail.com

² Especialista em Finanças e Mercado de Capitais. Especialista em Gestão Empresarial. Bacharel em Administração. Orientador. Professor dos cursos superiores de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. luigifarias@yahoo.com.br

this, the general objective was to analyze the production costs and profit margins of the products: Counterweight Gate, Opening Door, Sliding Door and External Grid m². For the resolution, the theoretical basis was subdivided into four chapters, namely, cost management; costing methods; contribution margin and formation of the selling price. The study is justified by the need that microenterprise managers have to obtain greater control of the costs involved during the production line, and by the relevance of the subject. Regarding the methodology used, it was applied research, through data collection, descriptive and quantitative research, with an analysis based on a case study. The data collection took place through intensive direct documentation, and the analysis and interpretation had as approach the deductive and statistical method, thus being possible to conclude that the owner is managing the production costs of the specified products, in an efficient way.

Keywords: Costs – Methods – Prices.

INTRODUÇÃO

O grande desafio das microempresas é manter-se economicamente lucrativa apesar do contexto econômico enfrentado atualmente, muitas vezes por não obter uma gestão efetiva dentro das organizações, necessitam soluções que possibilite encontrar maneiras para reduzir os custos de produção e maximizar lucros.

A gestão de custos tornou-se uma ferramenta essencial dentro das empresas, independentemente de serem de grande ou pequeno porte. Logo, o tema e a delimitação deste artigo apresentam-se como apuração de custos em uma microempresa do ramo metalúrgico, situada da cidade de Independência, Estado do Rio Grande do Sul, tendo como análise o período de janeiro a setembro de 2021.

Deste modo, o objetivo do presente estudo perfaz em analisar os custos de produção e as margens de lucro dos produtos: Portão de Contrapeso, Porta de Abrir, Porta de Correr e Grade Externa m². Para isso, como objetivos específicos aponta-se como: calcular os custos de produção e o custo dos produtos pelo método de custeio absorção; apurar a margem de contribuição; e calcular o preço de venda ideal pelo método do mark-up. Assim, a presente pesquisa também abordou o seguinte problema: qual o custo médio dos principais produtos da empresa no período de janeiro a setembro de 2021?

Considerando as dificuldades que as microempresas sentem quanto ao gerenciamento do controle dos processos internos, o estudo justifica-se pela necessidade em que os gestores das microempresas têm em obter um maior controle dos custos envolvidos durante a linha de produção, e entender quais os reflexos que sua destinação imprecisa pode influenciar nos lucros desejados, de maneira que o desenvolvimento poderá auxiliar positivamente o proprietário, contribuindo na formação de um perfil de empreendedor mais consciente.

Ademais o artigo torna-se de suma importância para a autora, visto que a relevância do assunto desperta interesse em conhecer mais a fundo os conceitos adquiridos no decorrer da academia, e assim como, poder realizar aplicações na prática, e também pelo fato da mesma possuir pretensões de se especializar profissionalmente na temática abordada no trabalho de conclusão de curso.

Tratando-se da metodologia, de acordo com a natureza classifica-se como aplicada, tendo como base a coleta das informações como método de levantamento de dados a pesquisa quantitativa. Do ponto de vista dos objetivos o artigo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, com análise fundamentada por estudo de caso. Na construção do contexto teórico considerou-se a coleta de dados por meio de documentação direta, a análise e interpretação teve como abordagem o método dedutivo e estatístico.

Destacando que no decorrer do desenvolvimento são abordados diversos tópicos relevantes para a formação do artigo, assim sendo como, a gestão de custos, os métodos de custeio, a margem de contribuição e formação do preço de venda, obteve-se como embasamento os autores, Crepaldi e Crepaldi, Ribeiro, Dutra, Yanese e Fontoura.

A estrutura se dá com a divulgação do tema, objetivos e problematização através desta introdução e na sequência consta o referencial teórico. Posteriormente, demonstra-se a metodologia empregada, detalhando a forma de coleta dos dados, a análise e interpretação dos resultados obtidos mediante a formulação de tabelas pertinentes as receitas, despesas e custos de produção, relativos ao período de janeiro a setembro de 2021.

Por último apresenta-se a conclusão do acadêmico, expondo as considerações finais a respeito dos resultados provenientes da pesquisa e, finalmente as referências que serviram como base para desenvolvimento do construto teórico.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Na etapa do referencial teórico, será demonstrado os conceitos e exemplos que concerne a gestão de custos e o que está interligado a mesma, abordando em quatro capítulos distintos respectivamente, a gestão de custos, métodos de custeio, margem de contribuição e formação do preço de venda.

1.1 GESTÃO DE CUSTOS

A gestão de custos é uma ferramenta essencial para as empresas, seja elas de pequeno, médio ou grande porte, uma vez que ambas possuem o mesmo objetivo, ou seja, atingir uma lucratividade satisfatória durante sua trajetória no mercado, e com a inserção desta gestão dentro das organizações é possível tomar decisões mais assertivas, e obter um maior controle dos processos internos, assim nas palavras de Santos et al (2018), enuncia que,

Com o aumento da concorrência no mercado, fruto da globalização, dos avanços tecnológicos e do aumento da exigência do consumidor, entre outros fatores, tornou-se indispensável a preocupação com os custos. Entendê-los e gerenciá-los de maneira eficaz poderá fazer a diferença frente às demais organizações, gerando vantagens estratégicas. (SANTOS et al, 2018, p.9).

Considerando que é fundamental inserir no dia a dia das organizações uma ferramenta adequada para uma gestão eficaz e eficiente, com vista em atingir objetivos lucrativos em um mercado competitivo, a gestão de custos tornou-se um meio essencial para o sucesso das mesmas, como menciona Oliveira et al. (2019), “[...] a contabilidade de custos exerce o papel de sistema de informação contábil, que é fundamental para o desempenho administrativo e operacional, diretamente relacionada com as funções de

planejamento, orçamento, execução e controle dentro da empresa.” (OLIVEIRA et al., 2019, p.35).

Nesse sentido, em conformidade com o apontamento de Crepaldi e Crepaldi (2018), a técnica empregada para a mensuração dos custos de produção é a contabilidade de custos, onde volta-se para a averiguação dos gastos decorrentes das operações industriais nas entidades (CREPALDI; CREPALDI, 2018).

A fim de compreender o que são os gastos envolvidos na produção, Lyrio; Almeida e Portugal (2017) conceituam gasto como sendo, “[...] é a compra de um produto ou serviço qualquer que gera sacrifício financeiro para a entidade (desembolso). Esse sacrifício é representado por entrega ou promessa de entrega de ativos [...]” (LYRIO; ALMEIDA; PORTUGAL, 2017, p.15). Ademais pode ser citado como exemplos: gastos com honorários da diretoria, gastos com compra de matéria-prima, entre outros.

Tendo em vista as especificidades, os gastos podem ser divididos entre as classificações, como investimentos; custo; despesa; desembolso; perda e desperdícios, através dos conceitos de Ribeiro (2013),

- Investimentos: compreendem basicamente os gastos com a aquisição dos bens de uso e dos bens que serão inicialmente mantidos em estoque para que futuramente sejam negociados, integrados ao processo de produção ou consumidos;
- Custo: compreende a soma dos gastos com bens e serviços aplicados ou consumidos na fabricação de outros bens;
- Despesa: compreende os gastos decorrentes do consumo de bens e da utilização de serviços das áreas administrativa, comercial e financeira, que direta ou indiretamente visam a obtenção de receitas;
- Desembolso: entrega de numerário antes, no momento ou depois da ocorrência dos gastos. (RIBEIRO, 2013, p.30).

Perdas e desperdícios não poderiam ser esquecidos, pois da mesma maneira interferem nos resultados esperados pelas empresas. Então segundo Crepaldi e Crepaldi (2018), as perdas são discriminadas como, “[...] bens ou serviços consumidos de forma anormal e involuntária. Trata-se de gastos não intencionais decorrentes de fatores externos, fortuitos ou da atividade produtiva normal da empresa”. (CREPALDI; CREPALDI, 2018, p.22). De fato, a perda não é um evento esperado pelas organizações, como exemplo pode ser mencionado como incêndios, enchentes, entre outros.

Dentro do mesmo contexto, Padoveze (2014) caracteriza desperdício como,

[...] desperdício é definido como “gastos sem aproveitamento”, o que nos leva a supor que este tipo de comportamento não é admissível em nenhuma empresa. Contudo, podemos caracterizar desperdício como a realização atual de um processo, tarefa ou atividade que já poderia ser realizada de forma mais eficiente ou eficaz com um menor dispêndio de recursos. (PADOVEZE, 2014, p.18).

Dado o escopo, dentro de uma linha de produção gera-se gastos que podem ser denominados como custos de produção, tais elementos se originam no momento de criação dos produtos (SANTOS et al., 2018).

Tais custos são classificados quanto a sua forma de alocação ao produto, de forma direta é perceptível reconhecer diretamente suas aplicações, ou de modo indireto tendo um pouco mais de complexidade em sua atribuição, e necessita de cálculos mais criteriosos para sua distinção (RIBEIRO, 2017).

Corroborando com essa ideia, Fontoura (2019) conceitua os custos diretos como, “[...] são custos que podem ser facilmente identificados com os produtos ou serviços a que se referem, sendo que para tal não necessite de critérios de rateio. Normalmente, trata-se dos materiais diretos utilizados na produção do produto ou serviço, independentemente do método de custeio [...]” (FONTOURA, 2013, p.22).

Ao assimilar a sua caracterização, pode-se exemplificar com os elementos que o compõem-se como sendo, matéria- prima, mão de obra, material de embalagem do produto, entre outros.

No que se refere os custos indiretos, Veiga e Santos (2016) retratam ao entendimento do conceito dos mesmos, como sendo, “Indiretos são os custos que não se pode apropriar diretamente a cada tipo de bem ou função de custo no momento de sua ocorrência. Os custos indiretos são apropriados ao custo do bem ou serviço mediante o emprego de critérios de rateio predeterminados.” (VEIGA; SANTOS, 2016, p.26).

Como já mencionado, os custos indiretos tornam-se de difícil visibilidade, como exemplos pode-se expor a energia elétrica utilizada na produção, aluguel da fábrica, depreciação das máquinas, dentre outros.

A depreciação supramencionada perante o conceito de Neto, Jacobina e Falcão (2008) pode ser entendida como, “A depreciação corresponde à diminuição do valor dos bens resultante do desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência normal.” (NETO; JACOBINA; FALCÃO, 2008, p.9).

A identificação dos valores correspondentes ao desgaste é realizada com base em métodos de cálculo, classificando-se em método de quotas constantes ou lineares; método das somas dos dígitos e anos e, método pelas horas de trabalhadas (SANTOS, 2017).

Assim como os custos podem ser diretos e indiretos as despesas também possuem essa subdivisão, onde Crepaldi e Crepaldi (2018) evidencia que,

- Despesas diretas: são as diretamente relacionadas ao faturamento, tais como comissões de vendas, impostos diretos sobre o faturamento, fretes de entrega, royalties por utilização de processos patenteados etc [...].
- Despesas indiretas: são as que não dependem do faturamento, sendo necessárias às atividades de suporte administrativo, comercial e operacional geral, tais como salários e encargos sociais, prestadores de serviço diversos, tarifas públicas, aluguéis, e condomínios, gerais, financeiras etc. (CREPALDI; CREPALDI, 2018, p.21).

Quanto à variabilidade do total dos custos em razão do volume de produção, pode-se classificar de forma fixa e variável (RIBEIRO, 2017). Sendo assim, seu gasto total dependerá da quantidade produzida dentro do período de fabricação, a respeito do qual Ribeiro afirma que, “Custos fixos são aqueles que permanecem estáveis, independentemente de alterações no volume da produção. São custos necessários ao desenvolvimento do processo industrial em geral, motivo pelo qual se repetem em todos os meses do ano.” (RIBEIRO, 2017, p.26).

A esse respeito, Martins (2018) expõe que, “[...] nenhum custo ou despesa é perfeitamente Fixo, e muitas vezes também não existe Custo ou Despesa perfeitamente Variáveis.” (MARTINS, 2018, p.253).

Com relação aos custos variáveis, segundo Wernke (2018) “Os Custos variáveis são os gastos cujo total do período está proporcionalmente relacionado com o volume de produção: quanto maior for o volume de produção, maiores serão os custos variáveis totais do período [...]” (WERNKE, 2018, p.8).

É de suma importância para um gestor conhecer os custos e os resultados em que cada produto/serviço fornece dentro do processo produtivo, de modo que, gera possibilidades de melhorias com aquilo que não está sendo rentável para a empresa (RODNISKI, 2013).

Com intuito de obter resultados satisfatórios, e para que os cálculos sejam precisos e fidedignos, utiliza-se dos métodos de custeio que serão individualmente abordados no próximo capítulo.

1.2 MÉTODOS DE CUSTEIO

Devido à complexidade existente no universo da contabilidade de custos, com a presença dos já mencionados custos com suas classificações em fixos e variáveis, diretos e indiretos, para que se conheça o custo dos produtos é necessária a utilização de metodologias adequadas.

Em face do exposto, para Martins e Rocha (2015) “O estudo dos métodos de custeio, dos sistemas de acumulação de custos e dos seus critérios de valoração diz respeito ao exame e à análise das várias alternativas, válidas e corretas, de mensuração do custo e da lucratividade individual dos produtos.” (MARTINS; ROCHA, 2015, p.44).

Após adquirir os conhecimentos dos custos que fazem parte do processo produtivo, faz-se necessário apropriá-los aos objetos de custeio, para tal procedimento utiliza-se os métodos de custeios, o qual proporciona uma direção mais precisa para traçar estratégias nas organizações.

Dentre os métodos de custeios existentes têm-se o Custeio Variável, que conforme Viceconti e Neves (2018) “[...] é um tipo de custeamento que consiste em considerar como custo de produção do período apenas os custos variáveis incorridos.” (VICECONTI; NEVES, 2018, p.151). Haja vista que os custos fixos não são designados pelo fato de existirem mesmo não ocorrendo produção, seus valores vão diretamente para o resultado do período (MARTINS, 2018).

Sendo está uma das ferramentas mais utilizadas pelas empresas para fins de informações gerenciais, o custeio variável se torna de grande eficácia para tomada de

decisões a curto prazo, pelo fato de que em seu cálculo é atribuído custos que variam conforme o volume de produção.

Corroborando com essa ideia Dutra (2017) afirma que, “O custeio direto ou variável é de extrema utilidade e amplamente utilizado na determinação da viabilidade econômico-financeira de um empreendimento, na elaboração de orçamento flexível (ou variável) e do gráfico do ponto de equilíbrio, bem como na análise do lucro marginal.” (DUTRA, 2017, p.244).

Ao aderir este método a organização terá algumas vantagens e desvantagens, de forma gráfica será representado a seguir alguns motivos pelos quais as empresas podem decidir a realizar esse meio de custeio:

Ilustração 1: Vantagens e Desvantagens do Custeio Variável

VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none"> • Impede que o aumento de produção que não correspondem ao aumento de vendas distorçam os resultados; 	<ul style="list-style-type: none"> • No caso de custos mistos (custos que têm uma parcela fixa e outra variável), nem sempre é possível separar objetivamente a parcela fixa da parcela variável;
<ul style="list-style-type: none"> • É uma ferramenta que auxilia na tomada de decisão. 	<ul style="list-style-type: none"> • O custeio variável não é aceito pela Auditoria Externa das empresas que têm capital aberto, nem pela Legislação do Imposto de Renda, bem como por uma parcela significativa de contadores.

Fonte: Adaptado de Viceconti; Neves (2018).

Além do método de Custeio Variável, outra importante forma de apuração é o método de Custeio por Absorção, na concepção de Leone (2011) de um modo geral este método denomina-se como,

O custeio por absorção é aquele que faz debitar ao custo dos produtos todos os custos da área de fabricação, sejam esses custos definidos como custos diretos ou indiretos, fixos ou variáveis, de estrutura ou operacionais. O próprio nome do critério é revelador dessa particularidade, ou seja, o procedimento é fazer com que cada produto ou produção (ou serviço) absorva parcela dos custos diretos e indiretos, relacionados à fabricação. (LEONE, 2011, p.242).

Ao mesmo tempo que se considera todos os custos, tanto diretos quanto indiretos, se torna de difícil visualização e separação clara e objetiva quanto a participação destes últimos em cada produto, sendo necessário aderir ao processo de critérios de rateio (YANESE, 2018).

Para Dutra (2017) “Rateio é uma divisão proporcional pelos valores componentes de uma base. Esses valores devem estar distribuídos pelos diferentes produtos ou funções dos quais se deseja apurar o custo, devendo ser conhecidos e estar disponíveis no final do período de apuração.” (DUTRA, 2017, p.200).

Desta forma, esta técnica é fundamentada através de bases de rateios, que pode ser determinada dependendo da função de cada setor operacional. Tal constatação demonstra-se na ilustração a seguir, que segundo Yanase (2018) as bases de rateios podem ser distribuídas em:

Ilustração 2: Demonstrativo da matriz para critérios de rateio dos Custos Indiretos de Fabricação (CIF).

ITEM	CRITÉRIO DE RATEIO
Aluguel	Métodos quadrados
Energia elétrica	Número de máquinas
Água e esgoto	Número de funcionários
Manutenção de máquinas e equipamentos	Número de equipamentos

Fonte: Adaptado de Yanase (2018).

Uma vez que são identificados os custos de cada produto por meio de rateios, estes serão distribuídos aos mesmos, assim como todos os outros custos diretos que já são conhecidos a cada um deles, formando assim como propriamente o nome remete Custeio por Absorção, no qual cada produto individualmente irá absorver todos os custos de produção.

Quanto à escolha por qual método a empresa irá utilizar em sua gestão, fica a critério de cada uma, no entanto, o método aceito perante a Legislação é o Custeio por Absorção, pelo fato de que absorve a totalidade dos custos fixos (FONTOURA, 2013).

1.3 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

Calcular a margem de contribuição, permite a organização reconhecer o valor que cada produto gera de receita para cobrir os gastos variáveis incorridos na produção, e posteriormente proporcionar lucro (CREPALDI; CREPALDI, 2018).

Do ponto de vista de Padoveze (2014) a margem de contribuição unitária se caracteriza como, “[...] diferença entre o preço de venda unitário e os custos e as

despesas variáveis por unidade de produto ou serviço. Significa que, a cada unidade vendida, a empresa lucrará determinado valor.” (PADOVEZE, 2014, p.294).

Ao optar por realizar o cálculo unitário a empresa consegue identificar por produto vendido o retorno que o mesmo fornece, em consequência do fato obtém-se maior visibilidade, sendo possível realizar alterações na produção com itens que trazem prejuízos em vez de lucros.

No que se refere a margem de contribuição total, Ribeiro (2017) destaca que, “A margem de contribuição total é a diferença entre a receita bruta total auferida na venda de produtos e o total dos custos variáveis incorridos na fabricação dos respectivos produtos.” (RIBEIRO, 2017, p.438).

Através da escolha deste indicador é possível verificar os resultados obtidos pelos montantes totais produzidos, fornecendo uma visão ampla se o desenvolvimento empresarial está ocorrendo de forma positiva ou negativa, viabilizando uma tomada de decisão mais assertiva por parte do gestor, no sentido de quanto será o mínimo de margem a se estipular no produto, para cobrir os custos e despesas do negócio. Ainda, na concepção de Ribeiro (2017), as fórmulas para calcular a margem de contribuição podem se tratar entre total e unitária, diante a isso, segue a ilustração explicativa:

Ilustração 3: Fórmula de Margem de Contribuição.

FÓRMULA DE MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	
Margem de Contribuição Unitária	Margem de Contribuição Total
$MCU = \text{Receita de Vendas} - \text{Custos Variáveis Unitários} - \text{Despesas Variáveis Unitárias}$	$MCT = \text{Receita Bruta Total de Vendas} - \text{Custos Variáveis Totais} - \text{Despesas Variáveis Totais}$

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2017, p.438).

Desta forma, com a margem de contribuição é possível identificar a situação financeira da empresa, considerando no cálculo apenas os custos e despesas variáveis, demonstra como cada um dos produtos contribui para amortizar os custos despesas, e depois formar o lucro (DUTRA, 2017).

Entendendo qual é o valor que unitariamente o produto gera como contribuição, é possível desenvolver um preço de venda, dessa maneira será demonstrado no próximo capítulo a formação do preço de venda.

1.4 FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA

A inserção do cálculo referente ao preço de venda de produtos, pode ser adotada como uma estratégia financeira por parte do empresário, dito isso, ressalta-se a importância de apurar corretamente os valores para a obtenção de resultados positivos, pois caso ocorra avaliação errônea o efeito adverso reflete no planejamento estruturado inicialmente. Sendo assim, para Crepaldi e Crepaldi (2018),

O preço adequado de venda de um produto ou serviço junto ao mercado depende do equilíbrio entre o preço de mercado e o valor calculado, em função dos seus custos e despesas. Possibilita uma grande diversidade de informações sobre as empresas: define a quem, dentro do mercado, se dirige o produto e como a empresa se coloca em relação aos produtos ou serviços de seus concorrentes. (CREPALDI; CREPALDI, 2018, p.281).

Tendo em vista que o mercado está em constante transformação, e a cada dia mais competitivo, traçar estratégias para que a empresa consiga uma redução dos custos e formar um preço que lhe traga benefícios tem feito parte dos planejamentos das organizações nos últimos tempos. Uma vez que, devido a alta concorrência, esse processo precisa ser analisado e calculado com alta precisão.

Nesse sentido, Bruni (2018) aponta que, “A formação de preços representa uma das mais importantes e nobres atividades empresariais. A definição equivocada do preço pode arruinar um negócio. Para a empresa, o preço deve ser superior aos custos plenos incorridos, aí incluindo os tributos [...]” (BRUNI, 2018, p.205).

Os preços de vendas podem surgir em meio a três aspectos, o primeiro como sendo através da apuração dos custos da empresa, segundo pelo preço que o mercado está operando, e terceiro pelo preço em que os adversários estão fornecendo aos clientes (YANESE, 2018).

Para Yanese (2018), “O ideal para os empresários seria sempre formar seu preço a partir de seus custos, pois assim poderia incluir a margem desejada.” (YANESE, 2018, p.106).

Logo para a composição do preço de venda faz necessário e indispensável a alocação dos custos gerados na produção, em conformidade com o método de custeio

que melhor se adapta a organização, pois por meio dele é extraído as informações pertinentes para a construção de um preço justo, e com parcelas atrativas de lucros.

Uma forma de tornar a precificação mais precisa é por meio da taxa de marcação, também chamada de Mark-up, a esse respeito Dubois (2019) remete que Mark-up “[...] é representada por um percentual que, ao ser adicionado aos custos totais do produto, deverá propiciar um preço de venda que dará sustentação para a empresa cobrir todas as suas despesas, além de permitir que ela obtenha um valor satisfatório de lucro.” (DUBOIS, 2019, p.227).

Tal constatação aproxima-se do conceito de Sardinha (2013), onde encontra-se o esclarecimento de que o Mark-up “[...] é uma “ferramenta”, ou modelo, que ajuda ao gestor a definir essa política de preço, que partindo do conceito geral que relaciona os custos dos produtos com receita, “traduz” o valor de venda para cada produto.” (SARDINHA, 2013, p.97).

Quanto a sua classificação pode-se obter o Mark-up multiplicador e o divisor, que conforme Bruni e Famá (2019) tem-se as seguintes fórmulas:

Ilustração 4: Fórmulas do Mark-up.

MARK-UP MULTIPLICADOR	MARK-UP DIVISOR
$\frac{1}{1 - \text{Soma Taxas Percentuais}}$	$1 - \text{Soma Taxas Percentuais}$

Fonte: Adaptado de BRUNI; FAMÁ (2019, p.237).

Bruni e Famá complementam que o resultado alcançado pelas fórmulas de Mark-up apresentadas na Ilustração 6, deverão ser aplicadas sobre o custo unitário do produto, sendo que no caso do Mark-up multiplicador deve ser multiplicado pelo custo unitário, e no caso do Mark-up divisor, deverá ser dividido o custo unitário do produto pela taxa de marcação divisora (BRUNI; FAMÁ, 2019).

As taxas percentuais tomam como base os percentuais de impostos incidentes sobre o preço de venda, a qual também pode-se atribuir juntamente a comissão sobre vendas e a margem de lucro desejada (WERNKE, 2018). Na resolução das equações tanto pelo método multiplicador, quanto pelo método divisor, ambos chegam ao mesmo preço de venda, e a escolha por qual meio aderir fica a critério da empresa.

Portanto, é indispensável a organização investigar se o montante atribuído ao produto está sendo rentável a ponto de satisfazer o consumidor final e assim como a obtenção de lucro almejado, para isso é necessário traçar estratégias que além de considerar a formação do preço de venda pelos custos, como outros aspectos já mencionados, sendo através da análise do preço de mercado e o preço dos concorrentes.

Conforme Biagio (2012) alega que “A análise dos concorrentes dá uma ideia do preço de venda por semelhança com aquilo que é praticado pelo mercado, ao passo que a análise dos clientes dá uma ideia do preço que o mercado consumidor está disposto a pagar pelo produto.” (BIAGIO, 2012, p.12).

Contudo, uma vez que realizar um bom planejamento com todos os dados operacionais da linha de produção, com métodos e meios viáveis ao negócio, será possível desenvolver um preço acessível e lucrativo, mantendo um bom posicionamento perante o mercado e garantindo sucesso empresarial.

2 METODOLOGIA

Neste tópico será exposto quais as técnicas e métodos foram utilizados para o desenvolvimento do artigo, logo, constam subsequentemente a categorização da pesquisa, o processo de geração de dados e a análise e interpretação dos mesmos.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

O desenvolvimento do estudo tem como foco a gestão de custos em uma microempresa do ramo metalúrgico, com o intuito de identificar os custos de produção, bem como, o cálculo do método de custeio para alocar corretamente tais custos, e qual o reflexo deste procedimento na formação de preços dos produtos.

Quanto a natureza da pesquisa, qualifica-se como aplicada, pois origina-se de aplicações práticas com devidas concepções sugeridas posteriormente, demonstrando desta forma, possíveis soluções baseadas nos resultados obtidos pela pesquisadora.

Relativo a base da coleta de informações atualizadas da metalúrgica, o método de levantamento de dados conceitua-se como uma pesquisa quantitativa. E após a coleta de dados operacionais, os mesmos foram transformados em dados numéricos através da elaboração de tabelas.

Sob a perspectiva dos objetivos propostos que cerne o artigo, empregou-se a pesquisa descritiva, onde foi possível ter acesso as informações necessárias sobre as receitas, despesas e custos de produção por intermédio de uma entrevista com o proprietário da metalúrgica. Ademais, foi efetuado a observação direta intensiva do processo de produção, que contou com duas entrevistas, a fim de compreender o funcionamento interno da referida empresa.

Em suma, quanto à conduta em relação aos dados ou procedimentos técnicos, a pesquisa se classifica como um estudo de caso, mediante às análises e informações obtidas especificadamente da empresa em estudo, bem como obteve necessidade de realizar pesquisa bibliográfica para expor os conceitos dos termos utilizados no referencial.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

A investigação vigente utilizou-se de fontes diretas para obtenção dos dados necessários para o desenvolvimento dos objetivos propostos, mais especificamente, da observação direta intensiva, ou seja, por intermédio de entrevistas e análise documental com o proprietário da metalúrgica selecionada pela acadêmica.

No decorrer deste processo, foram realizadas duas entrevistas, onde a primeira sucedeu no dia 21 de agosto de 2021, tendo por escopo principal conhecer melhor o cotidiano da empresa, enquanto a segunda foi no dia 4 de setembro de 2021, a fim de obter informações pertinentes ao processo de produção. Salienta-se ainda que, entre os dias 15 a 30 de setembro, foram feitas diversas visitas ao espaço físico do estabelecimento.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Posterior a coleta de dados para atingir os objetivos da pesquisa, é imprescindível a análise e interpretação de tais coletas. Para tal, o artigo emprega o método dedutivo, posto que, inicia com formulações mais gerais, afinando os apontamentos para a análise mais específica que compreende o estudo de caso, em que o fenômeno estudado é a gestão de custos, voltados a produção da metalúrgica.

Referente ao método de procedimento, usufruiu-se do método estatístico, uma vez que, as ferramentas utilizadas nesta etapa são tabelas, planilhas e ainda, um levantamento sobre a análise do processo de custos e produção.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta fase do artigo são expostos as análises e os resultados obtidos através da realização prática dos cálculos relevantes realizados durante a pesquisa. Desta forma, o tópico se divide em: apresentação da organização; custos de produção; margem de contribuição e formação do preço de venda.

3.1 APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A empresa em que foi realizado o estudo é uma microempresa do ramo metalúrgico, situada na cidade de Independência, no Estado do Rio Grande do Sul, e teve início em suas atividades em agosto de 2020, e atualmente se encontra enquadrada como Microempreendedor Individual (MEI). Sua produção está voltada para a construção de esquadrias de ferro, como portões de contrapeso, portas de abrir, portas de correr, grades externas, entre outros. O quadro de colaboradores é formado somente pelo proprietário, o qual não possui empregados, e o mesmo desenvolve todas as atividades da linha de produção.

3.2 CUSTOS DE PRODUÇÃO

Neste capítulo é apresentado os resultados obtidos com o estudo, e assim como também é realizada a análise dos custos de produção, desde os custos iniciais, até os custos finais.

O patrimônio da metalúrgica é composto por máquinas e equipamentos, assim como veículos e prédio (imóvel), conforme Ilustração 5, é representado a base física que compõem a empresa e a respectiva depreciação mensal em que cada bem incorre:

Ilustração 5: Composição patrimonial.

Descrição	Data aquisição (mês)	Valor de aquisição (R\$)	Vida útil (anos)	Taxa anual (%)	Depreciação anual (R\$)	Depreciação mensal (R\$)	Depreciação por hora (R\$)
Compressor 15 PSI – Fixo	Mai 2021	2.300,00	10	10	230,00	19,17	0,11
Fiorino Furgão 1.5	Ago 2020	8.500,00	5	20	1.700,00	141,67	0,80
Carretinha Reboque	Jul 2021	5.500,00	5	20	1.100,00	91,67	0,52
Prédio	Ago 2020	40.000,00	25	4	1.600,00	133,34	0,76
Total					4.630,00	385,85	2,19

Fonte: produção da pesquisadora.

Como mencionado na Ilustração 5, foi demonstrado a composição da estrutura física da empresa, porém a mesma possui diversas máquinas e equipamentos que não constaram na ilustração pelo fato de que o valor de aquisição de cada bem foi inferior a R\$ 1.200,00, o qual não sofre depreciação e é considerado conforme a Lei 12.973/2014, em seu artigo 15, diretamente como gasto do período em que ocorreu a compra:

Art. 15. O custo de aquisição de bens do ativo não circulante imobilizado e intangível não poderá ser deduzido como despesa operacional, salvo se o bem adquirido tiver valor unitário não superior a R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) ou prazo de vida útil não superior a 1 (um) ano. (BRASIL, 2014).

A depreciação foi realizada com o cálculo base anual, mensal e por hora trabalhada, onde multiplicando o valor de aquisição pela taxa anual obtém-se a parcela

referente ao ano todo, e dividindo o valor encontrado anualmente por 12 meses localiza-se o montante mensal, e assim como, para o cálculo por hora é considerado que em um mês são trabalhadas 176 horas, e 44 horas semanais, então divide-se o resultado identificado mensalmente pela quantidade de horas existentes dentro do referido mês.

A metalúrgica possui uma variada linha de serviços e produtos, todavia, desde o início de sua trajetória no mercado até o presente momento alguns itens tornaram-se mais relevantes, ou seja, com mais procura, são eles: Portões de Contrapeso, Portas de Abrir e Correr, e Grades Externas.

Para a fabricação destas peças, é necessário a utilização de matéria-prima, as quais são adquiridas pela empresa conforme a necessidade para a produção. Conforme Dutra (2017), “Matéria-prima: é o elemento que sofrerá transformação ou agregação para o surgimento de outro bem diferente. É adquirida de outras empresas ou é proveniente de fase ou fases anteriores de produção [...]” (DUTRA, 2017, p.11). Devido a variação do preço das matérias-primas durante o período analisado, na Tabela 1 a seguir será demonstrado quais são elas utilizadas para constituir os produtos já mencionados e os respectivos valores que incorreu em cada mês dentro do período analisado:

Tabela 1

Matérias-primas utilizadas na produção.

Descrição	Un. Medida	Matérias-primas (R\$)								
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Areia	KG	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20		0,20	0,20	0,20
Cabo de aço ¼ polegada	M	3,50	3,92	3,61	3,57	4,12		3,52	3,50	3,50
Cantoneira 5/8	M		5,44	5,50	5,57		5,72	5,63	5,57	
Caixa interna de peso	PC	12,00	12,20	12,16	12,00	12,90		12,60	12,00	12,00
Clips ¼ polegada	PC	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50		1,50	1,50	1,50
Disco de corte 7 polegadas	PC	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
Disco flap	PC	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
Dobradiça pino	PC				2,50	2,50	2,50	2,50		2,50
Eletrodo	KG	28,50	28,50	28,50	28,50	28,50	28,50	28,50	28,50	28,50

Fechadura para porta de abrir	PC		55,00		55,00	55,00	55,00	55,00		55,00
Fechadura para porta de correr	PC		100,00	100,00	100,00		100,00	100,00	100,00	
Ferro chato 5/8	M		4,05		4,28	5,12	4,90	4,85		4,15
Ferro chato 3/16 x 2 polegadas	M	20,10	20,36	20,40	20,42	21,05		20,77	21,14	21,70
Lixa	M	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50		3,50	3,50	3,50
Massa plástica de chapeamento	PC	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00		20,00	20,00	20,00
Perfil Guia 48 mm Rol S Anel	PC	17,40		17,00	17,90	17,90		19,78	19,12	19,71
Perfil T123 1,20 X 3000 mm	PC	152,35	152,35	152,35	164,32	179,20		170,24	174,18	159,03
Perfil T123A 1,20 X 3000 mm	PC	46,04	51,27	51,27	55,70	60,30		57,29	58,14	69,56
Perfil T194 Búzio 0,75 x 2500 x 1090mm	PC	241,17	241,17	243,12	245,10	246,30		242,60	243,12	256,33
Perfil T91 2,00 X 2300 mm	PC	67,82	75,51	75,51	76,23	88,82		98,81	98,90	78,83

Continuação da Tabela 1

Descrição	Un. Medida	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Perfil T94 1,20x2300mm	PC	125,64	139,90	139,90	141,15	143,17		144,16	145,03	147,20
Perfil T96 0,75x2.200x930 mm	PC		180,21	185,78	186,08	192,89	188,57	198,63	205,79	205,79
Puxador	PC	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
Rebite	PC		0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12
Rolamento 20mm	PC		14,00	14,00	14,00		14,00		14,00	
Roldana U 75mm Pino Rol	PC	22,28	21,61	22,45	25,25	24,49		26,43	25,55	27,59
Tampa PVC	PC			0,20			0,20		0,20	
Tinta fundo	KG	9,15	9,15	9,15	9,15	9,15	9,15	9,15	9,15	9,15
Tubo 15x15x0,90 mm	M			5,47			6,21		5,90	
Tubo Retangular 20 x 30 x 1,06mm	M	9,81	10,43	10,22	11,34	12,00	12,11	11,52	11,26	10,93
Tubo Redondo 32 x 1,20mm	M	11,15	11,40	11,27	11,92	12,07		12,93	11,78	12,27
Tubo Retangular 30 x 40 x 1,20mm	M	14,66	15,66	15,45	18,06	19,16	19,47	17,55	16,89	15,97
Trinco chato 4 polegadas	PC	14,00	14,00	14,00	14,00	14,00		14,00	14,00	14,00

Fonte: produção da pesquisadora.

De maneira expositiva, na Tabela 1, foram expostos os custos variáveis com todos os materiais utilizados na produção de Portão de Contrapeso, Porta de Correr, Porta de Abrir e Grande Externa m², suas unidades de medidas e seus respectivos valores que incorreram em cada mês, o qual para cada determinado produto é usado uma quantidade diferente.

Para mensurar o custo com matéria-prima, o cálculo é realizado com base na unidade de medida posteriormente é multiplicado pela quantidade necessária de material para fabricar cada esquadria. Conforme segue abaixo as Tabelas 2, 3, 4 e 5, serão demonstradas as quantidades de matéria-prima utilizadas em cada produto, como segue:

Tabela 2

Matéria-prima para portão de contrapeso (2,20 x 3m).

Matéria-prima	Quantidade utilizada
Areia	60
Continuação da Tabela 2	
Matéria-prima	Quantidade utilizada
Cabo de aço	5
Caixa interna de peso	2
Clips ¼ polegada	4
Disco de corte 7 polegadas	2
Disco flap	1
Eletrodo	1,5
Ferro chato 3/16 x 2 polegadas	1,30
Lixa	1
Massa plástica de chapeamento	1
Perfil Guia 48 mm Rol S Anel	2
Perfil T123 1,20 X 3000 mm	1
Perfil T123A 1,20 X 3000 mm	2
Perfil T194 Buzio 0,75 x 2500 x 1090mm	2
Perfil T91 2,00 X 2.300 mm	2
Perfil T94 1,20X2300mm	2
Puxador	1
Roldana U 75mmm Pino Rol	2
Tinta	3
Trinco chato 4 polegadas	2
Tubo Redondo 32 x 1,20mm	3
Tubo Retangular 20 x 30 x 1,06mm	6,38
Tubo Retangular 30 x 40 x 1,20mm	9,34

Fonte: Produção da pesquisadora.

Tabela 3

Matéria-prima para porta de abrir (2,10 x 0,80m).

Matéria-prima	Quantidade utilizada
Disco de corte 7 polegadas	1
Disco flap	0,5
Dobradiça pino	2
Eletrodo	0,250
Fechadura	1
Ferro chato 5/8	5
Perfil T96 0,75x2.200x930mm	1
Rebite	45
Tinta fundo	1
Tubo Retangular 20x30 1,06 mm	11,6

Fonte: Produção da pesquisadora.

Tabela 4

Matéria-prima para porta de correr (2,10 X 0,80m).

Matéria-prima	Quantidade utilizada
Cantoneira 5/8	1,6
Disco de corte 7 polegadas	1
Disco flap	0,5
Eletrodo	0,250
Fechadura	1
Perfil T96 0,75x2.200x930mm	1

Continuação da Tabela 4

Matéria-prima	Quantidade utilizada
Puxador	2
Rebite	50
Rolamento 20mm	2
Tinta fundo	1
Tubo Retangular 20x30x1,06 mm	12,4
Tubo Retangular 30 x 40 x 1,20mm	2,1

Fonte: produção da pesquisadora.

Tabela 5

Matéria-prima para grade externa (m²).

Matéria-prima	Quantidade utilizada
Disco de corte 7 polegadas	3
Eletrodo	0,5
Tampa PVC	10
Tinta fundo	0,5
Tubo 15x15x0,90 mm	12
Tubo Retangular 20x30x1,06 mm	3
Tubo Retangular 30 x 40 x 1,20mm	1,5

Fonte: produção da pesquisadora.

Durante a realização da entrevista, o proprietário repassou informações referente as quantidades produzidas dos produtos que já foram mencionados, em cada mês, ou seja, na Tabela 6 demonstrará as quantidades:

Tabela 6
Quantidade produzida.

Mês	Portão de Contrapeso	Porta de Abrir	Porta de Correr	Grade Externa m ²
Jan	1			
Fev	1	1	2	
Mar	1		1	19
Abr	1	1	1	
Mai	1	2		
Jun		1	2	11
Jul	1	1	2	
Ago	1		1	20
Set	1	1		

Fonte: produção da pesquisadora.

Através das informações apresentadas na Tabela 6 referentes as quantidades produzidas, nos meses que não houve preenchimento, ocorre pelo fato que não obteve produção dos itens, com isso, é possível identificar o custo total com matéria-prima por produto em cada mês, como segue na Tabela 7 abaixo:

Tabela 7
Custo matéria-prima por produto (R\$).

Mês	Portão de Contrapeso	Porta de Abrir	Porta de Correr	Grade Externa (1m ²)
Jan	1.666,34			
Fev	1.746,24	416,03	545,18	
Mar	1.745,75		548,03	167,29
Abr	1.814,86	434,69	567,79	
Mai	1.889,34	453,36		
Jun		449,21	583,01	187,87
Jul	1.877,09	452,18	581,60	
Ago	1.860,51		584,06	177,73
Set	1.865,58	449,00		
Custo Médio	1.808,21	442,41	568,28	177,63

Fonte: produção da pesquisadora.

Em referência a Tabela 6, nos meses que não houve o preenchimento das quantidades vendidas, conforme o gestor relatou, não obteve produção destes itens.

Analisando-se os dados disponíveis na Tabela 7, percebe-se de forma nítida um aumento no custo dos materiais diretos no período analisado, sendo que todos os 4 produtos tiveram aumento no custo de seus materiais. O Portão de Contrapeso foi o que sofreu maior reajuste no período, com um aumento máximo de 12,65% nos materiais utilizados no mês de julho em comparação com o primeiro mês (Janeiro), o que teve reajuste nesses patamares foi a Grade Externa, com o maior aumento em seu custo de materiais situados no mês de junho com 12,30% em relação ao mês de Março (primeiro mês com produção desse produto).

Além dos custos diretos e custos variáveis, representados especialmente pelos materiais diretos, há a necessidade de se analisar a presença de outros custos de fabricação, como a depreciação, mão-de-obra, energia e água, todos considerados como custos fixos e custos indiretos de fabricação, pois, além de não apresentarem variação entre os meses, são custos comuns para todos os produtos (RIBEIRO, 2017).

Dessa forma, para o cálculo do custo total destes produtos pelo método de custeio absorção, tornou-se necessário realizar o rateio destes custos fixos, e para isso, utilizou-se como critério de rateio o número de horas trabalhadas. Para a fabricação de cada esquadria ocupa-se horas trabalhadas diferenciadas, e mediante a isso, o gestor relatou que para produzir um portão de contrapeso em média utiliza-se 44 horas de trabalho, para porta de abrir 8 horas, na porta de correr 12 horas e por m² de grade externa 2 horas. Desta forma, nas Ilustrações a seguir evidencia os custos fixos indiretos da metalúrgica:

Ilustração 6: Custos fixos indiretos.

Descrição	Média anual (R\$)	Critério de rateio	Valor unitário (R\$)
Mão-de-Obra	1.800,00	176 Horas	10,23
Energia	180,00	176 Horas	1,02
Água	65,00	176 Horas	0,37
TOTAL	2.045,00	176 Horas	11,62

Fonte: produção da pesquisadora.

Como visto na Ilustração 6 os custos fixos tanto diretos quanto indiretos foram calculados por hora trabalhada, com base em 176 horas. Como custo fixo direto a empresa incorre com mão-de-obra, devidamente calculado sobre o pró-labore, o qual seria a remuneração estipulada pelo gestor pelas atividades desenvolvidas no valor de

R\$ 1.800,00, como mencionado pelo proprietário, o valor que retira mensal é relativamente baixo pelo fato de estar iniciando seu empreendimento e não possui uma clientela fixa.

Desse modo, através das informações dos custos de produção é possível aplicar o método de custeio por absorção para identificar o custo que cada produto incorreu mensalmente nos períodos que houve produção dos itens. A seguir a Tabela 8 demonstra os custos totais unitários referentes ao Portão de Contrapeso, considerando que para fabricá-lo ocupa-se 44 horas como já mencionado:

Tabela 8

Custos totais unitários - Portão de Contrapeso.

Mês	Custos Variáveis	Custos Fixos	Custo Total
	Matéria-prima (R\$)	Custos Indiretos de Fabricação (CIF)	Total (R\$)
Jan	1.666,34	607,64	2.273,98
Fev	1.746,24	607,64	2.353,88
Mar	1.745,75	607,64	2.353,39
Abr	1.814,86	607,64	2.422,50
Mai	1.889,34	607,64	2.496,98
Jun			
Jul	1.877,09	607,64	2.484,73
Ago	1.860,51	607,64	2.468,15
Set	1.865,58	607,64	2.473,22
MÉDIA	1.808,21	607,64	2.415,85

Fonte: produção da pesquisadora.

Com a apresentação da Tabela 8, observa-se que o mês de janeiro é o que possuiu menor custo em relação aos outros meses, o que exemplifica é o aumento do custo com matéria-prima no decorrer dos meses. Na Tabela 9 a seguir são apresentados os custos totais mensais com a produção de Portas de Abrir, levando em conta as horas trabalhadas descrita anteriormente:

Tabela 9

Custos totais unitários – Porta de Abrir.

Mês	Custos Variáveis	Custos Fixos	Custo Total
	Matéria-prima (R\$)	Custos Indiretos de Fabricação (CIF)	Total (R\$)
Jan			
Fev	416,03	110,48	526,51
Mar			
Abr	434,69	110,48	545,12

Mai	453,36	110,48	563,84
Jun	449,21	110,48	559,69
Jul	452,18	110,48	562,66
Ago			
Set	449,00	110,48	559,48
MÉDIA	442,41	110,48	552,88

Fonte: produção da pesquisadora.

Observando as informações apresentadas na Tabela 9, em comparação entre o primeiro mês de fabricação deste produto (fevereiro), houve variação de 6,86% do custo total para o mês de julho, consideravelmente um aumento significativo do custo de produção. Na sequência, outro item fabricado tem-se Porta de Correr, segue a demonstração na Tabela 10:

Tabela 10

Custos totais unitários – Porta de Correr.

	Custos Variáveis	Custos Fixos	Custo Total
Mês	Matéria-prima (R\$)	Custos Indiretos de Fabricação (CIF)	Total (R\$)
Jan			
Fev	545,18	165,72	710,90
Mar	548,03	165,72	713,75
Abr	567,79	165,72	733,51
Mai			
Jun	583,01	165,72	748,73
Jul	581,60	165,72	747,32
Ago	584,06	165,72	749,78
Set			
MÉDIA	568,28	165,72	734,00

Fonte: produção da pesquisadora

Como é perceptível, o custo de fabricação da Porta de Abrir foi menor que o custo da Porta de Correr, isso se explica pelo fato que a porta de correr necessita maior tempo de produção, e maior quantidade de matéria-prima, além de ser uma porta que utiliza menor espaço físico. A próxima tabela evidenciará os custos totais por m² de Grade Externa produzidas nos meses abaixo descritos:

Tabela 11

Custos totais unitários – Grade Externa m².

Mês	Custos Variáveis	Custos Fixos	Custo Total
	Matéria-prima (R\$)	Custos Indiretos de Fabricação (CIF)	Total (R\$)
Jan			
Fev			
Mar	167,29	27,62	194,91
Abr			
Mai			
Jun	187,87	27,62	215,49
Jul			
Ago	177,73	27,62	205,35
Set			
MÉDIA	177,63	27,62	205,25

Fonte: produção da pesquisadora

Ao analisar os custos totais da Grade Externa m² em relação a março e junho, percebe-se que houve um aumento no valor de compra da matéria-prima, tornando-se com um custo mais elevado do que em comparação ao mês de agosto, com variação de 10,56%.

Além de todos os custos exibidos nas tabelas anteriores, a empresa possui despesas fixas mensais, que pode-se ressaltar como sendo aquelas que geram-se por fornecer um suporte administrativo para a empresa, assim, segue na Ilustração 7, as despesas fixas que a metalúrgica possui:

Ilustração 7: Despesas fixas.

Descrição	Média mensal (R\$)
Combustível	200,00
IPTU	23,58
Imposto MEI	60,00
Telefone	35,00
Total	318,58

Fonte: produção da pesquisadora.

A partir das informações adquiridas com a realização das entrevistas, a metalúrgica possui despesas com combustíveis, IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e telefone, conforme demonstrado na Ilustração 7, e as mesmas foram

realizadas com base em uma média mensal, referente ao período analisado, perfazendo um total de R\$ 318,58.

3.3 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

Após obter os valores correspondentes aos custos de produção, e dos valores cobrados por cada produto informado durante a entrevista pelo proprietário, pode-se realizar um levantamento da margem de contribuição, conforme citado na página 10 por Padoveze (2014, p.294), a margem de contribuição unitária é a diferença do preço de venda entre os custos e despesas variáveis, com isso, os cálculos a seguir serão representados nas tabelas abaixo respectivamente, sendo primeiramente a Tabela 12, com a apresentação da margem de contribuição unitária referente ao Portão de Contrapeso:

Tabela 12

Margem de contribuição unitária referente Portão de Contrapeso.

Mês	Preço de venda (R\$)	Custos variáveis (R\$)	MCU (R\$)	MCU (%)
Jan	3.900,00	1.666,34	2.233,66	57,27%
Fev	3.900,00	1.746,24	2.153,76	55,22%
Mar	3.900,00	1.745,75	2.154,25	55,24%
Abr	3.900,00	1.814,86	2.085,14	53,47%
Mai	3.900,00	1.889,34	2.010,66	51,56%
Jun				
Jul	3.900,00	1.877,09	2.022,91	51,87%
Ago	3.900,00	1.860,51	2.039,49	52,29%
Set	3.900,00	1.865,58	2.034,42	52,16%
MÉDIA	3.900,00	1.808,21	2.091,78	53,63%

Fonte: produção da pesquisadora.

Conforme o preço de venda cobrado pelo proprietário no valor de R\$ 3.900,00 reais, nota-se que a margem de contribuição localizada é em média 53,63% da receita auferida com a venda do portão, ou seja, este produto está contribuindo em média 53,63% para cobrir os gastos do período. Para a venda da porta de abrir, o proprietário informou que o preço de venda praticado para esse produto é no valor de R\$ 800,00 reais cada, diante a exposto, na Tabela 14 a seguir evidencia-se a margem de contribuição unitária referente a essa esquadria:

Tabela 13

Margem de contribuição unitária referente Porta de Abrir.

Mês	Preço de venda (R\$)	Custos variáveis (R\$)	MCU (R\$)	MCU (%)
Jan				
Fev	800,00	416,03	383,97	48,00%
Mar				
Abr	800,00	434,69	365,31	45,66%
Mai	800,00	453,36	346,64	43,33%
Jun	800,00	449,21	350,79	43,85%
Jul	800,00	452,18	347,82	43,48%
Ago				
Set	800,00	449,00	351,00	43,87%
MÉDIA	800,00	442,41	357,59	44,70%

Fonte: produção da pesquisadora.

Em comparação com os resultados obtidos com o Portão de Contrapeso, a margem de contribuição da porta de abrir ficou um pouco abaixo, isso se explica, pois, seus custos variáveis se quantificam com mais de 50% do preço de venda, porém ainda cobre os custos, mas afeta quanto a lucratividade esperada. Para a venda da Porta de Correr é cobrado o valor de R\$ 1.200,00 reais por cada esquadria, como segue:

Tabela 14

Margem de contribuição unitária referente Porta de Correr.

Mês	Preço de venda (R\$)	Custos variáveis (R\$)	MCU (R\$)	MCU (%)
Jan				
Fev	1.200,00	545,18	654,82	54,57%
Mar	1.200,00	548,03	651,97	54,33%
Abr	1.200,00	567,79	632,21	52,68%
Mai				
Jun	1.200,00	583,01	616,99	51,42%
Jul	1.200,00	581,60	618,40	51,53%
Ago	1.200,00	584,06	615,94	51,33%
Set				
MÉDIA	1.200,00	568,28	631,72	52,64%

Fonte: produção da pesquisadora.

Com a venda referente a porta de correr o cenário retorna e se assemelha a venda do portão de contrapeso, onde os custos variáveis são significativos, mas não ao ponto de prejudicar a rentabilidade financeira. Com base nos cálculos da grade externa

considerou-se por m² o valor de R\$ 260,00 reais, pelo qual o proprietário realiza o cálculo do custo e para impor valor de venda, assim temos na Tabela 16 os seguintes valores:

Tabela 15

Margem de contribuição unitária referente Grade Externa m².

Mês	Preço de venda (R\$)	Custos variáveis (R\$)	MCU (R\$)	MCU (%)
Jan				
Fev				
Mar	260,00	167,29	92,71	35,66%
Abr				
Mai				
Jun	260,00	187,87	72,13	27,74%
Jul				
Ago	260,00	177,73	82,27	31,64%
Set				
MÉDIA	260,00	177,63	82,37	31,68%

Fonte: produção da pesquisadora.

Em face da margem de contribuição alcançada e pelo preço cobrado por m² de Grade Externa, a empresa está operando com um risco de não conseguir suprir com os custos, uma vez que os mesmos ultrapassam de 60% sobre o valor de venda.

3.4 FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA

Após obter e identificar os custos de produção e as despesas incorridas mensalmente, é necessário verificar se o preço de venda praticado pelo proprietário é suficientemente para cobrir todos os gastos. Com isso, através da aplicação da taxa de Mark-up que, para Sardinha (2013, p.97) como já trabalhado na página 12, o Mark-up auxilia a definir a política de preços e traduzir o valor da venda para cada produto. Como método será utilizado o Mark-up multiplicador, como pode ser visualizado na Ilustração 8, logo abaixo:

Ilustração 8: Mark-up multiplicador.

Receita (R\$)	Despesas fixas (%)	Lucro desejado (%)	Soma dos percentuais (%)	Mark-up
69.600,00	4,12	30	34,12	1,52

Fonte: produção da pesquisadora.

O valor da receita exposto na Ilustração 8, é com base no período de 9 meses, o qual foi o período analisado, mediante informação do proprietário, obteve R\$ 69.600,00 de receita de venda. Logo, o cálculo do Mark-up multiplicador foi realizado considerando as despesas fixas e a margem de lucro desejada pelo mesmo, o qual é de 30%, na conclusão do cálculo chegou-se ao resultado de Mark-up de 1,52.

Na sequência será demonstrado a comparação entre o valor cobrado por produto e aplicando o Mark-up, quanto deveria ter sido alocado os preços, bem como se o valor praticado está sendo de forma positiva ou negativa, como segue:

Tabela 16

Aplicação taxa de Mark-up.

Produto	Média custos unitários (R\$)	Preço cobrado (R\$)	Preço sugerido (R\$)	Diferença (R\$)
Portão de contrapeso	2.415,85	3.900,00	3.672,09	227,91
Porta de abrir	552,88	800,00	840,38	(40,37)
Porta de correr	734,00	1.200,00	1.115,68	84,32
Grade externa por m ²	205,25	260,00	311,98	(51,98)

Fonte: produção da pesquisadora.

Diante a Tabela 16, conseguiu-se encontrar um preço de venda com base na aplicação da taxa de mark-up que multiplicada pela média dos custos unitários, identificou-se que dois dos produtos fabricados como, o portão de contrapeso e a porta de correr está evidenciando uma diferença acima do valor cobrado, superando as expectativas do proprietário, porém com a produção da porta de abrir e da grade externa por m², gerou-se um déficit de R\$ 40,37 e R\$ 51,98 respectivamente, os quais de certo modo não estariam gerando prejuízo para a empresa, mas aplicando a margem de lucro desejada o preço de venda fica inferior ao que deveria ser cobrado.

CONCLUSÃO

Em vista da atual situação econômica, as pequenas empresas detêm de certas dificuldades quanto a gestão dos processos internos, e como encontrar maneiras de

reduzir custos e maximizar lucros. Com isso, o auxílio de profissionais é imprescindível, para fornecer uma gestão eficaz e com diferencial de mercado.

Com base nisso, o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso teve como seguimento a apuração de custos em uma microempresa do ramo metalúrgico, situada da cidade de Independência, Estado do Rio Grande do Sul, tendo como análise o período de janeiro a setembro de 2021.

Acerca dos objetivos explanados, que se apresentou em analisar os custos de produção e as margens de lucro dos produtos: Portão de Contrapeso, Porta de Abrir, Porta de Correr e Grade Externa m², mais especificamente em calcular os custos de produção e o custo dos produtos pelo método de custeio absorção; apurar a margem de contribuição; e calcular o preço de venda ideal pelo método do mark-up, é viável relatar que os mesmos foram alcançados.

Partindo da problemática do estudo em questão, “qual o custo médio dos principais produtos da empresa no período de janeiro a setembro de 2021?”, utilizou-se de alguns meios para a resolução da mesma, como a realização de duas entrevistas, tendo por escopo principal conhecer melhor o cotidiano da empresa e de obter informações pertinentes ao processo de produção, assim como foram feitas diversas visitas ao espaço físico do estabelecimento.

Através dos dados obtidos, mediante tabelas, foi possível expor os custos médios de produção unitários, com a aplicação do método de custeio absorção, bem como a margem de contribuição indicando a lucratividade de cada produto. Após demonstrar os custos de produção, foi realizado a formação do preço de venda ideal pelo método mark-up multiplicador.

Com o desenvolvimento do trabalho, identificou-se que a metalúrgica no período analisado está gerenciando os custos de produção dos produtos especificados, de maneira eficaz, pois consegue liquidar os custos envolvidos na linha de produção e adquirir lucro, porém não da forma estimada pelo proprietário, mas com o desenlace deste trabalho, poderá atingir suas expectativas.

A investigação da temática é pertinente para o mundo acadêmico de maneira que, ao mesmo tempo que o tema “apuração de custos”, faz parte da grade curricular da faculdade cursada pela acadêmica, fornece aprofundamento na prática com situação

real, embasada em teorias confirmadas por autores especializados e renomados, podendo aquelas pessoas que já conhecem sobre o assunto se inteirar, e também para as pessoas que desconhecem, obter conhecimento dos assuntos trabalhados.

REFERÊNCIAS

BIAGIO, Luiz Arnaldo. **Como Calcular o Preço de Venda**. Barueri, SP: Manole, 2012.

BRASIL, Lei nº. 12.973, de 13 de maio de 2014. Altera a legislação tributária federal. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 13 mai. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12973.htm>. Acesso em: 24 out. 2021.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de Custos e Formação de Preços: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BRUNI, Adriano Leal. **Série Desvendando as Finanças – administração custos, preços e lucros**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade de Custos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DUBOIS, Alexy; KULPA, Luciana; SOUZA, Luiz E. **Gestão de Custos e Formação de Preços**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

DUTRA, René Gomes. **Custos: uma abordagem prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FONTOURA, Fernando Batista da. **Gestão de Custos: uma visão integradora e prática dos métodos de custeio**. [S.l.]. Atlas, 2013.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos: planejamento, implantação e controle**. 3. ed. [S.l.]. Atlas, 2011.

LYRIO, Eduardo Felicíssimo; ALMEIDA, Roberto Vieira; PORTUGAL, Guilherme Teixeira. **Análise de Custos: uma abordagem simples e objetiva**. Barueri, SP: Manole, 2017.

MARTINS, Eliseu; ROCHA, Welington. **Métodos de Custeio Comparados: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas**. 2. ed. [S.l.]. Atlas, 2015.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

NETO, Aroldo Antonio de Oliveira; JACOBINA, Asdrúbal de Carvalho; FALCÃO, Jales Viana. **A Depreciação, a Amortização e a Exaustão no Custo de Produção Agrícola.** Revista Política Agrícola, Ano XVII, Nº 1, Jan./Fev./Mar. 2008. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/402>>. Acesso em: 24 out. 2021.

OLIVEIRA, N. R. S. et al. A importância da análise de custos para as empresas. **Revista FAIPE**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 31-36, maio 2019.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade de Custos: teoria, prática, Integração com Sistemas de Informações (ERP).** [S.l.]. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de Custos Fácil.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de custos.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RODNISKI, Cleber Marcos. **Estrutura de Sistema de Custos e Atributos da Informação: um estudo com empresas brasileiras.** 2013. 177f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3391?show=full>>. Acesso em: 02 out. 2021.

SANTOS, A. A. et al. **Gestão de Custos.** Rev. Porto Alegre: Sagah, 2018.

SANTOS, Joel José. **Manual de Contabilidade e Análise de Custos.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SARDINHA, José Carlos. **Formação de Preço: uma abordagem prática por meio da análise custo-volume-lucro.** [S.l.]. Atlas, 2013.

VEIGA, Windor Espenser; SANTOS, Fernando de Almeida. **Contabilidade de Custos – gestão em serviços, comércio e indústria.** São Paulo: Atlas, 2016.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de Custos: um enfoque direto e objetivo.** 12. ed.rev. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

WERNKE, Rodney. **Análise de Custos e Preço de Venda.** 2. ed. [S.l.]. Saraiva, 2018.

YANESE, João. **Custos e Formação de Preços: importante ferramenta para tomada de decisões.** São Paulo: Trevisan Editora, 2018.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS, UMA ABORDAGEM CENTRADA EM EAC – EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM COMBINADA: O CASO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO NOROESTE GAÚCHO.

José Romeu Marconcine¹
Nedisson Luis Gessi²

RESUMO

O mundo em transformação vem demandando de todos aqueles que se dedicam à educação repensar tempos, espaços e relações no ambiente educativo. No caso do Ensino Superior e da formação profissional, essas mudanças são condição para a reinvenção da forma com é concebida a educação. Desse modo, o tema do presente estudo está alinhado com as Práticas Pedagógicas Inovadoras com uma abordagem do EAC - Experiência de Aprendizagem Combinada, tendo como objetivo verificar como a EAC integrada com as metodologias ativas impacta na melhoria dos resultados no processo de ensino-aprendizagem no Ensino Superior. O presente estudo assume uma perspectiva metodológica alicerçada na pesquisa exploratória, descritiva e aplicada. Em relação aos procedimentos técnicos utilizados, destaca-se a pesquisa bibliográfica e estudo de caso, quanto ao método de abordagem optou-se pelo hipotético-dedutivo. Quanto ao marco teórico, buscou-se evidenciar os temas relacionados a Metodologias Ativas de aprendizagem, as novas tecnologias nos contextos educacionais, práticas pedagógicas inovadoras e o novo perfil docente. Constatou-se que o uso de metodologias ativas combinada com as TICs - Tecnologias da Informação e da Comunicação e plataformas de aprendizagem, engajam mais os estudantes no processo de aprendizagem e gera melhores resultados, encurtando a distância entre a teoria e prática combinada com a utilização de casos reais. Concluiu-se que investir na formação continuada dos docentes é alicerce de sustentação da proposta do EAC, bem como investir em novas tecnologias e plataformas adaptáveis e cada vez mais personalizáveis as demandas dos estudantes e do mercado.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas – Aprendizagem – Metodologias Ativas – Perfil Docente – Inovação no Ensino Superior.

ABSTRACT

The hanging world has been demanding that all those who are dedicated to education rethink times, spaces and relationships in educational spaces. In the case of

¹ Acadêmico do Curso de Administração 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. josemarconcine@gmail.com.

² Doutor em Desenvolvimento Regional, Mestre em Ensino Científico e Tecnológico, Mestre em Gestão Pública, docente das Faculdades Integradas Machado de Assis. nedisson@fema.com.br.

higher education and professional training, these changes are a condition for reinventing the way we conceive education. Thus, the theme of this study is aligned with the Innovative Pedagogical Practices with an approach of the EAC (Combined Learning Experience) aiming to verify how the EAC integrated with active methodologies impacts on the improvement of results in the teaching-learning process in the University education. The present study assumes a methodological perspective based on exploratory, descriptive and applied research, in relation to the technical procedures used, the bibliographical research and the case study stand out. As for the theoretical framework, we sought to highlight themes related to Active Learning Methodologies, new technologies in educational contexts, innovative pedagogical practices and the new teacher profile. It was found that the use of active methodologies combined with ICTs - Information and Communication Technologies and learning platforms more engages students in the learning process and generates better results by shortening the distance between theory and practice combined with the use of real cases. It was concluded that investing in the continuing education of teachers is the foundation for sustaining the EAC proposal, as well as investing in new technologies and platforms that are adaptable and increasingly customizable to the demands of students and the market.

Keywords: Pedagogical Practices – Learning – Active Methodologies – Teacher Profile – Innovation in Higher Education.

INTRODUÇÃO

A nova realidade mundial vem pleiteando uma reestruturação dos ambientes educativos, a fim de atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos na sociedade. Neste novo contexto, o modelo de pedagogia alicerçado na divisão entre pensamento e ação, na memorização e divisão de conteúdos abriu espaço para a inovação pedagógica por meio de novas experiências educativas em que o livro didático deixou de ser o principal responsável pela qualidade do trabalho educativo. Ampliaram-se os espaços de aprendizagem para além da sala de aula e do próprio ambiente escolar, demandando uma transformação estrutural que não depende exclusivamente do acesso às TICs, mas que pode ser viabilizada e potencializada pela inclusão de novas tecnologias.

No caso do Ensino Superior e da formação profissional, este movimento de superação dos moldes tradicionais de ensino são condição para a reinvenção da forma

com que concebemos a educação tanto nos espaços formais quanto não formais, bem como no crescente mundo da educação à distância e híbrida.

No entanto, não basta levar conexão às escolas e fornecer equipamentos para alunos e professores. Essas ações só são consolidadas e produzem resultados positivos expressivos quando associadas a práticas pedagógicas voltadas a inovação nos ambientes educativos.

Dito isto, tem-se como principal característica da chamada reinvenção da educação, a mudança no papel dos professores, que deixam de ser os detentores do conhecimento e passam a mediar o processo de aprendizagem, que tem os estudantes como “agentes” e “autores” do conhecimento.

Este movimento pedagógico se denomina “metodologias ativas de aprendizagem”, por colocar o estudante no centro do processo de aprendizagem e com um papel ativo na construção de conhecimentos, em vez de deixá-los ocupar um papel passivo nas salas de aula tradicionais, enfileirados e olhando para a frente, aguardando a transmissão de conhecimento de seus professores (BACICH; MORAN, 2018). Portanto, a educação é diretamente afetada por este novo contexto, ampliando a equidade no acesso aos estudos e avançando de maneira surpreendente na qualidade do aprendizado.

A base epistemológica para essa revolução ora em curso, que vem abalando o modelo tradicional das escolas e universidades, está assentada no construtivismo e no trabalho de autores como John Dewey, Jean Piaget, Lev Vygostsky, Seymour Papert e o brasileiro Paulo Freire. Todos eles são precursores dos movimentos atuais que buscam ressignificar a educação.

As metodologias ativas não são uma prática nova, muito menos uma novidade teórica, a mesma está alicerçada na defesa de uma educação interativa e dialógica, pressupondo uma corresponsabilidade do estudante por seu processo de aprendizagem de forma a contrapor a chamada “Educação Bancária”, em que os professores simplesmente transmitem informações para serem depositadas nas mentes de seus estudantes e memorizadas.

Mas curiosamente, metodologias ativas estão na moda hoje. Passaram nas últimas décadas e particularmente nos últimos anos, a serem objetos de estudo e

pesquisa, sendo também debatidas em eventos acadêmicos, congressos e mesmo na imprensa, vindo naturalmente a fazer parte de cursos de formação de professores.

Esse movimento, de certa forma, contribui para repensar e fundamentar melhor a prática docente e a necessidade de novos espaços de aprendizagem que contemplem o estudante como centro do processo de aprendizagem e o professor como peça chave nesse processo, passando a ser um mediador, uma espécie de mentor que conduz o estudante na jornada do aprendizado. Para isso, o professor terá que se apropriar das novas tecnologias da informação e comunicação, as chamadas TICs. E não obstante, as Instituições de Ensino devem acompanhar as novas tendências e buscar constantemente qualificar o corpo docente e também encorajar os professores a fazer uso das novas tecnologias nos contextos educacionais, principalmente no ensino superior.

O modo como está estruturado tanto a escola como a universidade nos dias atuais, evidencia um modelo de educação que existe há mais de um século, modelo esse que contribui para a disseminação do conhecimento e também visa reduzir as desigualdades através da ascensão social proporcionada pelo saber. No entanto, este mesmo modelo se mostra atualmente incapaz de sustentar os novos desafios da sociedade contemporânea.

O atual modelo parte da premissa que a realidade prática se dá a partir da aplicação direta da teoria, por isso aplica boa parte do seu tempo transmitindo informações teóricas, na expectativa que o estudante seja capaz de dar aplicabilidade a ela quando necessário. Mas de fato, não é isto que ocorre. Quando o estudante se depara com a prática (geralmente tardiamente), se vê totalmente despreparado para enfrentá-la.

Desse modo, o tema de estudo do presente trabalho está alicerçado nas Práticas Pedagógicas Inovadoras com ênfase na abordagem da EAC em uma IES – Instituição de Ensino Superior, localizada na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Os dados analisado neste trabalho datam do período entre os anos de 2015 à 2021, bem como a pesquisa, realizada durante o mês de novembro de 2021, com os Coordenadores e Diretores da IES.

O foco paradigmático do atual modelo está no que o professor ensina e não no que o estudante aprende. Se o professor fosse avaliado pelo que o estudante aprendeu e não pelo que ele ensinou, a realidade educacional seria muito melhor. A base do atual modelo é “ouvir-entender-memorizar-repetir-exercitar”. A estrutura curricular é fragmentada em disciplinas e pressupõe que, de algum modo, o estudante seja capaz de realizar a integração destes elementos. Soma-se a essa realidade a falta de preparo e formação do professor para ser um educador. Ele é um profissional de determinada especialidade que procura transmitir o que sabe de algum modo empírico, do mesmo modo que seus professores fizeram com ele.

Não obstante a isso, confunde-se ensino com aula. As DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais, preconizam a formação de um egresso com perfil generalista, humanista, crítico e reflexivo. Estas competências propostas são impossíveis de serem desenvolvidas somente por meio de aulas expositivas. Nos dias de hoje, a evolução dos meios de comunicação e informação mudaram a forma como vemos e nos comunicamos, promovendo impactos diretos na sociedade, educação, cultura, economia, relações pessoais, etc. No entanto, há 30 anos os educadores prestavam pouca atenção ao trabalho dos cientistas cognitivos e os pesquisadores do campo das ciências cognitivas trabalhavam distantes da realidade das salas de aula. Hoje o que percebemos é uma aproximação maior dos pesquisadores cognitivos com os ambientes educacionais, dedicando maior tempo aos processos de gestão da aprendizagem por parte dos professores, testando e refinando suas teorias em salas de aulas reais.

Nesse contexto, tem-se como problemática de estudo: Como a EAC, integrada com as metodologias ativas, pode contribuir para a melhoria dos resultados no processo de ensino-aprendizagem no Ensino Superior?

Ainda que as formas tradicionais de ensino sejam importantes, elas não podem ser o foco exclusivo dos esforços para melhorar o desempenho na aprendizagem. A busca do saber também precisa se concentrar nas transformações sociais e econômicas, na realidade do ambiente de trabalho e em refletir experiências para se aprender a partir do que já aconteceu.

Assim, torna-se necessário pensar novos modelos para novos tempos, modelos preocupados em facilitar a aprendizagem, minimizar o excesso de aulas expositivas que

segundo estudos demonstraram baixo impacto de aprendizagem, mudar o foco do aluno de sujeito passivo para um sujeito autônomo e capaz de aprender a aprender. Assim, percebe-se a necessidade de mudanças para atender os novos desafios da contemporaneidade, em especial na passagem da ênfase no conteúdo e no conhecimento conceitual (declarativo) para o destaque nas competências e no conhecimento estratégico. Mudanças de foco na metodologia expositiva de ensino para metodologias ativas de aprendizagem, ou simplesmente mudança do foco no ensino para o foco na aprendizagem.

Portanto, o objetivo do presente estudo é verificar como a EAC integrada com as metodologias ativas impacta na melhoria dos resultados no processo de ensino-aprendizagem no Ensino Superior.

Diante dos desafios atuais interpostos à educação de distintos níveis, modalidades e contextos, torna-se necessário o repensar do fazer docente e as metodologias utilizadas, pois as possibilidades de desenvolvimento da prática pedagógica por meio de metodologias ativas combinadas com recursos digitais (TICs) e plataformas de aprendizagem no ensino presencial, se colocam como um diferencial no processo ensino-aprendizagem (BACICH; MORAN, 2018).

Assim sendo, o presente trabalho justifica-se face a necessidade de implantar/implementar no contexto das práticas pedagógicas inovadoras, o uso das tecnologias digitais emergentes combinada com plataformas de aprendizagem e metodologias ativas, no intuito de colaborar para uma aprendizagem mais significativa, visando aproximar a teoria da prática no dia a dia dos estudantes, seja na vida pessoal ou nos contextos organizacionais dos quais os mesmos estejam inseridos.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para realização deste estudo, foram abordados temas como: Metodologias Ativas de aprendizagem, as novas tecnologias nos contextos educacionais, práticas pedagógicas inovadoras e o novo perfil docente.

1.1 METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM

Metodologias ativas de aprendizagem são mecanismos didáticos que colocam o estudante direta e ativamente no centro do processo de aquisição do conhecimento, pois concentram o ensino e a aprendizagem no “fazer para aprofundar o saber”. Por vezes, tais metodologias caracterizam-se pelo envolvimento de todos os participantes de um determinado grupo, ou seja, professores e estudantes se envolvem na busca, localização e utilização de informações relevantes que possam promover responsabilidade individual e coletiva (NEVES; MERCANTI; LIMA, 2018).

Os benefícios resultantes do uso das metodologias ativas são potencializados em relação à metodologia tradicional de ensino, focada praticamente no monólogo do professor dentro da sala de aula. As metodologias ativas aprofundam os conhecimentos, estimulam a comunicação, ampliam a capacidade de ouvir a outra pessoa falar, estimulam as atividades coletivas e colaborativas, desenvolvem a motivação individual e coletiva, bem como diversificam os estilos individuais de aprendizagem. O quadro a seguir apresenta a comparação entre as características de estilos de aprendizagem dos diferentes milênios, conforme Mattar (2010):

Quadro 1: Estilos de aprendizagem - novo milênio e milênio anterior

Estilos de aprendizagem do novo milênio	Estilos de aprendizagem do milênio anterior
Fluência em múltiplas mídias; valoriza cada uma em função dos tipos de comunicação, atividades, experiências e expressões que ela estimula.	Centra-se no trabalho como uma mídia única, mas adequada ao estilo e às preferências do indivíduo.
Aprendizado baseado em experiências de pesquisa, peneira e síntese coletiva, em vez da localização e absorção de informações em alguma fonte individual melhor; prefere aprendizado comunal em experiências diversificadas, tácitas e situadas; valoriza o conhecimento distribuído por uma comunidade e em um contexto, assim como o conhecimento de um indivíduo.	Integração individual de fontes de informação explícitas e divergentes.
Aprendizado ativo baseado na experiência (real e simulada) que inclui oportunidades frequentes para reflexão (por exemplo, infundindo experiências na simulação Virtual University, em um curso sobre liderança em	Experiências de aprendizagem que separam ação e experiência em fases distintas.

universidade); valoriza estruturas de referência bicêntricas (em que é possível enxergar os objetos por dentro e por fora) e imersivas que infundam orientação e reflexão no aprendizado pelo fazer.	
Expressão por meio de teias não lineares e associativas de representações em vez de histórias lineares (por exemplo, criar uma simulação em uma página Web para expressar a compreensão em vez de escrever um artigo); usa representações envolvendo simulações ricamente associadas e situadas.	Usa multimídia ramificada, mas altamente hierárquica.
Codesign de experiências de aprendizado personalizadas para necessidades e preferências individuais.	Enfatiza a seleção de uma variante precustomizada de uma gama de serviços oferecidos.

Fonte: MATTAR, 2010.

Cabe ressaltar que o sucesso do ensino e da aprendizagem por meio das metodologias ativas só se faz com o pleno engajamento de professores e estudantes nas atividades propostas. Os métodos utilizados devem contemplar os diversos estilos de aprendizagem presentes dentro da sala de aula.

Assim, as discussões colocadas pelas “metodologias ativas” têm como ponto de partida o fomento e a obtenção da autonomia dos estudantes e como agentes do próprio processo de aprendizagem, de maneira que sejam corresponsáveis pela aquisição de conhecimento, o qual deixa de ser obtido por mera transmissão de um emissor e passa a ser construído a partir de sua maior intervenção ou engajamento durante as atividades desenvolvidas ao longo da jornada acadêmica (BACICH; MORAN, 2018).

Ainda, segundo Moran (2015) as metodologias ativas se apresentam como pontos de partida para o avanço dos processos mais elevados de reflexão, de integração cognitiva, de generalização e reelaboração de novas práticas. Percebe-se que o estímulo ou fomento à autonomia do estudante é importante para que ele integre a cadeia formativa do conhecimento, que é o mote das metodologias ativas de aprendizagem, discussão não totalmente nova, mas que tem se tornado uma das principais pautas do ensino superior nos últimos anos (MORAN, 2015).

No contexto do ensino superior, o assunto tem ganhado projeção em razão da constatação, na maioria das vezes, do não engajamento crítico dos estudantes e do

pouco comprometimento em termos formativos, dando continuidade a uma realidade deficitária prévia, inclusive. Soma-se a isso, o insuficiente e quase inexistente contato com abordagens mais trans e interdisciplinares durante o curso superior, reduzindo as possibilidades de o estudante ter melhores condições de se diferenciar no mercado de trabalho quando se tornar egresso (ZABALA, 1998; FAZENDA, 2008).

Percebe-se a necessidade de promover a aprendizagem significativa, pois é fundamental o envolvimento do estudante onde ele se coloca como protagonista do processo e lhe dê capacidade de desenvolver o senso crítico, permitindo aquisição de competências que associem seus conhecimentos às transformações do mundo real. Isso parece ser possível usando metodologias ativas de aprendizagem, que são ferramentas, caminhos, estratégias que permitem elevar o estudante a ser o protagonista de sua própria formação profissional, pavimentando o conhecimento através da mediação e acompanhamento do professor (VASCONCELLOS, 2011).

Nesse sentido, é papel das Instituições de Ensino Superior criar mecanismos para que os estudantes sejam criativos e inovadores, levando-os a ter disposição, interesse e imaginação. Mais do que garantir-lhes saber, é preciso garantir que saibam aplicar o aprendido nas mais diversas situações (FAZENDA, 2008).

Atualmente, as práticas tradicionais têm sido muito questionadas, pois permitem ao estudante pouca participação. Na mesma velocidade em que as informações circulam, é necessário utilizar práticas pedagógicas inovadoras, motivadoras. Acredita-se hoje que o estudante da contemporaneidade deva ser capaz, diante de tantas competências exigidas, auto gerenciar seu processo de formação. Logo, as metodologias ativas despertam o estudante e o fazem sair do seu estado passivo de expectador, permitindo o desenvolvimento de habilidades e competências de forma significativa a partir da construção do próprio conhecimento (NEVES; MERCANTI; LIMA, 2018).

1.2 AS NOVAS TECNOLOGIAS NOS CONTEXTOS EDUCACIONAIS.

O uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) pode gerar intermediações culturais, ideias, emoções, atitudes e habilidades, propiciando uma

relação cognitiva e interativa do aluno com o objeto do conhecimento. Segundo Lucena (1997),

A tecnologia fundamenta um novo estilo educacional em busca de um novo paradigma, através do qual, o aluno tem possibilidades de desenvolver suas estruturas lógicas, seu raciocínio crítico e sua capacidade de decisão, preparando-se para uma nova sociedade, onde a manipulação da informação é o eixo principal. (LUCENA, 1997, p.14).

Empregar a tecnologia para transformar ou melhorar a educação é um processo natural. Os computadores e a Internet introduzidos na escola exigem, mesmo que mínima, posse de capital cultural. As escolas vivem um momento em que a disseminação das tecnologias, mais especificamente do computador no processo educativo, tem sido o catalisador de uma mudança no paradigma educacional.

Fagundes discorre que, em ambientes de aprendizagem informatizados, com microcomputadores ligados em redes local e internacional (Internet), novas dimensões de interação são acrescentadas (FAGUNDES, 1997).

Com o emprego das TICs como ferramentas educacionais, o aluno resolve problemas significativos. Isso pode ocorrer, por exemplo, através do uso de aplicativos como editores de textos e apresentações, planilhas eletrônicas, jogos interativos e outros aplicativos correlatos que favoreçam a aprendizagem ativa, isto é, que propicie o desenvolvimento do aluno a partir de suas próprias ações. Nessa abordagem o computador não é o detentor do conhecimento, mas um facilitador de sua construção, sendo utilizado como ferramenta que permite ao aluno o desenvolvimento cognitivo.

É importante destacar que o computador é apenas ferramenta e não substitui o professor. Demo acrescenta que, para que o uso das TICs se torne motivo de aprendizagem, é imprescindível a presença de um professor que saiba unir duas habilidades essenciais: saber alfabetizar e saber lidar com a máquina. Assim, pode-se construir o melhor ambiente possível de alfabetização, em especial usando as simulações virtuais (DEMO, 2007).

A educação também contribui à determinação do modo pelo qual as pessoas usam as tecnologias e os benefícios que os estudantes obtêm deste uso, ou seja, “[...] a informática e a internet podem ou não transformar o aprendizado e o ensino: a sua

mera existência não criará pesquisadores ou buscadores de conhecimento entre as pessoas sem base ou habilidades necessárias.” (WARSCHAUER, 2006, p.152).

Quando a educação é reforçada por meio da tecnologia, os resultados podem ser muito diferentes. Warschauer (2006) afirma que,

Na educação reforçada por computador, um currículo mais amplo já está estabelecido, baseado em cursos e conteúdo de áreas como matemática, ciência, estudos sociais e mestria em relação à língua. O desafio aqui não é criar um currículo inteiramente novo, mas utilizar a tecnologia para reforçar as finalidades educacionais mais amplas. (WARSCHAUER, 2006, p. 177).

No processo de troca das diferentes formas de ler, dizer, fazer, compreender, aprender e ensinar que circulam entre os alunos e professores, é que o aprendizado vai se constituindo.

A informática possibilitou o surgimento de inúmeros *softwares* e aplicativos desenvolvidos especialmente para a educação na construção do conhecimento. O ambiente de uma sala de aula informatizada é um ambiente novo, onde experiências que tenham um significado educativo emergem como uma nova concepção do processo ensino-aprendizagem, uma vez que com a informação instantânea carregada de imagens e sons de aplicativos multimídia, o aluno consegue contextualizar conceitos nunca antes imaginados em sala de aula, motivando-o ao prazer de aprender.

Nesse sentido, é importante compreender a importância de implantar/implementar práticas pedagógicas inovadoras e a necessidade de investimentos em formação continuada dos docentes, alinhada ao contexto de um novo perfil docente conectado com as demandas do século XXI.

1.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS E O NOVO PERFIL DOCENTE.

Um dos maiores problemas enfrentados por instituições de ensino hoje é o medo e a capacidade dos professores em inovar. A utilização das TICs são poderosos aliados no processo de transformação para metodologias e técnicas que focam nas formas de aprendizagem dos alunos.

É preciso buscar modelos e formas de ensinar com o uso das tecnologias. “Se o professor ensinar com o apoio das TICs, os seus alunos, futuros professores, vão provavelmente seguir o seu exemplo, num fenómeno de modelação de comportamento.” (CAVALHEIRI, et al, 2013, p. 134).

O processo de inovação falha no momento em que o professor se convence de que os resultados que obtém do processo ensino e aprendizagem são bons com os mesmos métodos que ele vem usando repetidamente por um longo período. Para Cavalheiri et al. (2013),

Podemos dizer que a opção pela utilização de ambientes enriquecidos em tecnologia é perfeitamente justificada, tanto mais que desta forma estamos a aproximar a escola da sociedade, local onde afinal os alunos estão inseridos e terão de sobreviver, seja na sua vida pessoal, seja na sua vida profissional. (CAVALHEIRI, et al, 2013, p. 137).

A mudança para o uso das TICs em sala de aula busca acrescentar valor ao processo educativo. Esse processo deve ser acompanhado por alterações de carácter pedagógico e institucional, uma vez que “[...] uma escola envolvida em ambientes tecnologicamente enriquecidos tem de possuir um padrão de comportamento capaz de otimizar os seus recursos e fazer uma demonstração sistemática do bom uso das tecnologias.” (CAVALHEIRI, et al, 2013, p. 140). Dessa forma, a TIC será envolvida nos processos de trabalho de forma natural.

Segundo Cavalheiri et al., no processo de adoção das tecnologias em sala de aula é preciso ter sempre em mente seus destinatários principais: alunos e professores. “A tecnologia funciona desde que os seus utilizadores se sintam confortáveis no seu uso. Se ao mesmo tempo que se equipam as escolas, se proporcionar formação em contexto aos docentes, estamos certos que a utilização das TICs será substancialmente incrementada nos espaços de sala de aula.” (CAVALHEIRI, et al, 2013, p. 141).

No tocante aos vários aspectos das práticas pedagógicas inovadoras contemporâneas, vê-se como objeto de análise o professor, sendo ele um dos pontos chaves na condução das práticas pedagógicas inovadoras, com papel relevante em tempos de grandes transformações no contexto educacional do século XXI.

Será que o professor está preparado para um cenário de constantes mudanças, impactadas principalmente pelo acelerado desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, que por sua vez, vem transformando a maneira como nos comunicamos, nos relacionamos e aprendemos?

Em um mundo cada vez mais inteligente, a utilização de recursos de inteligência artificial nos mais diversos campos do conhecimento, inclusive na educação, tem avançado a passos largos, conforme o relatório *Intelligence Unleashed*, elaborado pelo grupo britânico *Pearson* (FAVA, 2019).

No mundo inteiro, cada vez mais escolas e universidades lançam mão das máquinas inteligentes para aprimorar o ensino e o aprendizado. Sendo assim, são necessários professores mais versáteis: “versatilidade tem relação com a capacidade de ampliar o conhecimento em situações diferentes” (FAVA, 2018), neste mundo em rápida metamorfose, cada vez mais os professores deverão ser capazes de se adaptar, crescer e aprender constantemente: “[...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” (FREIRE, 1997, p. 45).

Da mesma forma que os nossos estudantes devem estar preparados para uma educação do futuro, onde não basta apenas ter conhecimento, é preciso saber aplicá-los. Aos professores a recíproca é a mesma, ou seja, não basta ter o conhecimento se não souber potencializá-lo e poder abstrair o melhor de cada estudante, propondo modelos inovadores e repensando sua prática em sala de aula.

Portanto, para que possam ser desenvolvidas habilidades nos estudantes, tanto de profundidade (pensamento analítico e resolução de problemas), quanto de amplitude (raciocínio indutivo, dedutivo, síntese, trabalho em equipe e criatividade), são imprescindíveis professores preparados para atender a tamanho desafio. Os professores cada vez mais terão que voltar “aos bancos escolares”, utilizando aqui uma metáfora para elucidar a necessidade de o professor estar constantemente se aperfeiçoando e atento as inovações que surgem no mundo educacional. Segundo Carmo (2018), é preciso buscar novas estratégias pedagógicas para garantir um aprendizado mais interativo, instigante e ligado com as situações reais do dia a dia, e o professor é peça chave nesse processo.

Para o sucesso completo, as instituições educacionais também precisam ser versáteis, investir constantemente na formação continuada de seus professores, em infraestrutura e ambientes adequados para tornar possível o desenvolvimento de práticas de forma inovadora. Nesse contexto, todos ganham: os estudantes, os professores, a instituição e a comunidade de forma geral.

A mudança do foco no ensino para o foco na aprendizagem requer uma ruptura do paradigma educacional atual, onde o ensino através da transmissão de conteúdos com ênfase conceitual preso em estruturas disciplinares, cede espaço para um modelo de aprendizagem que valoriza o manejo estratégico do conhecimento, ou seja, um modelo que permita ao estudante aprender a ter o conhecimento de como produzir conhecimento e conhecer e aplicar procedimentos sobre como, quando e onde utilizar o conhecimento, ou seja, ênfase na aplicabilidade.

Dessa forma, o novo modelo teria o professor como um mediador do processo de instrução, onde esse mediador seria capaz de criar um ambiente propício para a aprendizagem, gerando um conjunto de problemas dentro dos quais o estudante (agora sujeito ativo do processo) busque informações e a transforme em conhecimento que possa ser aplicado para resolução dos problemas gerados, com vistas a busca de respostas criativas, inovadoras e originais para solução de tais problemas.

Os novos modelos são desafiadores, podemos destacar alguns elementos que constituem o modelo com foco na aprendizagem: Aprendizagem centrada no estudante – protagonismo do estudante; Aulas estruturadas por meio dos objetivos de aprendizagem; O professor como mediador, motivador e desafiador; Espaço para aprender a aprender; Estímulo a criatividade, a inovação, a solução de problemas e a contextualização com a realidade do estudante; Ampliação da interatividade; Foco na aplicabilidade; Uso de estratégias como metodologias ativas, entre outras; Currículos integrados em que as competências vão sendo trabalhadas ao longo do processo de aprendizagem, focada na solução de problemas reais.

Em síntese, há muitos especialistas em educação que defendem a tese de que os atuais contextos educacionais que conhecemos hoje, sejam substituídos por “espaços de aprendizagem” bastante diversificados. Além da tecnologia, o professor é peça chave para o sucesso desses espaços. Assim, o perfil desse profissional requer

novas habilidades, dentre as quais o professor passa a ajudar o estudante a transformar a informação em conhecimento e sua aplicabilidade, na busca de soluções criativas e inovadoras para os problemas demandados pela sociedade contemporânea.

2 METODOLOGIA

Nesse artigo a metodologia está organizada em três tópicos: categorização da pesquisa, geração de dados e análise e interpretação dos dados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à sua natureza, o presente estudo enquadra-se como uma pesquisa teórica e aplicada, pois necessita de um embasamento teórico e pesquisas de diferentes autores, que dão embasamento ao estudo em questão e posteriormente essas bases teóricas são aplicadas na prática, dessa forma é também uma pesquisa aplicada.

Em relação ao tratamento dos dados, a pesquisa é conceituada como mista, sendo quantitativa, uma vez que explica os conteúdos através de dados brutos e diretos, obtidos por meio de questionários/entrevista com os coordenadores dos cursos superiores e diretores da IES, com o intuito de coletar os dados empíricos que serão analisados. Também é considerada como uma pesquisa qualitativa, pois busca compreender as preferências, o comportamento e as experiências individuais do público entrevistado.

Gil afirma que “[...] em relação aos objetivos mais gerais, ou propósitos, as pesquisas podem ser classificadas em exploratórias, descritivas e explicativas.” (GIL, 2010, p.27). Portanto, os fins da presente pesquisa são exploratória, descritiva e explicativa. É exploratória por se tratar de estudos bibliográficos e um estudo de caso feito através de entrevistas com coordenadores dos cursos superiores e os diretores da IES. É caracterizada como descritiva, pois possui a coleta de dados por meio de questionários semiestruturados. E, por fim, é explicativa porque além de explorar e descrever os dados, a pesquisa busca entender as causas e os efeitos que esses dados apresentam.

Ainda em relação aos dados primários da pesquisa, pode-se considerar como bibliográfica, documental e estudo de caso, visto que, é bibliográfica por se basear em materiais anteriormente publicados por autores diversos; documental uma vez que será revisado os documentos que evidenciam as práticas pedagógicas inovadoras na IES; e um estudo de caso por estudar uma aplicação prática do dia a dia que busca analisar os resultados obtidos com as práticas pedagógicas inovadoras na IES objeto do presente trabalho.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Quanto à geração dos dados, os mesmos foram obtidos através da aplicação de um questionário/entrevista, que se caracteriza como documentação direta com observação direta extensiva. Segundo Lakatos e Marconi “A documentação direta constitui-se, em geral, no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem. Esses dados podem ser obtidos de duas maneiras: através de pesquisa de campo ou [...] de laboratório.” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p.169).

A coleta ou geração dos dados é o momento em que se define a forma como as informações essenciais para a pesquisa serão coletadas. Neste caso foi aplicada a documentação indireta, através de pesquisas bibliográficas e documental, buscando compreender os conceitos e aplicação das Metodologias Ativas de aprendizagem, gamificação nos espaços de aprendizagem, as novas tecnologias nos contextos educacionais, práticas pedagógicas inovadoras e o novo perfil docente.

Na documentação direta, foi elaborada um questionário/entrevista contendo 12 questões abertas, que foi aplicado aos coordenadores dos cursos superiores e aos diretores da IES, objeto do presente estudo. O período de aplicação foi no mês de novembro de 2021 de forma presencial. Ainda foram gerados dados acerca da consulta da documentação em formato de relatório de atividades realizadas pela IES, objeto desse estudo.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

É necessário que os dados sejam coletados e organizados, para então serem analisados. Em vista disso, o método de abordagem utilizado na interpretação dos dados é o hipotético-dedutivo, pois se buscou atingir a solução para um problema. Também compreende o método comparativo, em relação aos dados com características qualitativas.

Após a aplicação dos questionários/entrevista, os dados foram tabulados e analisados, de maneira descritiva, sendo comparados com os conceitos do referencial teórico, estabelecendo uma relação entre os dados.

3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos através da aplicação do questionário. Para atender aos objetivos relacionados à pesquisa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com diretores e coordenadores de cursos superiores da IES pesquisada, onde os respondentes puderam expressar suas respostas livremente. O roteiro utilizado foi desenvolvido com base nos conceitos e teorias apresentados no referencial teórico deste estudo. Os entrevistados foram identificados pelas siglas D1 e D2 (para os diretores) e C1 a C5 (para os Coordenadores), não sendo esta necessariamente a ordem da realização das entrevistas. Com a aplicação do questionário, buscou-se identificar os principais desafios e contribuições da EAC - Experiência de Aprendizagem Combinada, no contexto da IES pesquisada, por meio da percepção dos entrevistados.

A análise das respostas teve foco nas principais perguntas e nas metas da pesquisa, sendo iniciada com a transcrição literal das respostas fornecidas pelos entrevistados. Após essa etapa, buscou-se estabelecer uma relação entre as respostas obtidas, de modo a identificar as informações mais relevantes por meio uma análise de dados qualitativos, em comparação com dados quantitativos, os quais possibilitaram a elaboração de um gráfico onde foram elencadas as expressões mais citadas pelos entrevistados. A comparação, neste caso, foi utilizada como um recurso para validar as

hipóteses formuladas, visto que a estratégia comparativa permite encontrar os padrões mais gerais de determinado fenômeno.

3.1 O NOVO PERFIL DOCENTE NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS EM UMA IES DO NOROESTE GAÚCHO.

Como principal agente de integração da mudança, o professor teve um papel fundamental na implementação das novas práticas pedagógicas de aprendizagem. Para o entrevistado C1, a implementação das tecnologias ativas somente foi possível na IES pesquisada, porque os professores realmente acreditaram que este novo contexto de aprendizagem faria a diferença na formação dos acadêmicos.

Para o entrevistado D1, a nova realidade passou a exigir práticas pedagógicas que superassem as abordagens educacionais centradas na fala do professor, na leitura do livro e na passividade do estudante, que apenas responde às questões que lhe foram solicitadas. Isso significa a abertura para a interconexão com a cultura digital, afirmou.

Para ele, metodologias ativas para uma educação inovadora, apontam a possibilidade de transformar aulas em experiências de aprendizagem mais vivas e significativas para os estudantes da cultura digital, cujas expectativas em relação ao ensino, à aprendizagem e ao próprio desenvolvimento e formação são diferentes do que expressavam as gerações anteriores.

Acreditar, engajar, cooperar, compartilhar experiências, demonstrar flexibilidade e querer a mudança, passam a fazer parte das atribuições do novo profissional de educação, conforme observado pelo entrevistado C5.

Neste sentido, estudantes atualmente inseridos nos sistemas de educação formal requerem de seus professores habilidades, competências didáticas e metodológicas para as quais eles não foram preparados em sua formação, observa o entrevistado D1. Para ele, em função desse novo perfil de estudantes, o foco deve deixar de ser somente o conteúdo ou a aula expositiva, mas proporcionar experiências exitosas aos alunos por meio da prática e maior integração entre academia e organizações. O professor deixa de ser simplesmente responsável por repassar conteúdos e assume a função de orientador da aprendizagem, destacou.

Baseado nos relatórios desenvolvidos pela instituição pesquisada e nas informações levantadas através da pesquisa aplicada, todos os entrevistados concordaram que o papel do professor diante do novo perfil docente no contexto das práticas pedagógicas inovadoras é fundamental e determinante.

Reinventar-se, buscando novas metodologias, observando os *feedbacks* recebidos, estimulando os acadêmicos e promovendo a troca de conhecimentos, passou a ser um exercício diário ao profissional docente, atuando como mediador e facilitador no processo de aprendizagem e tornando a educação mais democrática e humana, com participação mais ativa e o protagonismo do estudante como sujeito literalmente ativo na sua aprendizagem, conforme observam os entrevistados C3 e C4.

O entrevistado C2 acrescenta que nesse processo de intermediação, o docente vai planejar e desenvolver situações pedagógicas que irão desencadear o desenvolvimento de determinado objetivo que se pretende alcançar para aquela competência. É planejamento do professor, considerando que ele é essa ponte que vai determinar a aprendizagem do aluno, destacou.

Sobre as metodologias ativas acompanhadas das TICs, o entrevistado C2 afirma que o diferencial não está nas plataformas ou tecnologias utilizadas, mas na posição que o professor ocupa perante o processo de ensino e aprendizagem. Afirma que o modelo tradicional não é um problema, o problema é se o professor se sustentar somente naquilo que foi sua base e sua essência, ele precisa ressignificar, precisa evoluir conforme a própria concepção de sujeito aluno, observou.

Para o entrevistado C2, o protagonismo do aluno exige um professor protagonista. Este é o grande desafio, na visão do entrevistado D2, tendo em vista que o professor vem de uma formação acadêmica baseada no modelo tradicional de ensino, sendo necessário um grande esforço para sua adaptação às novas práticas exigidas pelo contexto atual.

3.2 PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA EAC – EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM COMBINADA, NO CONTEXTO DA IES PESQUISADA

Através de atividades incorporadas ao novo modelo e um corpo docente totalmente integrado com as novas práticas pedagógicas, a vivência e experiência prática como aluno possibilitaram uma ressignificação da aprendizagem. Além de se preocupar com as competências técnicas, a EAC vem trabalhando fortemente no sentido de desenvolver nos alunos as competências ligadas a personalidade e ao comportamento profissional, ou seja, aptidões mentais, emocionais e sociais.

O entrevistado C1 acredita que a EAC trouxe inúmeras vantagens ao processo de aprendizagem, porém destaca a qualidade do profissional que está sendo entregue à sociedade, tendo em vista as habilidades e competências potencializadas pelo processo de ensino e aprendizagem aperfeiçoado. O impacto foi extremamente positivo, pois potencializou o processo, deu apoio e ferramentas para que além das metodologias ativas analógicas, pudessem ser utilizadas e incorporadas ao dia a dia da academia as metodologias ativas digitais, explicou.

Para o entrevistado C2, além das vantagens percebidas no estudante, a implementação do novo modelo de aprendizagem devolveu aos professores a motivação e o prazer com a docência, através do orgulho e satisfação com os resultados e o êxito do aluno.

A necessidade de reinventar-se, fez com que cada professor tivesse de se reorganizar e repensar seu fazer docente, afirmou o entrevistado C3. Destacou ainda como principais vantagens na implementação da proposta de práticas pedagógicas inovadoras, a diversificação das atividades das aulas, a interdisciplinaridade, a autonomia e o protagonismo dos acadêmicos, resultando em melhoria na aprendizagem e alunos mais satisfeitos, conforme também avaliou o entrevistado D1.

Outra vantagem apontada pelo entrevistado C2 é o desenvolvimento múltiplo de competências, como técnicas, comportamentais e emocionais, atuando de forma combinada na transformação do sujeito cidadão, conectando estudantes com a realidade através das vivências que estão sendo compartilhadas.

Segundo o entrevistado D2, este modelo de formação atual possibilita tanto para professores quanto para alunos, mais recursos e possibilidades de conexão e acesso à informação, com a socialização de eventos diários ocorridos em sala de aula ou fora dela.

Maior interação entre professores e alunos; busca por novas metodologias e trocas de ideias com os demais professores do grupo; alunos se apropriando do conhecimento; atividades de extensão; participação de empreendedores em sala de aula; aprendizado por meio de experiência prática; aumento de atividades interdisciplinares, foram as principais contribuições da EAC integrada com as metodologias ativas nos ambientes de aprendizagem no ensino superior, conforme avaliação do entrevistado C4.

Já para o entrevistado C5, a plataforma de aprendizagem foi um diferencial da FEMA no período da pandemia: onde outras instituições apresentaram dificuldades de migração naquele momento, nós estávamos prontos e preparados para aquela mudança, destacou.

Desse modo, dentre tantos outros benefícios trazidos pela nova postura da FEMA, constatou-se que a referida instituição traça metas e constrói vias para se tornar referência, não só para o meio acadêmico e outras instituições de ensino, pois, estar em constante processo de aprendizado conduz para a consolidação da intencionalidade de ser uma instituição inovadora, segundo o entrevistado C5.

3.3 INTERPRETAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS DADOS COLETADOS JUNTO AOS COORDENADORES E DIRETORES DA FEMA.

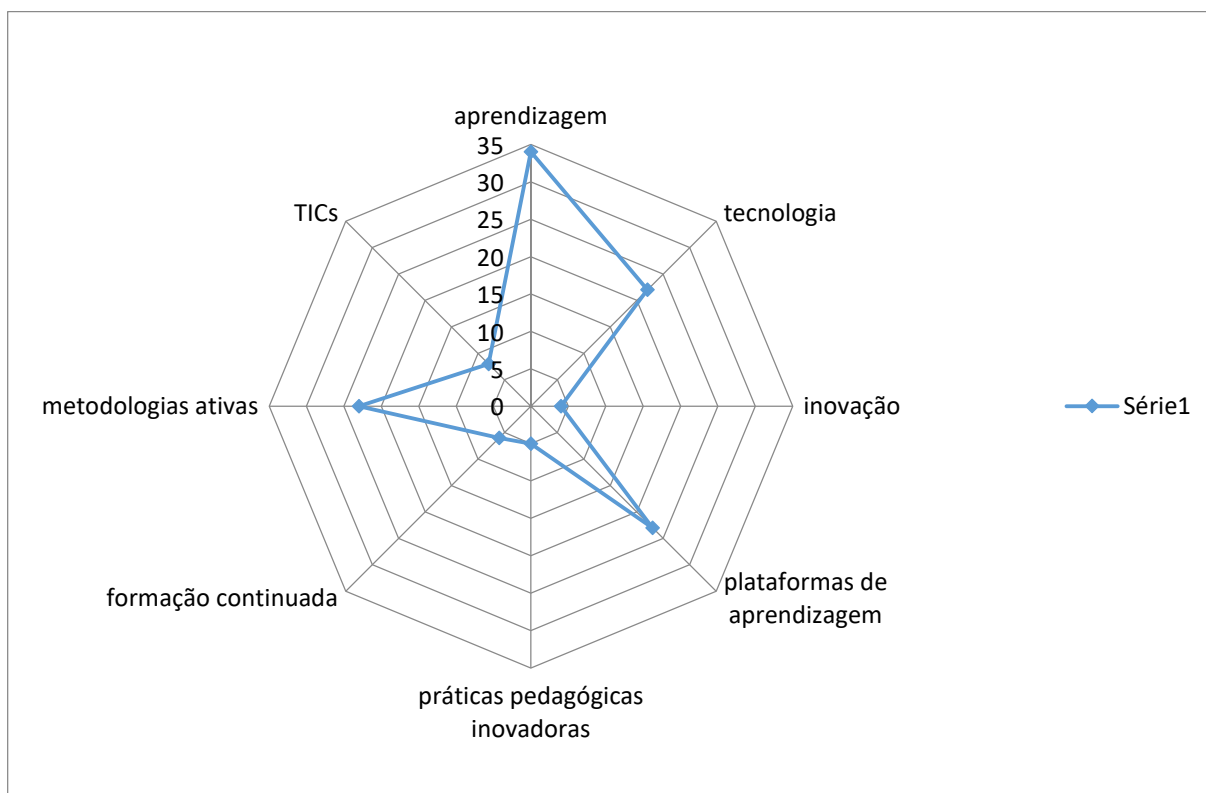
Essencialmente, através do questionário aplicado aos Coordenadores e Diretores da FEMA e com base nos relatório de atividades desenvolvido pela própria instituição, a pesquisa busca elucidar os movimentos efetivos por parte da IES como um todo em relação às práticas pedagógicas inovadoras e suas implicações, razão deste estudo, bem como o posicionamento do seu corpo docente diante da formação continuada e o emprego das TICs aliadas às novas metodologias, como por exemplo, a EAC e o uso

de PDAs - Plataformas Digitais de Aprendizagem, integradas com as metodologias ativas nos ambientes de aprendizagem no ensino superior.

Para a apuração destes dados, foram investigados os Coordenadores dos Cursos Superiores e Diretores da FEMA, tendo ainda como referencial o Relatório de Atividades 2020, desenvolvido pela IES pesquisada.

A Ilustração a seguir demonstra, através de uma linha crescente que vai de 5 a 35 pontos, as áreas que sofreram maiores impactos, de acordo com a pesquisa de campo aplicada. Os pontos destacados no gráfico representam o número de vezes que cada sentença aparece nas repostas obtidas através do questionário aplicado aos entrevistados.

Ilustração 1: Áreas impactadas mais mencionadas pelos entrevistados



Fonte: Produção do pesquisador

Com base nos dados levantados a partir das repostas obtidas junto aos entrevistados, é possível perceber a intensidade e profundidade das mudanças

ocorridas durante o processo de implementação das novas práticas pedagógicas e ainda de que modo e forma as antigas metodologias tiveram sua convergência e aplicação como novas ferramentas para a continuidade dos trabalhos com os estudantes.

A necessidade de mudança de foco, do ensino para a aprendizagem, através de uma nova concepção de desenvolvimento de competências, mostra-se como o pontapé inicial de todo processo de evolução na metodologia de ensino adotada pela instituição, objeto deste estudo. Não é por acaso que a palavra 'aprendizagem' aparece disparadamente em maior número de citações em todas as abordagens dos entrevistados. Paralelo a isto, o termo 'plataformas de aprendizagem' também apresenta destaque nos documentos analisados.

Observa-se ainda que o novo modelo de aprendizagem requer, além de uma mudança pedagógica, também uma mudança estrutural. Neste sentido, a partir dos relatos dos entrevistados, pode-se perceber um grande movimento institucional a fim de instrumentalizar o educandário para o novo cenário educativo.

A partir da vontade dos gestores e do comprometimento dos professores, teve início não exatamente uma mudança, mas uma evolução do modelo de aprendizagem, pois muito do chamado modelo tradicional permaneceu, sendo melhorado através da implementação de metodologias ativas, que potencializaram o processo de aprendizagem. Para além disso, a possibilidade de tecnologia estar presente e a implementação das TICs e plataformas de aprendizagem, surgiram como facilitadoras no desenvolvimento e formação das competências acadêmicas.

De acordo com os entrevistados, a metodologia tradicional serviu como alicerce para a implementação das metodologias ativas, que acompanhadas das TICs, entre elas as próprias PDAs, tornaram-se instrumentos deste processo de transmissão do conhecimento. No contexto da FEMA, a utilização da plataforma de aprendizagem acelerou a implantação de metodologias ativas, através de ferramentas que auxiliam alunos e professores no processo de utilização destes recursos.

A necessidade de evolução das práticas pedagógicas existentes, seja pelo novo perfil do estudante ou ainda pelas crescentes exigências do cenário profissional, desencadeou o surgimento das chamadas práticas pedagógicas inovadoras, através de

metodologias vivas, ativas, inovativas e imersivas. Para tanto, as TICs tornaram-se importante suporte para a implementação destes recursos pedagógicos, potencializando o processo por meio de ferramentas incorporadas ao dia a dia da academia, ampliando os espaços de aprendizado e gerando novas possibilidades na busca pelo conhecimento.

Metodologias ativas para uma educação inovadora, apontam a possibilidade de transformar aulas em experiências de aprendizagem mais vivas e significativas para os estudantes da cultura digital, cujas expectativas em relação ao ensino, à aprendizagem, ao saber e ao próprio desenvolvimento e formação são diferentes do que expressavam as gerações anteriores. Neste sentido, os termos ‘tecnologia’ e ‘metodologias ativas’, também aparecem entre as mais frequentes citações dos entrevistados, conforme aponta o gráfico. Aliado a isso, a palavra ‘TICs’ também é unânime entre as respostas obtidas através dos questionários aplicados na pesquisa.

No entanto, apesar da metodologia ativa estar, na maioria das vezes, inter-relacionada às tecnologias, a intencionalidade do professor é que define os recursos que serão utilizados no processo pedagógico. Os estudantes que estão, hoje, inseridos nos sistemas de educação formal requerem de seus professores habilidades, competências didáticas e metodológicas para as quais eles não foram preparados em sua formação. Neste sentido, a formação continuada mostrou-se como elemento fundamental e decisivo para o êxito deste processo.

Para tanto, a FEMA instituiu uma extensão para a formação interna de professores, nomeada Práticas Pedagógicas Inovadoras, promovendo uma transição de tecnologias educacionais que vieram a permear as mudanças no ensino para formação das competências acadêmicas. Assim, a implementação destas práticas inovadoras, levaram em conta a necessidade de promover o processo de transformação humano do próprio professor, a fim de instrumentalizá-lo para que pudesse instrumentalizar os outros. Diante disto, os termos ‘formação continuada’, ‘práticas pedagógicas inovadoras’ e ‘inovação’, completam o conjunto de palavras destacadas no gráfico a seguir.

Deste modo, verifica-se que não seria possível a implementação de novas práticas pedagógicas, sem inovação, investimento estrutural e humano, tecnologia e um planejamento estratégico que culminasse na sinergia e engajamento de todos os

profissionais e estudantes envolvidos neste processo, levando a IES pesquisada a um novo patamar no cenário educativo regional, tornando-se referência na implantação destas metodologias.

CONCLUSÃO

A análise das experiências apresentadas e discutidas neste estudo oportunizou refletir sobre novas práticas de ensino e compreender como a inovação dos processos educativos contribuiu como elemento fundamental para o processo evolutivo de aprendizagem na IES objeto deste estudo. Do ponto de vista institucional, a decisão de superar o modelo tradicional de ensino e aprendizagem, levou os professores a repensar suas práticas educativas, migrando de uma abordagem centralizada na transmissão de conteúdos fechados, que pouco dialogam com o dia a dia dos estudantes, para alternativas pedagógicas que transcendem os espaços escolares e refletem nas dimensões do desenvolvimento humano, levando o estudante a assumir o papel de protagonista no processo de ensino-aprendizagem.

Este movimento que contrapõe a lógica tradicional de ensino unilateral para uma aprendizagem mais dinâmica e ativa, permitiu compreender a importância e as implicações da inserção e desenvolvimento destas práticas no processo de formação acadêmica, gerando impactos que possivelmente serão um diferencial no exercício da cidadania. Neste sentido, evidenciou-se que as metodologias pedagógicas e sua relação com as práticas inovadoras de ensino constituem instrumentos fundamentais que refletem nos processos formativos, uma vez que demonstram esse potencial de inovação e transformação do cidadão no mundo e com o mundo.

A tecnologia como elemento inovador destas experiências, mostrou-se extremamente relevante no planejamento, organização e desenvolvimento destas propostas e estratégias pedagógicas, oferecendo singular contribuição à construção do processo de aprendizagem.

A intensa expansão do uso social das tecnologias digitais de informação e comunicação, sob forma de diversos dispositivos móveis conectados à internet sem fio, utilizados em diferentes espaços, tempos e contextos, observada na segunda década

do século XXI, gerou e continua gerando mudanças sociais que provocam a dissolução de fronteiras entre espaço virtual e físico, criando um ambiente híbrido de conexões que propiciam infinitas experiências de aprendizagem, que podemos denominar de EAC - Experiência de Aprendizagem Combinada, também conhecida popularmente como Ensino Híbrido (MATTAR, 2017).

Portanto, na convergência entre espaços presenciais e virtuais, surgem novos modos de expressar pensamentos, sentimentos, crenças e desejos, por meio de uma diversidade de tecnologias e linguagens midiáticas empregadas para interagir, criar, estabelecer relações e aprender. Essas mudanças convocam participação, colaboração, requerem uma posição crítica em relação à tecnologia, à Informação e ao conhecimento, influenciam a cultura levando à emergência da cultura digital (BACICH; MORAN, 2018).

Percebe-se ainda que tal contexto somente se concretiza, a partir de um conjunto de esforços que envolvem, além de uma reorganização estrutural, uma ressignificação dos processos de ensino e aprendizagem, cujo desvelar-se em novas perspectivas de prática pedagógica lhe seja inerente.

Face ao exposto, conclui-se que a relação entre metodologias pedagógicas e inovação educativa oferecem um diferencial capaz de instrumentalizar os estudantes, por meio do conhecimento adquirido através de abordagens que se relacionam com a forma de vida e interação entre os próprios sujeitos, garantindo-lhes a capacidade de compreender e transformar suas condições de existência.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORÁN, José. **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

CAMARGO, Fausto. **A Sala de Aula Inovadora**: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 1 ed., 2018.

CAVILHEIRI, Alceu; ENGERROFF, Sérgio N.; SILVA, Jolair da Costa. **As Novas Tecnologias e os Desafios para uma Educação Humanizadora**. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/download/8152/5645/> >. Santa Maria: Biblos, 2013. Acessado em 25/08/202.

DEMO, P. **Alfabetizações: desafios para uma nova mídia.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362007000400006&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 de outubro de 2021

FAGUNDES, Magali dos Reis. **A Creche no Trabalho...O Trabalho na Creche.** Um estudo sobre o Centro de Convivência Infantil da Unicamp: Trajetória e Perspectivas. Campinas, Unicamp, 1997.

FAVA, Rui. **Trabalho, Educação e Inteligência Artificial: a era do indivíduo versátil.** Porto Alegre: Penso, 1 ed., 2018.

FAVA, Rui. **Uma Conversa com Rui Fava sobre Educação, Trabalho e Tecnologia.** Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.com.br/rui-fava-educacao-trabalho-tecnologia>. Acesso em: 30 out. 2021.

FAZENDA, Ilario. C. A (Org.). **O que é Interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa.** 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

LUCENA, Marisa. **Um Modelo de Escola Aberta na Internet Kidlink no Brasil.** Rio de Janeiro: Brasport, 1997.

LUCKIN, R., Holmes, W., Griffiths, M. & Forcier, L. B. **Intelligence Unleashed.** An argument for AI in Education. London: Pearson. 2016.

MATTAR, João. **Games em Educação: como os nativos digitais aprendem.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MATTAR, João. **Metodologias Ativas para a Educação Presencial, Blended e a Distância.** São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

MORAN, José. **Mudando a Educação com Metodologias Ativas.** In: Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Vol. II, Carlos Alberto de Souza e Ofélia Elisa Torres Morales (orgs.). Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2015.

NEVES, Valdemar José das; MERCANTI, Luiz Bitencourt; LIMA, Maria Tereza.
Metodologias Ativas: perspectivas teóricas e práticas no ensino superior. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2018.

PEIXOTO, Anderson Gomes. **O uso de Metodologias Ativas como Ferramenta de Potencialização da Aprendizagem de Diagramas de Caso de Uso.** Periódico Científico Outras Palavras, volume 12, número 2, ano 2016.

VASCONCELLOS, Celso. Souza. **Formação Didática do Educador Contemporâneo:** desafios e perspectivas. In: Universidade Estadual Paulista. Prograd. Caderno de Formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, v. 9, p. 33-58, 2011.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e Inclusão Social:** a exclusão digital em debate. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

ZABALA, André. **A Prática Educativa:** como ensinar. Tradução: Ernani F. Da Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MERCADO FINANCEIRO: UM ESTUDO SOBRE AS OPÇÕES DE INVESTIMENTO PARA PESSOA FÍSICA

Charles da Rosa Lino¹
Guilherme Ricardo Riffel²
Marcos Rogério Rodrigues³

RESUMO

Esta pesquisa visa contribuir com investidores pessoa física, trazendo vários tipos de informações sobre aplicações financeiras em renda fixa e renda variável. Neste trabalho, foram simulados investimentos em poupança, CDB/RDB, LCI, LCA e ação da PETR4, onde se demonstrou a rentabilidade real de cada investimento. O problema de pesquisa busca responder: qual a melhor rentabilidade de investimento financeiro nos três primeiros trimestres de 2021? O objetivo da pesquisa é identificar qual é a melhor opção de investimento no período estudado de 04 de janeiro de 2021 a 30 de setembro de 2021. A justificativa do presente estudo contribui no conhecimento da área de investimento financeiro, pois o mercado está em constante evolução e com variadas formas de investimentos. No referencial teórico, são apresentados conceitos sobre o Sistema Financeiro Nacional, investimentos no mercado de renda fixa e investimentos no mercado de renda variável. A metodologia da pesquisa é classificada como pesquisa aplicada, quantitativa, descritiva, explicativa e comparativa. Já os procedimentos técnicos envolvidos são a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. O resultado da pesquisa sobre os investimentos no período constatou-se que a renda fixa foi a mais rentável no prazo pesquisado, e as Letras de Crédito LCA e LCI, foram os investimentos mais rentáveis.

Palavras-chave: Mercado Financeiro – Rentabilidade - Investimentos para Pessoa Física.

ABSTRACT

This research aims to contribute to individual investors, bringing various types of information about financial investments in fixed income and variable income. In this work, investments in savings, CDB/RDB, LCI, LCA and PETR4 action were simulated, where the real profitability of each investment was demonstrated. The research question seeks to answer: what is the best return on financial investment in the first three quarters of 2021? The objective of the research is to identify which is the best investment option in the period studied from January 4th, 2021 to September 30th, 2021. The justification of

¹ Acadêmico do Curso de Administração – 8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. charleslinorosa@gmail.com

² Acadêmico do Curso de Administração – 8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. guilherme.riffel@hotmail.com

³ Mestre em Administração. Orientador. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br.

this study contributes to the knowledge of the financial investment area, as the market is in constant evolution and with various forms of investments. Concepts about the National Financial System, investments in the fixed income market and investments in the variable income market are presented in the theoretical framework. The research methodology is classified as applied, quantitative, descriptive, explanatory and comparative research. The technical procedures involved are bibliographic, documental and case study research. The result of the survey on investments in the period found that fixed income was the most profitable in the period surveyed, and LCA and LCI Credit Bills were the most profitable investments.

Keywords: Financial Market – Profitability - Investments for Individuals.

INTRODUÇÃO

No momento atual a procura por forma de investir, vem crescendo cada vez mais. Pessoas estão deixando de investir na caderneta de poupança, e buscando novas opções de rentabilidades, para assim obter uma lucratividade maior, pensando no seu futuro. Nessa pesquisa de investimentos foram abordadas diferentes formas de investimentos voltadas para pessoas físicas.

Com a tecnologia cada vez mais avançada é possível obter uma forma mais rápida de acesso a informações sobre os investimentos, por essa razão o mercado de investimento vem crescendo constantemente, e a procura pela melhor rentabilidade leva as pessoas investir suas finanças em instituições financeiras que fornecem a melhor rentabilidade.

O presente trabalho tem como tema: mercado financeiro um estudo de caso sobre as opções de investimentos para pessoa física. Assim sendo, o trabalho teve como delimitação investimentos para pessoa física, considerando o período dos três primeiros trimestres de 2021.

Com o mercado cada vez mais competitivo o investimento é de forma resumida pegar uma quantia hoje e tentar transformá-la em mais dinheiro no futuro, é de suma importância para a população que procura forma de aplicar. Dessa forma, tem-se o seguinte problema de pesquisa: Qual a melhor rentabilidade de investimento financeiro nos três primeiros trimestres de 2021?

Quanto ao objetivo geral este trabalho busca: identificar qual é a melhor opção de investimento no período estudado. Os objetivos específicos são a) apresentar os principais conceitos sobre o mercado de investimentos de pessoa física; b) calcular a rentabilidade dos investimentos de pessoa física estudados; c) demonstrar e propor a melhor rentabilidade no período estudado.

Este estudo se justifica pela importância de apresentar um tema relevante que é o investimento financeiro e as formas que o mercado dispõe para um investidor pessoa física, trazendo informações e conhecimentos sobre a rentabilidade de cada investimento estudado.

A metodologia da pesquisa utilizada neste trabalho é conceituada como pesquisa aplicada, quantitativa, descritiva, explicativa e comparativa. Os procedimentos técnicos adotados na pesquisa são bibliográficos, documental e estudo de caso. Os principais autores que fundamentam o trabalho são: Assaf Neto, Brito, Chiavenato, Fortuna, Lima; Lima e Pimentel, Oliveira e Pacheco, Pinheiro e Rudge. Este artigo é constituído por esta introdução, pelo referencial teórico, a metodologia da pesquisa, análise e apresentação dos resultados, bem como a conclusão do estudo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

No presente estudo são abordados, os seguintes conceitos, como é sistema financeiro nacional, investimento no mercado de renda fixa, investimento no mercado de renda variável.

1.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

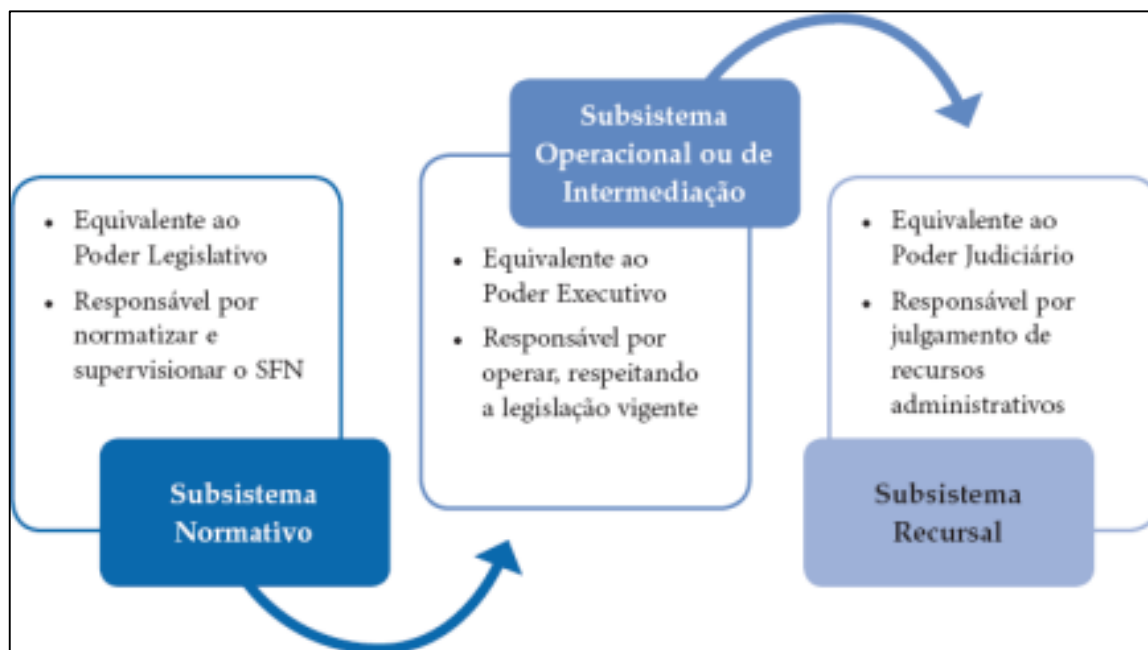
O conceito do sistema financeiro é o conjunto de instituições que trabalham de forma organizada para manutenção de recursos entre poupadores e investidores, de forma que o agente econômico processa suas transações, nesse sentido, para Fortuna, “[...] o mercado financeiro pode ser considerado como elemento dinâmico no processo de crescimento econômico, uma vez que permite a elevação das taxas de poupança e investimentos.” (FORTUNA, 2015, p 16). Na visão de Rudge o sistema financeiro é:

O conjunto de instituições e instrumentos financeiros que possibilita a transferência de recursos dos ofertadores finais para os tomadores finais, e cria condições para que os títulos e valores mobiliários tenham liquidez no mercado. (RUDGE, 1998, p 49).

De acordo com Assaf Neto o sistema financeiro nacional é composto por um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros, que tem por objetivos transferir recursos dos agentes econômicos superavitários para os deficitários (ASSAF NETO, 2014).

Conforme Abreu e Silva, a demonstração do funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN), se dá da seguinte forma:

Ilustração 1: Funcionamento do SFN



Fonte: Abreu; Silva (2017, p.1).

Conforme Brito, o mercado financeiro começou a ser desenvolvido com a criação do primeiro Banco do Brasil no País, ainda nos tempos da família real portuguesa. Após a Segunda Guerra Mundial houve a necessidade da organização financeira no mundo

e com isso criou-se o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, no Brasil no mesmo período foi criado a Superintendência da Moeda e do Crédito para supervisionar as instituições financeiras existentes (BRITO, 2020).

Segundo o Assaf Neto em 1964 ocorreu à reforma bancária com a criação do Banco Central, para haver a estruturação do sistema financeiro nacional, as modificações foram prevista pela Lei nº 4.595, estabelecendo normas para o desenvolvimento do sistema financeiro (ASSAF NETO, 2014).

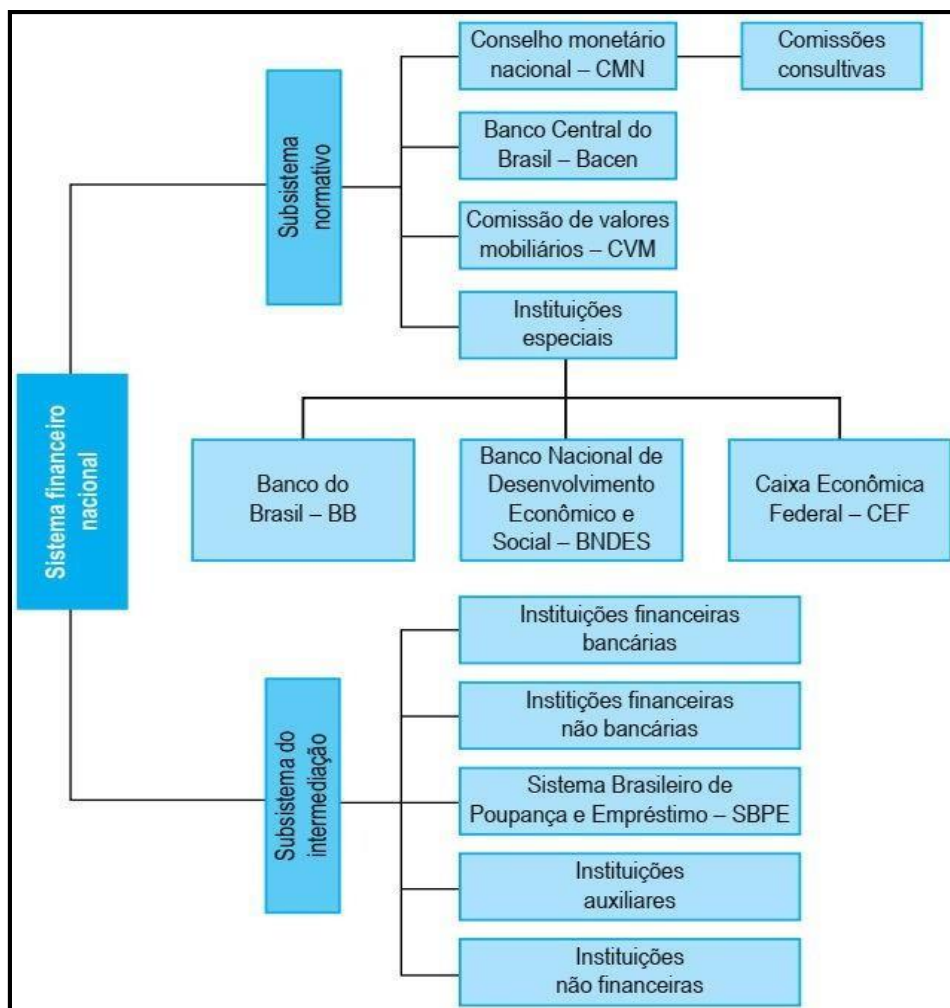
Dessa forma, Brito enuncia que “[...] como resultado do processo de globalização, estabilização e abertura da economia local, o mercado financeiro brasileiro hoje se apresenta mais sólido, e tem passado por transformações significativas para o fortalecimento do mercado de capitais local.” (BRITO, 2020, p 1).

Com tantas evoluções financeiras, o sistema financeiro se encontra mais dinâmico com seus investidores, e criando mais conforto para a população, bem como facilitando o modo de usar os meios de transferências e pagamentos. Conforme o Assaf Neto:

Todo processo de desenvolvimento de uma economia exige a participação crescente de capitais que são identificados por meio da poupança disponível para os setores produtivos carente de recursos mediante intermediários e instrumentos financeiros. E é em função desse processo de distribuição de recurso no mercado que se evidencia a função econômica e social do sistema financeiro. (ASSAF NETO, 2014, p 41).

Para Assaf Neto, o SFN é dividido em dois subsistemas: o subsistema normativo e o subsistema de intermediação financeira (ASSAF NETO, 2014).

Ilustração 2: Sistema Financeiro Nacional.



Fonte: Assaf Neto (2014, p 42).

O subsistema normativo para Chiavenato, “É constituído das entidades que estabelecem as normas e funcionamento ou que controlam e regulam o funcionamento do sistema.” (CHIAVENATO, 2005, p. 27).

Além dos órgãos fiscalizadores, Assaf Neto destaca que existem três instituições financeiras que possuem um caráter especial de atuação, tendo responsabilidades próprias e integrando outros segmentos do mercado financeiro, são elas: Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal (CEF) (ASSAF NETO, 2018).

O subsistema intermediário de acordo com Assaf Neto, “Esse subsistema, também denominado de operativo, e composto das instituições (bancárias e não bancárias) que atuam em operações de intermediação financeira.” Sendo assim denominadas como instituições bancárias e não bancárias. (ASSAF NETO, 2014, p. 48).

Percebesse que o mercado financeiro possibilita que os agentes econômicos, pessoas ou empresas, entrem em contato um com o outro, com as perspectivas de investimento e poupança, ou seja, trabalham para trazer condições adequadas para manter uma boa direção de recursos entre poupadores e investidores que, através do mercado financeiro, permitirá a aumento nas taxas de poupança e investimento para o crescimento econômico da nação (LIMA; LIMA; PIMENTEL, 2007).

Dos principais órgãos normativos, destacam-se três deles, o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil (Bacen) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho Monetário Nacional na visão de “[...] não lhe cabem funções executivas, sendo o responsável pela fixação das diretrizes das políticas monetárias, creditícia e cambial do País.” (FORTUNA, 2015, p 19). De acordo com Oliveira e Pacheco, Conselho Monetário Nacional é:

O Conselho Monetário Nacional é o órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional. É o responsável pelas diretrizes das políticas monetárias, cambial e de crédito e objetiva o progresso econômico e social do país. Atualmente, o CMN é composto pelo ministro da Fazenda, que exerce a função de presidente do Conselho, pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo presidente do Banco Central do Brasil. (OLIVEIRA; PACHECO, 2010, p 20).

Outro órgão normativo é o Banco Central do Brasil (BACEN), segundo com Fortuna, ele foi criado pela Lei 4595, em 31 de dezembro de 1964, sendo uma autarquia federal que integra o sistema financeiro nacional, sua principal missão é assegurar o equilíbrio monetário, o BACEN tem os seguintes objetivos: zelar pela liquidez da economia, preservar as reservas internacionais do país em nível suficiente, garantir a formação de poupança em níveis adequados e certificar a estabilidade e o aprimoramento do sistema financeiro nacional (PINHEIRO, 2008).

Desse modo, Oliveira e Pacheco realçam que o Bacen adota alguns objetivos, que são: poder atuar como banco do Tesouro Nacional, sendo também o regulamentador e fiscalizador do mercado financeiro e seus agentes, podendo aplicar penalidades quando estiverem fora das normas, dentre outras finalidades o BACEN é responsável por conceder autorização para instalação, funcionamento, transferência de sede, fusão, incorporação ou modificações na estrutura das instituições financeiras do país. Entre suas principais responsabilidades está o poder de negociar as dívidas externas do país (OLIVEIRA; PACHECO, 2010).

De acordo com Fortuna, é através do BACEN que o Estado intervém diretamente no sistema financeiro nacional e, atua indiretamente na economia doméstica (FORTUNA, 2015).

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi criada através da Lei 6.385 no ano de 1976, sendo conhecida como a lei da CVM, até o período anterior faltava uma entidade na qual desenvolvia a regulação e a fiscalização do mercado de capitais, principalmente nas sociedades de capital aberto (FORTUNA, 2015). Conforme Pinheiro, CVM trata-se:

A Comissão de Valores Mobiliários tem por finalidade contribuir para a criação de estrutura jurídica favorável à capitalização das empresas por meio do mercado de capitais de risco, fortalecimento da empresa privada nacional e defesa do acionista e investidor. (PINHEIRO, 2008, p 50).

Em relação aos Subsistemas de Intermediação, têm as Instituições Financeiras Bancárias e Não Bancárias, Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Instituições Auxiliares. Segundo Assaf Neto, Instituições Financeiras Bancárias são:

Os bancos comerciais são instituições financeiras constituídas obrigatoriamente sob a forma de sociedades anônimas. Executam operações de crédito caracteristicamente de curto prazo, atendendo, dessa maneira, às necessidades de recursos para capital de giro das empresas. (ASSAF NETO, 2014, p.48).

De acordo com Pinheiro as Instituições Financeiras Bancárias, são caracterizadas como aquelas que “[...] operam com ativos financeiros monetários,

pertencendo, assim, a um subsistema do sistema financeiro nacional que poderia ser caracterizado como subsistema monetário, ao qual é dada a faculdade de emissão de moeda.” (PINHEIRO, 2008, p 53).

As Instituições Financeiras não Bancárias são aquelas que têm por finalidades específicas os investimentos e financiamentos de médio e longo prazo a setores da economia, sendo assim, diferente das instituições tradicionais, pois a mesma não pode aceitar depósito à vista de clientes, no qual elimina a possibilidade de criação de moeda (OLIVEIRA; PACHECO, 2010).

Para Pinheiro, Instituições Financeiras não Bancárias “[...] operam com ativos financeiros não monetários, pertencendo, assim, ao subsistema não monetário do sistema financeiro nacional, ao qual não é permitida a emissão de moeda escritural, pela impossibilidade de captar depósitos à vista.” (PINHEIRO, 2008, p 57).

O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) é constituído pelas instituições financeiras que captam principalmente as cadernetas de poupanças e fundo oriundo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (ASSAF NETO, 2014).

Segundo Pinheiro, o SBPE refere-se: “São instituições participantes do sistema brasileiro de poupança e empréstimos, sujeitas à fiscalização do sistema financeiro da habitação.” (PINHEIRO, 2008, p 59).

Subsistema de intermediação na qual se tem as Instituições assistentes, como a bolsa de valores, sociedade corretoras de títulos e agentes autônomos de investimentos. No entendimento de Assaf Neto, as bolsas de valores são:

Organizações que mantêm um local onde são negociados os títulos e valores mobiliários de pessoas jurídicas públicas e privadas. Para tanto, devem apresentar todas as condições necessárias para o perfeito funcionamento dessas transações, tais como organização, controle e fiscalização. (ASSAF NETO, 2014, p.52).

De acordo com Rudge, a bolsa de valores pode ser uma associação civil sem fins lucrativos, com seu objetivo principal ter um local apropriado para reunião de seus membros para que realizem as transações de compra de títulos imobiliários num livre mercado, organizando e fiscalizado por seus membros (RUDGE, 1998).

Diante das Sociedades corretoras de títulos, Pinheiro destaca como: “sua principal função é a de promover a aproximação entre compradores e vendedores de ações, dando a esses negociabilidade adequada, por meio de leilões realizados em bolsas de valores.” (PINHEIRO, 2008, p 62).

De acordo com Assaf Neto, os agentes autônomos de investimento são:

Os agentes autônomos de investimentos são pessoas físicas credenciadas pelas instituições financeiras intermediadoras (corretoras, distribuidoras, bancos e financeiras) para atuarem na colocação de títulos e valores mobiliários e outros serviços financeiros no mercado, operando em troca do recebimento de uma comissão. Esses profissionais, da mesma forma que as instituições financeiras, são fiscalizados pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários. (ASSAF NETO, 2018, p.51).

Portanto, percebe-se que o Sistema Nacional Financeiro é importante para a sociedade, sendo dividido em subsistemas, o subsistema normativo na qual é responsável por controlar as normas do mercado financeiro. O subsistema de intermediação financeira, faz a transferência dos recursos entre os agentes tomadores e poupadores.

1.2 INVESTIMENTOS NO MERCADO DE RENDA FIXA

Para os investidores do mercado financeiro, existem diversos tipos de investimentos, um deles é o investimento no mercado de renda fixa. Nesse mercado, existem títulos pré-fixados ou pós-fixados, os pré-fixados são os mais simples de compreender quando investido, pois nele há um percentual fixo durante o tempo investido sem variações. Já o pós-fixado é um gênero de investimento mais arriscado, esse rendimento é sujeito a alguns indicadores da economia (CARRETE; TAVARES, 2019). Segundo Lima, Lima e Pimentel.

Os títulos de renda fixa são caracterizados por terem previamente definida a forma de remuneração. Esses títulos podem ser pré-fixados ou pós-fixados. No primeiro caso os títulos apresentam valor de resgate previamente definido; no segundo o valor de resgate do título só será conhecido no vencimento uma vez que esses títulos estão atrelados a algum indexador (IGP-M, IPCA, etc.), taxa de

juros (TR, TJLP), o mesmo ao câmbio (taxa de valorização do dólar, por exemplo), cuja variação não se conhece no momento em que se faz a aplicação. (LIMA; LIMA; PIMENTEL, 2007, p. 107).

Como a classificação, os títulos de renda fixa podem ser classificados como públicos ou privados. Os títulos públicos são emitidos pelos Governos Federal, Estaduais ou Municipais, já os títulos privados, são emitidos por organizações para incentivo de seus exercícios e captação de recursos (RUDGE, 1998).

Conforme Assaf Neto, “[...] os principais emitentes de títulos em uma economia são os governos (federal, estadual e municipal) e as empresas as quais são geralmente classificadas em diversos setores de atuação: serviços públicos, instituições financeiras, indústrias e etc.” (ASSAF NETO, 2014, p. 185).

O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é um título de renda fixa que funciona como um empréstimo a um banco, no qual se empresta o dinheiro para a instituição financeira e, recebe de volta com juros. Esses juros do CDB são exatamente o rendimento do investimento, CDBs são títulos transferíveis para qualquer investidor, essa transferência se dá por meio de endosso normativo, podendo ser pré ou pós-fixado (LIMA, LIMA e PIMENTEL, 2007).

O Recibo de Depósito Bancário (RDB) é um tipo de investimento de renda fixa de baixo risco. Assim como outros tipos de investimento de renda fixa, o rendimento do RDB também está atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (LIMA; LIMA; PIMENTEL, 2007).

Importante destacar que as taxas de rendimentos utilizadas para simulação, neste caso o CDI são reais e referentes ao período de simulação do estudo de 04 de janeiro de 2021 a 30 de setembro de 2021, o CDI para o respectivo período até o momento é 3,01% de acordo com dados fornecidos pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP, 2021). Conforme Fortuna:

RDB é um recibo e sua emissão gera a obrigação nas instituições emissoras de pagar ao aplicador, ao final do prazo contratado, a remuneração prevista – que será sempre superior ao valor aplicado os recursos captados, pelas instituições através desses instrumentos são normalmente repassados a seus clientes na forma de empréstimos. (FORTUNA, 2015, p 207).

Com relação ao risco, Fortuna evidencia que “[...] são títulos que representam uma dívida da instituição para com o investidor. O risco presente nesses títulos, portanto, é de crédito.” (FORTUNA, 2015, p. 206).

Os RDBs conseguem ser amortizados antecipadamente em casos de emergências, o mesmo ocorre com os CDB podendo ser vendido antes do prazo final, porém há uma perda na rentabilidade (FORTUNA, 2015).

Segundo Fortuna:

Para calcular a rentabilidade líquida da aplicação em um CDB deve-se calcular o imposto de renda - IR- incidente sobre o ganho de capital. A alíquota do IR é decrescente, de 22,5 a 15%, em função da permanência da aplicação (até seis meses, o investidor paga 22,5% sobre a rentabilidade de seis meses a um ano paga 20%; de um ano a dois anos paga 15%). (FORTUNA, 2015, p 207).

Conforme Fortuna, o cálculo de rentabilidade líquida e da aplicação em CDB, se dá o seguinte exemplo:

Ilustração 3: Rentabilidade líquida.

Exemplo:	
Valor Aplicado (VA) = R\$ 1.000.000,00	
I. Renda sobre o ganho de capital = 22,5%	4) Valor do imposto a ser descontado (VI)
Taxa de juros no período (TJ) = 1,2%	VI = GN x 20/100= 12.000,00 x 0,225
1) Valor dos juros no período (VJ)	VI = 2.700,00
VJ = VA x TJ/100 = 1.000.000,00 x 0,012	5) Valor de juros líquido (VL)
VJ = 12.000,00	VL = VJ-VI = 12.000,00-2.700,00
Valor de resgate bruto (VB)	VL = 9.300,00
VB = VA + VI = 1.000.000,00 + 12.000,00	6) Valor do resgate líquido (RL)
VB= 1.012.000,00	RL = VA + VL = 1.000.000,00+ 9.300,00
3) Ganho nominal no período (GN)	RL=1.009.300,00
GN=VB-VA = 1.012.000,00 -1.000.000,00	7) Taxa de rentabilidade líquida (TL)
GN= 12.000,00	TL = [(RL/VA)-1] x 100 = [(1.009.300,00/1.000.000,00)-1] x 100
	TL = 0,93%

Fonte: Fortuna (2015 p 208).

Nos investimentos de CDB e RDB incide o imposto de renda (IR), sobre o rendimento e é automaticamente deduzido quando o capital é resgatado. Portanto, a corretora de valores ou instituição financeira responsável pela manutenção da titularidade é responsável pela cobrança dos tributos e pela transferência do valor para os cofres público (INFOMONEY, 2021).

A Caderneta de Poupança trata-se da modalidade mais popular e tradicional do Brasil, considerada como uma forma de investimento conservadora oferece um risco baixo ao investidor, mas também obtém menor retorno. A Caderneta de Poupança costuma ter investidores de baixa renda (ASSAF NETO, 2014).

A caderneta de poupança é isenta de tributação, quanto a sua rentabilidade, de acordo com Assaf Neto, ela obedece aos seguintes critérios:

Os depósitos realizados na Poupança a partir de maio de 2012 passaram a ser vinculados pela Taxa Selic definida pelo Bacen. Se a Selic for fixada acima de 8,5% a.a., o investidor é remunerado pela regra antiga: 0,5% a.m. de juros mais variação da taxa TR. Caso a Selic seja igual ou menor que 8,5% a.a., os rendimentos da Caderneta de Poupança serão de 70% da Taxa Selic mais a variação da TR. Os rendimentos da Caderneta de Poupança estão isentos do pagamento do Imposto de Renda. (ASSAF NETO, 2014, p 90).

A Caderneta de Poupança pode ter depósitos de valores a qualquer dia do mês pelo investidor. Com isso o valor do rendimento vai ser creditado no mês seguinte, sendo nominado como data do aniversário da caderneta. Ela pode ter saques a qualquer momento obtendo a liquidez imediata da aplicação, caso o prazo seja antes da data aniversário não receberá a renumeração do investimento (ASSAF NETO, 2014).

A remuneração dos depósitos de poupança é calculada com base no saldo mínimo de cada período de receita. O período de receita é o mês corrido a partir do aniversário da conta de depósito de poupança de depósitos pessoais e de entidades sem fins lucrativos. Para os outros depósitos, o período de receita é o trimestre do calendário, que também começa a partir da data de aniversário da conta (BACEN, 2021).

De acordo com Fortuna, as Letras de Crédito Imobiliário “[...] foram oficialmente criadas pela Lei 10.931, de 02/08/04, como um novo instrumento para captação de recursos para os financiamentos imobiliários.” (FORTUNA, 2015, p. 218).

Essas LCI podem ser emitidas na forma cartular ou escritural, nominativa e endossável e são garantidos por bancos comerciais e demais instituições autorizadas pelo Banco Central, são títulos com semelhança a letras hipotecárias, porém diferentes, pois podem ser lastreadas por créditos imobiliários e não estão vinculadas a uma hipoteca (FORTUNA, 2015).

Os prazos de carência da LCI se apresentam a partir da Circular 3.614, de 24/11/12, qual define os prazos mínimos contando desde a data da emissão, sendo assim, trinta e seis meses quando atualizados mensalmente pelo índice de preços, doze meses, quando atualizados anualmente pelo índice de preços e sessenta dias nos demais casos. Os juros e o valor do principal podem ser pagos periodicamente ou numa única vez (FORTUNA, 2015).

Em relação ao imposto de renda sobre os ganhos de capital o tratamento é idêntico ao das LH, ou seja, estão isentas de IR para as pessoas físicas e seguem a tabela regressiva de imposto de renda sobre o ganho de capital em função do prazo de permanência, para as aplicações feitas pelas pessoas jurídicas. Em termos de IOF e FGC têm os mesmos tratamentos dos CDB. Por outro lado, diferentemente dos CDB das LH e LI, não estão sujeitas ao recolhimento do depósito compulsório. (FORTUNA, 2015, p. 219).

As Letras de Créditos do Agronegócio (LCA) são títulos de créditos nominativos, cartular ou escritural, de livre comércio, é emitido por instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central, tendo como garantia o financiamento o setor rural, podendo usar qualquer financiamento agrícola como lastro de LCA (FORTUNA, 2015). Quanto a vantagens, Fortuna destaca que:

A grande vantagem da LCA, como alternativa de investimento, é a isenção do pagamento do IR sobre o ganho de capital para pessoa física. Além disso, estão sob a proteção do FGC até o limite de R\$ 250 mil e não estão sujeitas ao recolhimento do depósito compulsório. (FORTUNA, 2015, p 318).

As LCA são, “[...] capitalizados com taxas de juros remuneratórios fixa ou flutuantes, sendo que principal e juros podem ser pagos periodicamente ou em uma única vez no vencimento.” (FORTUNA, 2015, p 318). Deste modo, constata-se que existem diversos tipos de investimentos em renda fixa, com regras de carência e rentabilidade, onde os investidores se poderão obter rentabilidade e, com baixo risco em suas aplicações.

1.3 INVESTIMENTO NO MERCADO DE RENDA VARIÁVEL

Os investimentos em renda variável são mencionados pelo mercado financeiro como sendo voláteis, em virtude de apresentarem a impossibilidade de determinar a rentabilidade futura do investimento. De acordo com Lima, Lima e Pimentel, os fundos de renda variável são “[...] aqueles compostos, em sua maioria, por aplicações em ações e/ ou títulos cuja taxa de retorno é variável, e não baseada diretamente no mercado de juros.” (LIMA; LIMA; PIMENTEL, 2007, p. 468).

Os ativos de renda variável são caracterizados por não ter um conhecimento prévio de rendimentos. O investidor não sabe sobre o futuro do seu valor aplicado, o valor resgatado pode ser maior, igual ou menor do valor aplicado (PINHEIRO, 2008).

Investimentos em renda variável não possuem taxas de rentabilidade pré-fixadas. O valor aplicado sobre um investimento ocorre oscilações, ou seja, ele varia de acordo com o mercado, Lima, Lima e Pimentel destacam.

Entre os produtos de renda variável, podem ser destacados as ações e os derivativos. Os tipos básicos de derivativos são: termo, futuro, opções e swaps. Podem os derivativos ser negociado em diferentes mercados, como na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), ou no mercado de balcão, como a CETIP, em que se transacionam derivativos que necessitam de maior grau de flexibilidade, como os swaps. (LIMA; LIMA; PIMENTEL, 2007, p 22).

Assim são classificadas algumas formas de rendimentos variáveis, ações, Bolsa de valores de São Paulo (Bovespa), derivativos, os tipos básicos de derivativos são: termo, futuro, opções e *swaps*.

As ações são títulos negociáveis que apresentam a divisão do capital da empresa, para assim as empresas estar captando recursos para aplicar em seus negócios. No momento em que se adquirem as ações, o seu possuidor tem direito de participação dos resultados da mesma. O acionista é proprietário de uma parcela da empresa que corresponde ao número de ações que possui (PINHEIRO, 2008).

Para Lima, Lima e Pimentel, ações seriam “[...] o valor da ação (preço de compra e venda) é determinado em mercado, variando principalmente em função de desempenho financeiro ou previsto para companhia, bem como da conjuntura econômica doméstica e internacional.” (LIMA; LIMA; PIMENTEL, 2007, p. 26). As características principais das ações são:

Ilustração 4: Características ações

PARA O INVESTIDOR	PARA A INSTITUIÇÃO EMISSORA
<ul style="list-style-type: none"> • o retorno não é previamente definido, mas potencialmente alto; • não há obrigatoriedade do retorno do capital e/ou pagamento de dividendos; • o investidor torna-se acionista da empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> • é um título patrimonial. • não representa uma obrigação perante terceiros.

Fonte: Pinheiro (2008, p. 87).

A Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) tem como objetivo operar em um ambiente favorável para a negociação, realização, registro e liquidação de transações com títulos e valores mobiliários, como ações, bônus de subscrição, debêntures, notas promissórias. Atualmente são negociadas quase exclusivamente ações e derivativos (OLIVEIRA; PACHECO, 2010).

A ação ordinária é adquirida por acionistas comuns, no qual se trata dos proprietários da empresa, aguardando sempre ao final do período para obter a recompensas de seus dividendos em dinheiro ou do aumento do valor das ações. Já ações preferenciais estão limitadas a dois terços do total das ações, possui privilegio de receber seus rendimentos, com o valor mínimo anual estabelecido pelo estatuto da empresa (CHIAVENATO, 2005).

Os índices de ações possuem como objetivo apresentar as variações dos valores das ações e tornar possível a média de desempenho no mercado acionário, os índices representa a média oscilação das ações empresas, é selecionada por critérios que variam de índice para índice. As ações de empresas escolhidas recebem pesos, na quais são relacionadas à liquidez em bolsa em determinado momento. Para o índice não ficar fora da realidade do mercado dinâmico, as empresas que os compõem quanto seus pesos são revistos periodicamente (OLIVEIRA; PACHECO, 2010).

Segundo Fortuna o Índice Bovespa, “[...] é o mais importante indicador de desempenho médio das cotações dos ativos – ações e *units* - de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro.” (FORTUNA, 2015, p 615).

Para Oliveira e Pacheco, o índice brasileiro refere-se:

No Brasil, o índice mais utilizado e importante é o Ibovespa, calculado desde 4 de junho de 1968 pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Sua importância deriva do fato de refletir o comportamento das ações mais negociadas no mercado brasileiro, bem como de sua tradição, mantendo-se os critérios metodológicos inalterados desde sua criação. (OLIVEIRA; PACHECO, 2010, p 151).

As empresas que fazem parte da Ibovespa são no total de uma carteira teórica de ações composta por 65 ações de 61 empresas. Esses ativos são aqueles que possuem maior volume de negociação na B3 (BOVESPA, 2021).

Derivativos são os mercados futuros aonde vêm buscando uma crescente importância no mercado financeiro, sendo essencial para os profissionais de finanças, o entendimento do funcionamento e da utilização desses mercados e dos fatores que determinam os preços dos ativos neles negociados. Para Rudge,

Os derivativos geralmente são negociados em bolsas específicas e os volumes transacionados atingem volumes fantásticos. Nos mercados futuros e de opções como de soja, negociam-se várias vezes a colheita anual, porém, a liquidação física (entrega) dos contratos é uma percentagem mínima dos negócios. (RUDGE, 1998 p. 209).

No Mercado a Termo, é uma compra ou venda, em mercado, de determinada quantidade de ações, a um preço fixado, as operações têm como prazos de liquidez

determinado a partir da data da realização em pregão, resulta em um contrato entre as partes, com prazo mínimo de 12 dias úteis e máximo de 999 dias corridos, em geral, de 30, 60, 90, 120, 150 e 180 dias (PINHEIRO, 2008). Sobre Mercado de Futuros Fortuna evidencia.

Os mercados de futuros têm como objetivo básico a proteção dos agentes econômicos – produtos primários, industriais, comerciantes, instituições financeiras e investidores – contra as oscilações dos preços de seus produtos e de seus investimentos em ativos financeiros. (FORTUNA, 2015, p 687).

O Mercado de Opções negociam os direitos de compra e venda de ações, em prazo de liquidação a preço pré-fixado. Investidor de opções adquire mediante o pagamento do prêmio, a posse de vender e comprar determinados lote de ações a outro investidor do mercado, com prazo e preços acertados (ASSAF NETO, 2014).

Swaps consistem em um acordo para duas partes trocarem o risco de uma posição ativa, ou passiva, em data futura, conforme critérios preestabelecidos. Essas trocas são bastante comuns com posições envolvendo taxas de juro, moedas e commodities. Segundo Assaf Neto, “Os *swaps* são acordos estabelecidos entre duas partes visando a troca de fluxos de caixa futuros por certo período de tempo, obedecendo a uma metodologia de cálculo previamente definida.” (ASSAF NETO, 2014 p. 342).

Todo investidor ao investir seu dinheiro, precisa obrigatoriamente considerar a inflação. Pois a inflação é definida como uma alta generalizada e insistente no nível de preços da economia, a inflação antes de ser um problema, se trata da consequência do desequilíbrio monetários ou estrutural da economia (OLIVEIRA; PACHECO, 2010).

Portanto, investimentos em renda variável constituem uma excelente aplicação para quem possui um perfil mais ousado, pois demanda um alto grau de risco, e além do mais são investimentos que se exige um bom conhecimento técnico para que impeça ou reduzem os riscos eventuais do mercado. Além do mais, os títulos de renda variável possuem uma maior rentabilidade comparada à renda fixa em sua maioria.

2 METODOLOGIA

Para Marconi e Lakatos definem que a metodologia sendo como uma pesquisa que “abrange maior número de itens, pois respondem, a um só tempo, as questões Como? Com que? Quanto?.” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 204).

Metodologia é a parte principal do trabalho, onde se explica como a pesquisa aconteceu. Neste tópico, apresenta-se a categorização da pesquisa, a geração de dados e, a análise e interpretação de dados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Na classificação, foram mencionados todos os métodos utilizados na pesquisa para a obtenção de todos os objetivos propostos. Esta pesquisa se classifica como aplicada, pois se desenvolveu um estudo aplicado no mercado de investimentos brasileiro.

O método desta pesquisa é quantitativo, pois busca analisar os dados e informações relacionados ao mercado de ações, bem como outros investimentos, como a poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Recibo de Depósito Bancário (RDB), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Letra de Crédito Imobiliário (LCI).

Os objetivos formulados na pesquisa se dão por meio da pesquisa descritiva, explicativa e comparativa. O método descritivo utiliza técnicas específicas de coleta e análise de dados para observar os resultados em seu ambiente sem a interferência dos pesquisadores. Já a pesquisa explicativa visa aprofundar o entendimento da realidade, explicando os resultados dos investimentos estudados. Quanto ao método comparativa, ele visa comparar as diferentes aplicações e suas respectivas rentabilidade.

Quanto aos procedimentos técnicos, este trabalho classifica-se em pesquisa bibliográfica, e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica abrange informações públicas em livros, pesquisas e artigos científicos. Já o estudo de caso, se refere à parte onde se estuda o mercado de investimentos tanto de renda fixa, quanto variável.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Os dados do presente trabalho consideram o período de 4 de janeiro de 2021 até 30 de setembro de 2021. Neste período foram estudados dois tipos de investimentos a) renda fixa e b) renda variável.

Quanto aos investimentos em renda fixa, foram estudados os investimentos em: poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Recibo de Depósito Bancário (RDB), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Letra de Crédito Imobiliário (LCI). Quanto ao investimento em CDB e RDB as taxas de rentabilidade foram baseadas na carteira de investimento na cooperativa CRESOL agência de Santa Rosa – RS, já as taxas de rentabilidade dos investimentos em LCA e LCI foram realizadas conforme oferta no Banco BTG Pactual.

O investimento em renda variável optou-se por escolher a ação da Petrobrás (PETR4), por ser uma das ações mais negociadas no mercado, tem alta liquidez, a empresa que oferta é uma das maiores produtoras de petróleo e gás do mundo, e, além disso, a ação PETR4 proporciona ganho de dividendos ao investidor.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Análise e interpretação dos dados tem o intuito de compreender os dados e informações obtidos no período estudado. Para a realização da análise, considerou-se que o investidor tinha disponível o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no dia 04 de janeiro de 2021, a partir disso, elaborou-se uma simulação em todos os investimentos anteriormente citados.

A análise e interpretação dos dados se deram por meio da pesquisa descritiva, explicativa e comparativa, com a utilização de gráficos e ilustrações, para facilitar o entendimento do autor, além disso, elaborou-se a triangulação da opinião dos acadêmicos, como os autores do referencial teórico.

3 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico, encontram-se os resultados da pesquisa, inicialmente se calcula a rentabilidade de cada investimento estudado e, na sequência se apresenta o melhor investimento, ou seja, aquele mais rentável, considerando o período de 04 de janeiro de 2021 até 30 de setembro de 2021.

3.1 CÁLCULO DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

O mercado de renda fixa, hoje é procurado por pessoas mais conservadoras, geralmente os investidores optam pela renda fixa para não obter um risco elevado e, conseqüentemente ter perdas do seu capital. Nos parágrafos seguintes, se apresenta o cálculo de cada investimento, os cálculos foram realizados por meio da calculadora do cidadão, disponibilizada no site do Banco Central do Brasil.

Para a simulação na caderneta de poupança se considerou o período de 04 de janeiro de 2021 a 30 de setembro de 2021. Na Ilustração 5 consta a rentabilidade da caderneta de poupança.

Ilustração 5: Calculo da rentabilidade da poupança

Dados básicos da correção pela Poupança	
Dados informados	
Data inicial	04/01/2021
Data final	30/09/2021
Valor nominal	R\$ 100.000,00 (REAL)
Regra de correção	Nova
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,01364770
Valor percentual correspondente	1,364770%
Valor corrigido na data final	R\$ 101.364,77 (REAL)

Fonte: dados dos pesquisadores e Banco Central do Brasil (2021).

Como demonstrado na Ilustração 5, pode-se notar que a pessoa física que investiu um valor de R\$100.000,00 no início do ano de 2021. Resultou em uma rentabilidade de R\$ 1.364,77.

A remuneração dos depósitos de poupança é calculada com base no saldo mínimo de cada período de receita. O período de receita é o mês corrido a partir do aniversário da conta de depósito de poupança de depósitos pessoais e de entidades sem fins lucrativos. Para os outros depósitos, o período de receita é o trimestre do calendário, que também começa a partir da data de aniversário da conta (BACEN, 2021).

A simulação de investimento em certificado de depósito bancário (CDB) e no recibo de depósito bancário (RDB) se realizou conforme a calculadora do cidadão do Banco Central do Brasil, elaborada conforme ofertado pela carteira de investimento da cooperativa CRESOL, com uma rentabilidade de 102,90% sobre o CDI e prazo de 236 dias, na Ilustração 6 se apresenta o cálculo do valor investido sobre o CDI do período estudado.

Ilustração 6: Cálculo da rentabilidade do CDB/RDB

Dados básicos da correção pelo CDI	
Dados informados	
Data inicial	04/01/2021
Data final	30/09/2021
Valor nominal	R\$ 100.000,00 (REAL)
% do CDI	102,90 %
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,02573030
Valor percentual correspondente	2,573030 %
Valor corrigido na data final	R\$ 102.573,03 (REAL)

Fonte: dados dos pesquisadores e Banco Central do Brasil (2021).

Os investimentos em CDB e RDB tem cobrança de imposto de renda na alíquota de 20,00%. Portanto, o lucro do investidor que era de R\$ 2.573,03. Ao receber da instituição no qual tem o valor aplicado já receberá o valor com o desconto da alíquota, assim, ele terá o valor de R\$ 2.058,42. O valor a se resgatar no final do período será de R\$ 102.058,42.

Nos investimentos de CDB e RDB incide o imposto de renda (IR), sobre o rendimento e é automaticamente deduzido quando o capital é resgatado. Portanto, a corretora de valores ou instituição financeira responsável pela manutenção da titularidade é responsável pela cobrança dos tributos e pela transferência do valor para os cofres público (INFOMONEY, 2021).

Na Ilustração 7 apresenta-se a tabela de regressão do imposto de renda no qual sofre o desconto no resultado do investimento.

Ilustração 7: Tabela IRPF

TABELA IR	
Prazo	Alíquota
Até 180 dias	22,50%
De 181 dias a 360 dias	20,00%
De 361 dias a 720 dias	17,50%
Acima de 721 dias	15,00%

Fonte: Infomoney (2021).

A simulação de investimento em letra de crédito imobiliário (LCI) se realizou conforme a porcentagem atribuída pelo Banco BTG Pactual, com uma rentabilidade de 97% sobre o CDI, a escolha por este título se deu em função de ser a maior oferta localizada dentro do prazo de vencimento próximo 236 dias. Na Ilustração 8 destaca-se a proposta da instituição.

Ilustração 8: LCI – Pós-fixado Banco BTG Pactual

LCI – PÓS-FIXADO BANCO BTG PACTUAL Risco: CONSERVADOR Produto: LCI – PÓS-FIXADO Prazo: 6 meses Vencimento: 02/05/2022 Taxa: 97,00% do CDI Taxa:- Taxa EQ. CDB: 121,25% do CDI juros: Somente no Vencimento Amortização: Somente no Vencimento

Fonte: dados dos pesquisadores e Banco BTG Pactual (2021).

Importante destacar que as taxas de rendimentos utilizadas para simulação, neste caso o CDI são reais e referentes ao período de simulação do estudo de 04 de janeiro de 2021 a 30 de setembro de 2021, o CDI para o respectivo período até o momento é 3,01% de acordo com dados fornecidos pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP, 2021).

Na Ilustração 9, consta a simulação do investimento em Letra de crédito Imobiliário (LCI).

Ilustração 9: Simulação Letra de Crédito Imobiliário (LCI)

Dados básicos da correção pelo CDI	
Dados informados	
Data inicial	04/01/2021
Data final	30/09/2021
Valor nominal	R\$ 100.000,00 (REAL)
% do CDI	97,00 %
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,02423737
Valor percentual correspondente	2,423737 %
Valor corrigido na data final	R\$ 102.423,74 (REAL)

Fonte: Dados dos pesquisadores e Banco Central do Brasil (2021).

O título de LCI é isento de imposto de renda, o investidor da modalidade LCI que aplicou o valor de R\$ 100.000,00, teve o retorno no período de R\$ 2.423,74, no qual o valor sacado será de R\$102.423,74, a aplicação possui uma carência de seis meses conforme estabelecida pela instituição escolhida.

No cálculo de investimento em letra de crédito agronegócio (LCA), utiliza-se a rentabilidade atribuída de 97% sobre o CDI, como mesmo prazo dos demais investimentos de 236 dias, utiliza-se o investimento da carteira do Banco BTG Pactual. Na Ilustração 10 destaca-se a proposta da instituição.

Ilustração 10: LCA – Pós-fixado Banco BTG Pactual

LCA - PÓS-FIXADO
BANCO BTG PACTUAL
Risco: CONSERVADOR
Produto: LCA - PÓS-FIXADO
Prazo: 6 meses
Vencimento: 02/05/2022
Taxa: 97,00% do CDI
Taxa:-
Taxa EQ. CDB: 121,25% do CDI
juros: Somente no Vencimento
Amortização: Somente no Vencimento

Fonte: dados dos pesquisadores e Banco BTG Pactual (2021).

Como no outro investimento o valor investido foi de R\$100.000,00 e por ter a mesma rentabilidade da LCI, o valor sacado no período será de R\$ 102.423,74. Na simulação da Ilustração 11, consta a simulação do investimento em Letra de crédito Agronegócio (LCA).

Ilustração 11: Simulação Letra de Crédito Agronegócio (LCA)

Dados básicos da correção pelo CDI	
Dados informados	
Data inicial	04/01/2021
Data final	30/09/2021
Valor nominal	R\$ 100.000,00 (REAL)
% do CDI	97,00 %
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,02423737
Valor percentual correspondente	2,423737 %
Valor corrigido na data final	R\$ 102.423,74 (REAL)

Fonte: Dados dos pesquisadores e Banco Central do Brasil (2021).

O valor investido rendeu R\$ 2.423,74, possui a mesma carência de seis meses, o valor contraído no período se estima que terá um ganho no final equivalente a 121,25% do CDI, por ser uma aplicação isenta do imposto de renda.

A principal desvantagem da LCI e LCA são os prazos de carência para resgate do investimento. No entanto, para pessoas que procuram um investimento em longo prazo para aposentadoria também se torna uma desvantagem, pois a rentabilidade de um papel pode ser ótima, mas dura em torno de três ou quatro anos.

Conforme Fortuna, Letra de Crédito do Agronegócio trata-se:

É um título de crédito nominativo, cartular ou escritural, de livre negociação, devendo, se escritural, ser registrado em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizada pelo BC, representando promessa de pagamento em dinheiro e se constituindo em título executivo extrajudicial. (FORTUNA, 2015, p 317).

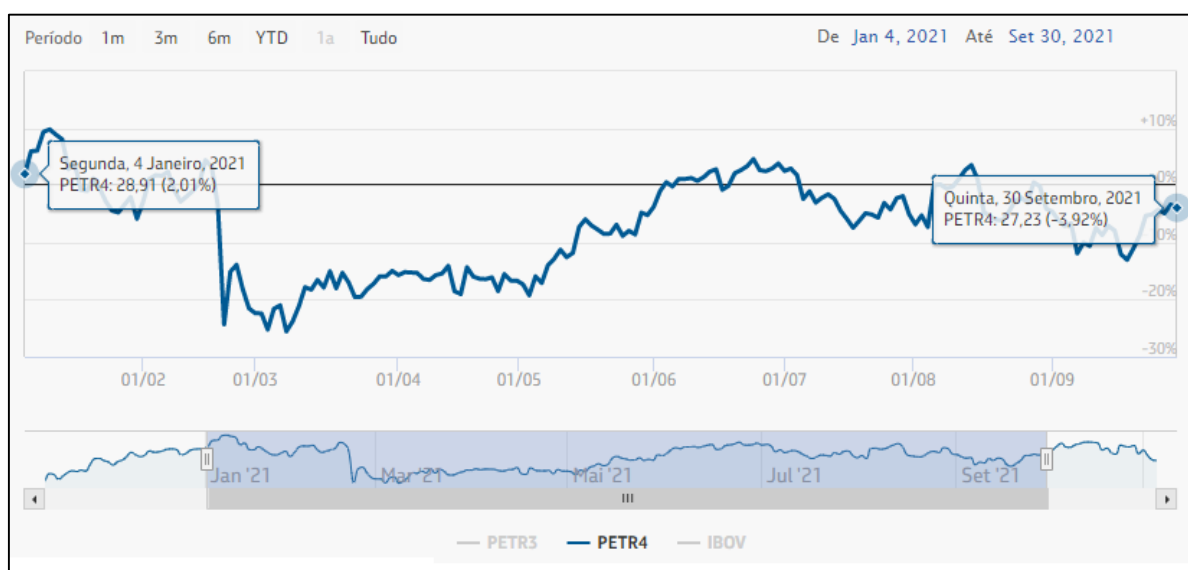
De acordo com dados da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) (2021), foi selecionada a ação da Petrobras (PETR4), sua principal atividade está relacionada com a exploração e produção, refino, geração de energia e comercialização. A Petrobrás

(PETR4) trata-se de uma ação preferencial, investidor corre menos riscos ao investir e também a mesma paga-se dividendo.

A ação PETR4 foi escolhida por ser uma ação preferencial, que se leva em conta para investidores em curto prazo conforme o estudo estabelecido. Escolheu essa ação pela Petrobrás ser uma empresa comprometida em gerar lucro para seus acionistas.

Na Ilustração 12 apresenta-se o desempenho da ação PETR4, considerando o período de análise, que compreende 04 de janeiro até 30 de setembro de 2021.

Ilustração 12: Ação Petrobrás (PETR4).



Fonte: Petrobrás (2021).

Nesta modalidade de aplicação em renda variável foi investido o valor de R\$ 99.999,69, no qual esse valor foi possível comprar a quantidade de 3.459 ações, pelo preço de compra de R\$28,91.

No período do investimento obteve-se o pagamento dos dividendos no valor de R\$ 1,60 por ação conforme informado no site da Petrobrás, distribuindo um valor de 5.534,40 na data de 25 de agosto de 2021, os proventos de dividendos são isentos de imposto de renda.

Desta forma, no final do período estudado, foi vendido o total de ações no valor de R\$27,23, na qual foi resgatado o valor de R\$ 94.188,57. Por ter prejuízo o investidor

não precisa pagar o imposto de renda. Levando-se em consideração o valor de dividendos e preço de venda no prazo final soma-se um valor de R\$ 99.722,97, tendo um prejuízo final de R\$ 276,72.

Importante ressaltar que na modalidade de *swing trade* é uma maneira de realizar operações no curto prazo no mercado de ações, para se classificar *swing trade* o intervalo de tempo das operações são mais de um dia e levando tempo mais considerado necessário para ter analisado as tendências e, assim buscar as oportunidades de compra e venda no período específico essa forma de corretagem não possui custo de operação na corretora Clear, assim, não alterando o valor no final do prazo resgatado (CORRETORA CLEAR, 2021).

Quando se trata de investimento é importante conhecer a inflação acumulada no período investido, assim, na Ilustração 13 foi simulada a inflação do período de 2021.



Fonte: (IBGE 2021)

A inflação acumulada no período estudado foi de 6,90%, sendo maior que todas as modalidades investidas no período. Portanto, considerando os aspectos verificados nas aplicações estudadas, pessoas físicas poderiam aprender a investir em aplicações financeiras que lhe rendam mais que a inflação, para que seu dinheiro não desvalorize e, reduza seu poder de compra.

3.2 APRESENTAÇÕES DOS MELHORES INVESTIMENTOS

Neste tópico, busca-se evidenciar de forma clara e objetiva os investimentos financeiros que tiveram os melhores rendimentos no período estudado. A Ilustração 14 apresenta de modo sintético todos os investimentos pesquisados.

Ilustração 14: Apresentação dos Investimentos

	POUPANÇA	CDB/RDB	LCI	LCA	PETR4
Capital inicial (R\$)	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	99.999,69
IRPF (20%)	ISENTO	20%	ISENTO	ISENTO	20%
Dividendos	N/A	N/A	N/A	N/A	R\$ 1,60
Rentabilidade no período	1,36%	2,05%	2,42%	2,42%	-0,27%
Capital final (R\$)	101.364,77	102.058,42	102.423,74	102.423,74	99.722,97
Liquidez	IMEDIATA	IMEDIATA	CARÊNCIA	CARÊNCIA	IMEDIATA
Nível de risco	BAIXO	BAIXO	BAIXO	BAIXO	ELEVADO

Fonte: Dados dos pesquisadores.

Conforme a Ilustração 14 conclui-se que os investimentos que mais tiveram rentabilidade foram à aplicação em Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), pois a instituição propôs no período estudado, um rendimento maior que as demais modalidades pesquisadas.

Pode-se destacar que essas duas aplicações foram as mais rentáveis no período investido, porém se deve ressaltar que ambas possuem a desvantagem referente ao prazo de carência para o saque do investimento, o qual é de 6 meses (180 dias). Para Fortuna:

Com o benefício fiscal, o retorno da LCA acaba superando a taxa paga pelas CDB emitidos até pelo mesmo banco, ou seja, com o mesmo risco as instituições financeiras atuantes no crédito ao agronegócio viram no negócio uma alternativa de captação. (FORTUNA, p. 318, 2015).

Destaca-se que o investimento em renda variável (bolsa de valores, por exemplo), por ter influências do mercado interno e externo, os investidores podem perder seu valor aplicado no período ou obter um lucro na venda, no caso, no presente trabalho o investimento em ações da PETR4 foi um péssimo investimento, pois obteve prejuízo no período estudado.

No prazo que ocorreu o investimento, nota-se que todas as aplicações atingiram uma rentabilidade menor que a inflação. No período estudado a inflação acumulada foi de 6,9%. Segundo Assaf Neto, “[...] esse processo inflacionário ocasiona também contínua perda de capacidade de compra da moeda, reduzindo o poder aquisitivo dos agentes econômicos.” (ASSAF NETO, p. 34, 2014).

Portanto destaca-se que o investimento na renda fixa no período estudado foi uma forma mais segura e conservadora de investir e, a ação por tratar-se de um investimento com mais risco, verificou-se perdas no valor investido, no final do período.

CONCLUSÃO

Investir em bons investimentos financeiros significa dar o primeiro passo para mudar o status do futuro e atingir seus objetivos e planos, mas uma grande parte da população brasileira ainda não conhece sobre investimentos em renda fixa e renda variável, quais são os riscos, os melhores métodos de investimento e, principalmente as modalidades de investimentos disponíveis no mercado.

No cenário atual, quanto aos investimentos no período estudado, pode-se, levar em conta que todos estão com rentabilidades menores que a inflação brasileira, a qual está acumulada em 6,9%. A inflação alta é um mal para a economia, pois ela retira o poder de consumo das pessoas, causando um efeito negativo para qualquer país.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar qual é a melhor opção de investimento no período estudado, o mesmo foi atingido no decorrer do item 3 deste trabalho. Quanto aos objetivos específicos, todos foram atendidos ao longo da pesquisa.

O primeiro objetivo apresentou os principais conceitos sobre o mercado de investimentos de pessoa física, contextualizado no referencial teórico, no qual foi

conceituado sobre os investimentos estudados, bem como o mercado financeiro brasileiro.

O segundo objetivo apresentou os cálculos de rentabilidade dos investimentos de pessoa física, no período de 04 de janeiro de 2021 a 30 de setembro de 2021, descrito no tópico 3.1, no qual procurou mostrar qual o melhor investimento/rentabilidade no período.

O terceiro objetivo específico demonstrou o investimento mais rentável, o qual está descrito no tópico 3.2 deste trabalho, bem como responde ao problema de pesquisa. Destaca-se que as Letras de Créditos LCI e LCA foram mais rentáveis, cabe salientar que elas são isentas de imposto de renda, no entanto, ao comparar com a inflação acumulada, ambos os investimentos foram inferiores, ou seja, não corrigiram sequer a taxa de inflação, demonstrando perda de poder de comprar do investidor.

Para responder ao problema de pesquisa: Qual a melhor rentabilidade de investimento financeiro nos três primeiros trimestres de 2021? Constatou-se que a renda fixa foi a mais rentável no período estudado, e as Letras de Crédito LCA e LCI, foram os investimentos mais rentáveis.

Para os demais estudantes Fema, este trabalho pode ser utilizado como base para novas pesquisas, a partir do tema abordado no trabalho, para identificar limitações, desenvolver e aprofundar mais o conhecimento sobre investimentos financeiros. Recomenda-se que sejam estudadas outras ações ofertadas na Bovespa.

A partir do presente estudo foi possível perceber como é arriscado o mercado de renda variável, principalmente na bolsa de valores, no qual a ação estudada apresentou prejuízo ao investidor. Todavia, vale considerar o mercado de renda fixa, que, mesmo que o retorno não seja considerado alto, o investidor não perderá o capital aplicado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edgar; SILVA, Lucas. **Sistema Financeiro Nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo, MÉTODO, 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BRITO, Osias Santana de. **Mercado Financeiro**: 3. ed. São Paulo. Saraiva Educação, 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do Cidadão**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=5>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Poupança**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/poupanca>>. Acesso em: 02 de nov. 2021.

BTG PACTUAL. **Letra de Crédito do Agronegócio LCA**. Disponível em: <<https://www.btgpactualdigital.com/renda-fixa/produtos>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

BTG PACTUAL. **Letra de Crédito Imobiliário LCI**. Disponível em: <<https://www.btgpactualdigital.com/renda-fixa/produtos>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

CARRETE, Liliam Sanchez; TAVARES, Rosana. **Mercado Financeiro Brasileiro** .1. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

CENTRAL DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA DE TÍTULOS PRIVADOS (CETIP). **Instrumentos Financeiros – DI Depósito Interfinanceiro**. 2021. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/serie-historica-do-di.htm>. Acesso em: 02 nov. 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Financeira**: uma abordagem introdutória. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CORRETORA CLEAR. **Swing Trade**. Disponível em: <<https://corretora.clear.com.br/swing-trade/>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro**: produtos e serviços. 20. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro. Qualitymark Editora, 2015.

IBGE. **Calculadora do IPCA**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

ÍNDICE BOVESPA. **Composição da Carteira**. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/indice-ibovespa-ibovespa-composicao-da-carteira.htm>. Acesso em: 02 nov. 2021

INFOMONEY. **IR 2021**: como declarar investimentos no imposto de renda. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/guias/imposto-de-renda-investimentos/>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

LIMA; Iran Siqueira; LIMA; Gerlando Augusto Sampaio Franco; PIMENTEL; Renê Coppe. **Curso de Mercado Financeiro: Tópicos Especiais**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Gilson; PACHECO, Marcelo. **Mercado Financeiro, Objetivo e Profissional**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundamento, 2010

PETROBRÁS. **Gráfico da Ação PETR4**. Disponível em: <<https://www.investidorpetrobras.com.br/acoes-dividendos-e-dividas/acoes/>> Acesso em: 02 nov. 2021.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais: fundamentos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RUDGE, Luiz Fernando. **Mercado de Capitais**: 4. ed. Rev. e Aum. Belo Horizonte: CNBV, 1998.

VIABILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE HOLDING COM O PROJETO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Michelle Bönmann¹
Fabiana Leske Schreiner²

RESUMO

Este trabalho tem como tema o estudo acerca da Viabilidade de Implementação de Holding com a Proposta da Reforma Tributária. O presente artigo busca responder em que medida é viável implementar a holding com a aprovação da proposta da reforma tributária, pois acredita-se que os benefícios que influenciam a implementação da holding poderão se perder com a aprovação do projeto de lei que trata a reforma tributária. O objetivo geral deste artigo é apresentar aspectos históricos, conceituais e base legal da holding na legislação brasileira, bem como os pontos da reforma tributária, verificando seus impactos nesse método empresarial. A metodologia escolhida para a pesquisa parte de um estudo teórico, com análise qualitativa de dados, fundamentado em documentação indireta e bibliográfica. O artigo estrutura-se em três partes: a primeira apresenta a lei da holding (Sociedades por Ações), Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976; a segunda analisa a proposta da reforma tributária, Projeto de Lei nº 2.337 de 2021; e a terceira analisa a viabilidade da implementação de holding com a possível aprovação da reforma tributária. O estudo trouxe a conclusão de que com o objetivo do projeto de lei da reforma tributária em incidir alíquota de imposto sobre a renda para a distribuição de lucros e proventos, as holdings perderão o atual benefício fiscal, e dessa forma, constata-se que a implementação de holding se torna inviável com a aprovação da reforma tributária e a taxaço de imposto sobre essa prática.

Palavras-chave: Holding – Reforma Tributária – Distribuição de Lucros.

ABSTRACT

This work has as its theme the study about the Feasibility of Implementing a Holding with the Tax Reform Proposal. This article seeks to answer the extent to which it is feasible to implement the holding with the approval of the tax reform proposal, as it is believed that the benefits that influence the holding's implementation may be lost with the approval of the bill that deals with the tax reform. The general objective of this article is to present

¹ Pós-graduanda em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA. michelle.bonmann@gmail.com

² Mestre em Direito, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. Orientadora. Professora do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. schreinerfabiana@gmail.com

historical, conceptual and legal basis aspects of the holding in Brazilian legislation, as well as the points of tax reform, verifying its impacts on this business method. The methodology chosen for the research is based on a theoretical study, with qualitative data analysis, based on indirect and bibliographic documentation. The article is divided into three parts: the first presents the holding law (Corporations by Shares), Law nº 6.404 of December 15, 1976; the second analyzes the proposed tax reform, Bill No. 2,337 of 2021; and the third analyzes the feasibility of implementing a holding company with the possible approval of the tax reform. The study brought the conclusion that with the aim of the tax reform bill to levy a tax rate on income for the distribution of profits and earnings, the holding companies will lose the current tax benefit, and thus, it appears that the implementation of a holding becomes impracticable with the approval of the tax reform and the taxation of this practice.

Keywords: Holding – Tax Reform – Profit Distribution.

INTRODUÇÃO

Com a alta carga tributária imposta às pessoas jurídicas no Brasil, muitas vezes as empresas buscam formas de pagar menos impostos através do planejamento tributário.

Como exemplo de planejamento tributário e redução de impostos, as empresas aderem às holdings, que são um grupo de empresas com ações em outra empresa e que se beneficiam da distribuição de lucros isenta de impostos sobre a renda e proventos.

Portanto, este trabalho tem como tema o estudo da Viabilidade de Implementação de Holding com a Proposta da Reforma Tributária, onde seu recorte temático está delimitado no estudo da Viabilidade de Implementação de Holding com a Proposta da Reforma Tributária e a possível extinção do benefício da isenção de imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza das pessoas físicas e das pessoas jurídicas sobre a distribuição de lucros.

Dessa forma, o presente artigo busca responder em que medida é viável implementar holding com a aprovação da proposta da reforma tributária e a taxaço de impostos sobre a distribuição de lucros?

Acredita-se que a implementaçõ da holding traz vários benefícios ao grupo de empresas, mas os principais são os fiscais e tributários devido a isençõ de imposto

sobre a renda e proventos das pessoas físicas e das pessoas jurídicas na distribuição de lucros, e que esse benefício poderá se perder com a aprovação do projeto de lei que trata a reforma tributária.

Portanto, o objetivo geral deste artigo é apresentar aspectos históricos, conceituais e a base legal da holding na legislação brasileira, bem como os pontos da reforma tributária, verificando seus impactos nesse método empresarial. Diante disto, tem-se como objetivos específicos analisar a holding, ressaltar seus benefícios e analisar a sua viabilidade com a possível reforma tributária.

A presente pesquisa justifica-se devido ao impacto que a proposta da reforma tributária trará às empresas caso seja aprovada. Desta forma, esta pesquisa tem suma importância para a instituição de ensino, pois trata-se de uma análise que busca responder qual será o impacto nas empresas holdings com a possibilidade da aprovação da reforma tributária.

Para o acadêmico este estudo é importante para agregar conhecimento do âmbito das possíveis modificações oriundas do projeto de lei que trata a reforma tributária, bem como o impacto que acarretará sobre as empresas, em especial as que aderem o método empresarial holding.

Neste mesmo sentido, a pesquisa busca responder a viabilidade da implementação da holding após a possível aprovação da reforma tributária e a alteração da legislação do imposto sobre a renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas na distribuição dos lucros.

Portanto, a metodologia escolhida para a pesquisa parte de um estudo teórico, com análise qualitativa de dados através da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e do Projeto de Lei nº 2.337/21 (Proposta de Reforma Tributária), com finalidade descritiva. Quanto ao plano de coleta de dados, o estudo é fundamentado em documentação indireta e bibliográfica.

O plano de análise e interpretação de dados é abordada pelo método hipotético-dedutivo, pelo estabelecimento de uma hipótese inicial que deve ser confirmada ou refutada ao final.

Além disso, este trabalho opta pelo método procedimental comparativo, para fins de cotejo da Lei das Sociedades por Ações e do Projeto de Lei da Reforma Tributária.

O artigo estrutura-se em três partes: a primeira apresenta a lei da holding (Sociedades por Ações), Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976; a segunda analisa a proposta da reforma tributária, Projeto de Lei nº 2.337 de 2021; e a terceira analisa a viabilidade da implementação de holding com a possível aprovação da reforma tributária.

1 HOLDING PATRIMONIAL

A Holding Patrimonial no Brasil, identificada pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, trouxe às companhias do país a possibilidade de participação de sociedade em outras companhias.

Para Oliveira, a formação de holding no Brasil se originalizou a partir de 1976 com a Lei das Sociedades por Ações, buscando encontrar benefícios fiscais com isenções, através do planejamento tributário e fiscal (OLIVEIRA, 2015).

Art. 2º [...] § 3º A companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades; ainda que não prevista no estatuto, a participação é facultada como meio de realizar o objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais. (BRASIL, 1976).

O próprio parágrafo do artigo da lei, que cita indiretamente a criação de holding, estimula as empresas a aderir ao método empresarial gerando sociedades e assim se beneficiar fiscalmente, através de processos legais.

De acordo com Crepaldi, “[...] a expressão *holding* [...] derivada do verbo *to hold*, [...] significa segurar, manter, controlar, guardar. Sociedade holding, portanto, é aquela que participa do capital social de outras sociedades, podendo ser a níveis suficientes para controlá-las, ou não.” (CREPALDI, p. 267, 2019).

Crepaldi ainda acrescenta de que a expressão holding não é um tipo específico de sociedade ou que tenha alguma legislação, ela apenas suscita sobre as empresas participarem de outras sociedades empresariais (CREPALDI, 2019).

Pode-se entender através de Crepaldi e pela Lei das Sociedades por Ações, de que legalmente não há uma legislação ou estatuto que se refira ao método holding, mas

de que o mesmo abrange a possibilidade de se gerar sociedades com outras empresas que tenham por objetivo comum manter ou controlar o negócio do grupo.

Contudo, para os autores Edna Lodi e João Lodi, o conceito de holding ser moderno, é uma questão filosófica, pois enquanto as empresas que operam estão atribuladas com o mercado que atuam, intenções do cliente, concorrência e problemas de fora, a holding foca no seu interno, para dentro (LODI; LODI, 2011).

Os autores também acrescentam, que o interesse da holding está voltado na produtividade das empresas do grupo e não no produto que ofertam. Assim, seu objetivo está na rentabilidade, e não cabe ciência sobre o que se faz, mas sim sobre fazer o melhor e com segurança (LODI; LODI, 2011).

Entende-se com a lei que trata a holding e os autores acima citados, de que a união dessas empresas tem por objetivo estruturar os negócios de forma com que seja rentável financeiramente, agregando junto a isso, os benefícios que o método empresarial possui por lei.

Todavia, para Oliveira “[...] o principal motivo é que os empresários brasileiros, na maior parte das vezes, simplesmente criam suas holdings para atuar, basicamente, como empreendimentos de serviços.” (OLIVEIRA, 2015, p. 17).

Entretanto, para Edna Lodi e João Lodi, as atividades das holdings são investimentos de fábricas, prestações de serviços, grupos empresariais, e aplicações financeiras, e são nessas empresas que estão formadas as estratégias e planos que viabilizam e controlam sua eficácia. Para isso, a holding precisa sentir e consentir o grupo de empresas, além de ter o conhecimento da disposição e das possibilidades dessas empresas (LODI; LODI, 2011).

Logo, percebe-se que a holding deve ter conhecimento sobre as empresas que fazem parte de si, pois há o investimento financeiro que as companhias do grupo estrategicamente devem tornar viável e eficaz.

Oliveira cita quais as possíveis razões que empresários e gerentes constituem a holding, entre elas, está a representação de acionista como controlador das empresas; simplificação na solução de questões patrimoniais, heranças e sucessões; poder representar todas as empresas do grupo no governo e instituições financeiras, bem

como para reforçar o poder barganha; como facilitador da administração do grupo e; para otimizar o desempenho estratégico (OLIVEIRA, 2015).

Contudo, para Edna Lodi e João Lodi, as holdings passaram a ser constituídas com o objetivo de economia fiscal, que na prática, a transferência de dividendos entre pessoas jurídicas fica isenta de tributação. Os mesmos ainda citam que, algumas vezes a constituição de holding teve por intenção captar dinheiro de reembolso fictício oriundos de quotas e ações, gerando lucro inflacionário e posteriormente recebendo a infeliz surpresa de ter de pagar impostos inúteis (LODI; LODI, 2011).

Vale ressaltar, ainda sobre os autores Edna Lodi e João Lodi, que a palavra “holding” antigamente era considerada como um delito econômico, contaminada de objetivos alarmantes, manipulando capital e utilizado para fins fraudulentos. A utilização da palavra agora limpa tornou-se relativamente recente (LODI; LODI, 2011).

A constituição de holding pode ter diversas opções, mas é necessário buscar entender quais das opções representa o objetivo ideal para solucionar um problema ou para quais estratégias tributárias e fiscais se deseja atingir, desde que de forma legal, sem estar ligada a objetivos de má-fé.

Alternativamente, Oliveira destaca que para alcançar os objetivos, os empresários devem saber os tipos de holding. Entre eles, há a holding pura que é a participação acionária em outras empresas, mesmo que seja minoritária; há também a holding operacional, que desenvolve atividades como de produção e comercialização; existe a holding mista, que desenvolve atividades operacionais, mas também serviços de organização, planejamento estratégico, RH, jurídico e outros métodos e; a holding híbrida, que é caracterizada para casos específicos como questões operacionais ou fiscais (OLIVEIRA, 2015).

O autor ainda acrescenta que, mais importante do que o tipo de holding que será desenvolvido, é a filosofia de administração que a empresa deve adaptar, levando em consideração o alcance dos resultados esperados (OLIVEIRA, 2015).

Desta forma, entende-se que para escolher qual o tipo de holding deverá ser desenvolvido, é necessário buscar entender quais resultados são esperados, para então analisar qual irá se tornar a melhor opção.

A lei que dá vigor a holding retrata sobre possíveis benefícios fiscais e até mesmo apenas para objeto social, mas para a tomada de decisão, deve-se analisar também quais são as principais vantagens, bem como as desvantagens do desenvolvimento e geração de uma holding.

Sendo assim, Oliveira apresenta quais são as vantagens da criação de uma empresa holding:

- a. Quanto aos aspectos econômico-financeiros:
 - maior controle acionário com recursos reduzidos, principalmente quando se consideram as várias atividades corporativas que podem ser centralizadas [...]
 - custos menores pela possibilidade de melhor interação das atividades operacionais entre as empresas controladas;
 - redução nas dificuldades de fusão e incorporação pela administração mais interativa entre as empresas controladas;
 - isolamento das dívidas das afiliadas, pois cada empresa pode ter sua vida própria;
 - expansão de negócios rentáveis, apesar do insucesso de outras associadas, pois cada empresa afiliada pode ser considerada isoladamente. Essa situação se extrapola para o caso das unidades estratégicas de negócios [...]
 - concentração do poder econômico do acionista controlador na holding, o que corresponde a uma situação resultante da própria existência de uma empresa holding; e
 - maximização da garantia na aplicação de capital, se todas as empresas forem lucrativas, principalmente quando existe a abordagem financeira do caixa único inerente as diversas empresas afiliadas.
- b. Quanto aos aspectos administrativos:
 - flexibilidade e agilidade nas transferências e alocações de recursos dentro do grupo e entre as empresas afiliadas à holding, sem a necessidade de ouvir os sócios e/ou acionistas minoritários;
 - enxugamento das estruturas ociosas das empresas afiliadas, relativamente aos serviços comuns a todo o grupo, principalmente no caso de holding mista;
 - centralização de alguns trabalhos, com possibilidade de redução das despesas operacionais. Essa situação reforça-se no caso da administração corporativa [...]
 - maior poder de negociação na obtenção de recursos financeiros e nos negócios com terceiros;
 - uniformidade administrativa e de procedimentos de rotina em todas as empresas afiliadas;
 - centralização das decisões financeiras, aumentando o poder de barganha das empresas afiliadas;
 - centralização de diretrizes e decisões do grupo empresarial, que proporcionam maior agilidade decisória e homogeneidade de atuação; e
 - descentralização de tarefas de execução entre as empresas afiliadas.
- c. Quanto aos aspectos legais, que podem contribuir para a otimização do planejamento fiscal e tributário:

- melhor tratamento de exigências setoriais – considerando setores específicos da economia – pois podem ser usufruídos, por exemplo, alguns incentivos fiscais específicos e momentâneos; e
- melhor tratamento de exigências regionais pela maior interação com determinadas realidades regionais [...] (OLIVEIRA, 2015, p. 19).

Observa-se que há várias vantagens ao aderir uma empresa holding pois econômica e financeiramente falando, algumas atividades podem ser centralizadas, a interação das atividades operacionais pode reduzir custos e tem a possibilidade de separação de dívidas e expansão de negócios individualizada.

Na parte administrativa, as holdings são positivas também por poder transferir e alocar recursos dentro do grupo, utilizar estruturas desocupadas por outras empresas do grupo, centralizar algumas atividades com a intenção de reduzir despesas operacionais, e maior poder de negociação e de barganha.

As holdings também se beneficiam através de planejamento fiscal e tributário, de incentivos fiscais específicos à atividade, bem como há também tratamento diferenciado de acordo com as regiões em que o grupo está localizado.

O autor Oliveira ainda destaca que é possível haver desvantagens ao desenvolver uma empresa holding, e que a método de atuação e decisão compete aos empresários e essa decisão pode enfocar-se nos seguintes aspectos:

- Quanto à sociedade, devem ser considerados seus aspectos de composição acionária, bem como de estilo e cultura organizacional – conjunto de crenças, valores e princípios éticos – não se esquecendo da identificação da real vocação do grupo de sócios na empresa holding;
- Quanto aos aspectos estratégicos, o executivo deve considerar, pelo menos, o debate e a consolidação das estratégias de diversificação e de desenvolvimento dos negócios;
- Quanto aos aspectos administrativos, os itens mínimos a serem considerados são os inerentes à estrutura organizacional, aos recursos humanos (capacitação, atuação, desempenho etc.) e aos sistemas de informações gerenciais (tanto em nível estratégico, quanto tático-operacional);
- Quanto aos aspectos inerentes aos resultados a serem apresentados, devem ser consideradas, no mínimo, as análises de aproveitamento de recursos, os custos e as margens proporcionadas, bem como os retornos esperados e apresentados;
- Quanto as unidades estratégicas de negócios, considerar suas divisões por empresa, segmento, produto etc., de tal forma que os resultados possam ser mais bem planejados, organizados, dirigidos e avaliados. Esse é um aspecto de tal relevância no tratamento das empresas holding que é necessário ter uma análise e um desenvolvimento específico;

- Quanto à administração corporativa, considerar a interação e coordenação de diversos negócios diversificados em maior ou menor intensidade. (OLIVEIRA, 2015, p. 21).

Portanto, com os aspectos acima citados do autor, pode-se analisar de que é de suma importância analisar a cultura da empresa, os negócios, o capital humano e os sistemas de informações, fazer análises de recursos, custos e retornos, como as empresas do grupo serão organizadas e planejadas e, qual será a diversidade e intensidade dos negócios.

Desta forma, a lei que retrata a empresa holding, menciona sobre a possibilidade de empresas poderem participar de outras sociedades empresariais, com o possível objetivo de se beneficiar de incentivos fiscais, porém, a viabilidade da vantagem de holding por esse motivo, pode-se tornar uma desvantagem, devido a probabilidade do projeto de lei – que será estudado na próxima seção – que tem por intuito a reforma tributária, se aprovado, o que influencia diretamente nos incentivos fiscais que estimulam a criação da holding.

2 PROJETO DE LEI 2.337/21 E A REFORMA TRIBUTÁRIA

Devido a desatualização do sistema tributário atual no Brasil e o excesso de impostos pagos tanto de pessoa física quanto de pessoa jurídica, observou-se a necessidade de uma simplificação desse sistema, surgindo então o Projeto de Lei 2.337/21 que trata a Reforma Tributária.

Para Rocha, as recentes discussões sobre a necessidade de uma reforma tributária no Brasil, está ligada à isenção legal sobre a distribuição de lucros das pessoas jurídicas. O autor reforça que desde 1996 os lucros e dividendos distribuídos por pessoas físicas e jurídicas oriundos do resultado por pessoas jurídicas nas quais o beneficiário detenha participação, estão isentas de imposto de renda (ROCHA, 2021).

Neste parâmetro o projeto de lei “[...] altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.” (BRASIL, 2021).

O projeto de lei da reforma tributária está dividido em dez capítulos, iniciando pelas disposições preliminares, exposta no parágrafo anterior, seguindo no Capítulo II com a distribuição aos sócios e acionistas, onde apresenta na Seção I os juros sobre o capital próprio dando ênfase ao

Art. 2º A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 9º A pessoa jurídica poderá deduzir, até 31 de dezembro de 2021, para fins da apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, os juros pagos ou creditados de modo individualizado ao titular, aos sócios ou aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. (BRASIL, 2021).

Desta forma, com a aprovação do projeto de lei, as pessoas jurídicas terão até o último dia de 2021 para fazer a apuração do lucro e creditar aos sócios e acionistas os resultados como remuneração de capital próprio, sem estarem obrigados a pagar o imposto que se trata no projeto.

Seguindo a estrutura do projeto de lei, na Seção II é abordado quanto a distribuição de lucros e dividendos, alterando a Lei 9.249/95:

Da distribuição de lucros e dividendos

Art. 3º A Lei nº 9.249, de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10-A. A partir de 1º de janeiro de 2022, os lucros ou dividendos pagos ou creditados sob qualquer forma pelas pessoas jurídicas ficarão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza retido na fonte à alíquota de vinte por cento na forma prevista neste artigo.

[...] § 9º Na hipótese de beneficiário pessoa jurídica domiciliada no País, o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza poderá ser compensado com o Imposto retido na fonte por ela devido na forma prevista neste artigo, calculado sobre as distribuições de seus próprios lucros ou dividendos.

§ 10. A incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de que trata o caput incluirá os lucros ou dividendos distribuídos a beneficiários de todas as espécies de ações previstas no art. 15 da Lei nº 6.404, de 1976, ainda que a ação seja classificada em conta de passivo ou que a remuneração seja classificada como despesa financeira na escrituração comercial.

§ 11. O aumento de capital social das pessoas jurídicas por meio de incorporação de lucros ou reservas não ficará sujeito à tributação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza retido na fonte, ressalvadas as hipóteses em que:

I - nos cinco anos anteriores à data da incorporação dos lucros ou das reservas, a pessoa jurídica restituir capital ao titular, sócio ou acionista, hipótese em que o valor capitalizado será considerado, até o montante da redução do capital

social, como lucro ou dividendo distribuído, sujeito à tributação na fonte na forma prevista neste artigo; ou

II - nos cinco anos subsequentes à data da incorporação dos lucros ou das reservas, a pessoa jurídica restituir capital social ao titular, sócio ou acionista, por meio da redução do capital social ou, na hipótese de liquidação, sob a forma de partilha do acervo líquido, hipótese em que o valor restituído será considerado, até o montante do valor capitalizado, como lucro ou dividendo distribuído, sujeito à tributação na fonte na forma prevista neste artigo.

[...] § 14. Não serão dedutíveis na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL os lucros ou dividendos pagos ou creditados a beneficiários de qualquer espécie de ação prevista no art. 15 da Lei nº6.404, de 1976, ainda que classificados como despesa financeira na escrituração comercial.

§ 15. Os lucros das filiais, sucursais, agências ou representações no País de pessoas jurídicas com sede no exterior, apurados a partir de 1º de janeiro de 2022, serão considerados automaticamente percebidos pela matriz na data de encerramento do período de apuração e ficarão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza retido na fonte à alíquota de vinte por cento.

§ 16. Na hipótese de extinção por dissolução e liquidação, a parcela do acervo líquido a ser devolvida ao titular ou aos sócios da pessoa jurídica correspondente aos lucros e às reservas de lucros não distribuídos será tributada na forma prevista neste artigo.

§ 17. Os rendimentos pagos ou creditados ao sócio ou acionista ou ao titular da pessoa jurídica a título de lucros ou dividendos que não tenham sido apurados com base na escrituração mercantil serão submetidos à tributação na forma prevista no art. 61 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

§ 18. O disposto neste artigo aplica-se a todas as pessoas jurídicas, inclusive àquelas tributadas com base no lucro presumido ou no lucro arbitrado e às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006.

§ 19. A isenção da incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza a que se refere o art. 14 da Lei Complementar nº 123, de 2006, aplica-se aos lucros ou dividendos pagos ou creditados até 31 de dezembro de 2021. (NR)" (BRASIL, 2021).

Analisando a citação acima, caso o projeto de lei seja aprovado, a partir do primeiro dia do ano de 2022, todo lucro ou dividendo pagos a pessoas jurídicas estarão sujeitas de incidência de Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza retidos na fonte sobre a alíquota de 20%.

O § 9 do art. 10-A da Lei 9.249/95 que se refere no art. 3º do Projeto de Lei 2.337/21, salienta que no caso do beneficiário ser pessoa jurídica, o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza poderão ser compensados com o imposto retido na fonte, calculado sobre a distribuição dos lucros.

Já o § 10 diz respeito a tornar incidente de Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de lucros e dividendos distribuídos aos beneficiários do art. 15 da

Lei 6.404/76, onde “as ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição” (BRASIL, 1976).

O § 11 retrata que ficará alterado o aumento de capital social das pessoas jurídicas através de lucros ou reservas, onde não estarão sujeitas a tributação, exceto que nos cinco anos anteriores da incorporação dos lucros for realizado a restituição de capital social de sócio, onde o valor considerado estará sujeito a tributação. Também estará sujeito à tributação no caso dos cinco anos subsequentes da incorporação dos lucros ou reservas for restituído sócios com partilha do lucro ou dividendo.

Na sequência, o § 14 enfatiza que não será dedutível da apuração do lucro real e base de cálculo da CSLL os lucros ou dividendos pagos aos beneficiários da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76, desde que considerado como despesa financeira.

O § 15, destaca que as empresas filiais que a sede seja do exterior, também estarão sujeitas a incidência de 20% de Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza sobre o lucro.

Já o § 16 faz ressalva para os casos de empresas extintas através de dissolução ou liquidação, onde a divisão do acervo líquido correspondentes aos lucros devolvidas aos sócios também serão tributadas conforme previsto no artigo, sobre a incidência de 20% sobre o valor.

O próximo parágrafo, § 17, destaca que, os rendimentos pagos aos sócios e acionistas e que não foram destacados na escrituração, se submeterão a incidência de 35%, conforme cita o artigo 61 da Lei 8.981/95¹.

O § 18 faz referência que todas as empresas, optantes pelo lucro real, presumido, arbitrado ou Simples Nacional (ancoradas pela Lei Complementar 123/06) estarão sujeitas as aplicações deste artigo com a aprovação do presente projeto de lei.

Finalizando as alterações do art. 10-A, o § 19 coloca como data limite o último dia de 2021, os beneficiários do art. 14 da LC 123/06² com a isenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

¹ Fica sujeito à incidência do Imposto de Renda exclusivamente na fonte, à alíquota de trinta e cinco por cento, todo pagamento efetuado pelas pessoas jurídicas a beneficiário não identificado, ressalvado o disposto em normas especiais (BRASIL, 1995).

² Consideram-se isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, os valores efetivamente pagos ou distribuídos ao titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno

Entende-se dessa maneira que o projeto de lei tem por objetivo inserir imposto para toda transferência decorrente da pessoa jurídica para a pessoa física, sendo a última sócia ou acionista da empresa, como forma de distribuição de lucro ou dividendo.

O projeto também busca esclarecer que nos casos em que houver a distribuição entre sócios e acionistas e não for registrado na escrituração contábil da empresa, a incidência do imposto aumenta 15% acima do valor proposto em regra (20%), totalizando em 35%.

Para casos em que sócios e/ou acionistas buscarem formas de se beneficiar através da distribuição, o projeto de lei também ressalta na Seção III do Capítulo II quanto a distribuição disfarçada de lucros onde:

Art. 4º O Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 60. [...]

I - aliena, por valor inferior ao de mercado, bem ou direito a pessoa ligada;

II - adquire, por valor superior ao de mercado, bem ou direito de pessoa ligada;

III - perde, em decorrência do não exercício de direito à aquisição de bem ou direito e em benefício de pessoa ligada, sinal, depósito em garantia ou importância paga para obter opção de aquisição;

[...]

V - empresta dinheiro a pessoa ligada se, na data do empréstimo, possua lucros acumulados ou reservas de lucros, apurados a partir de janeiro de 2022;

VI - paga a pessoa ligada aluguéis, royalties, juros ou assistência técnica em montante que exceda o valor de mercado;

VII - realiza com pessoa ligada qualquer outro negócio em condições de favorecimento, assim entendidas condições mais vantajosas para a pessoa ligada do que as que prevaleçam no mercado ou em que a pessoa jurídica contrataria com terceiros;

VIII - perdoa dívida de pessoa ligada; e

IX - licencia, cede ou institui direito para pessoa ligada ao realizar negócio em condições de favorecimento, na forma prevista no inciso VII.

[...] (BRASIL, 2006).

c) o cônjuge, o companheiro e os parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, do sócio pessoa física [...]

“Art. 62-A. Além das hipóteses previstas no art. 60, os gastos não necessários à atividade da pessoa jurídica e à manutenção da fonte produtora realizados em benefício da pessoa ligada são presumidos como distribuição disfarçada de lucros, tais como os gastos com:

I - aquisição, contraprestação de arrendamento mercantil ou aluguel de:

a) meio de transporte utilizado no deslocamento da pessoa ligada; ou

b) imóvel cedido para uso da pessoa ligada;

II - conservação, custeio e manutenção dos bens a que se refere o inciso I;

III - aquisição de alimentos ou de outros bens para uso pela pessoa ligada;

porte optante pelo Simples Nacional, salvo os que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados (BRASIL, 2006).

IV - escolas, planos de saúde, clubes e assemelhados; e
V - salários e encargos sociais de empregados postos à disposição ou cedidos pela pessoa jurídica à pessoa ligada.
Art. 5º O disposto nos art. 60 a art. 62-A do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, aplica-se às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido ou no lucro arbitrado e às microempresas e empresas de pequeno porte optantes [...] Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. (BRASIL, 2021).

Diante o exposto acima, caso o projeto de lei seja aprovado, as alterações do Decreto-Lei 1.598/77 busca não deixar lacunas para que se tenha proveito de outras formas de uma possível distribuição dos lucros para sócios ou pessoas ligadas, como cônjuge e parentes de até terceiro grau.

Torna-se importante evidenciar que procedimentos como os citados acima, podem ser consideradas práticas de evasão fiscal, conforme cita o autor Quintanilha “consiste na fraude à lei, na prática do ilícito tributário. Caracteriza-se como crime” (QUINTANILHA, p. 181, 2021).

A aprovação do Projeto de Lei 2.337/2021 interferirá profundamente nos benefícios fiscais que atualmente ainda existem e que são muito utilizados por empresas que realizam o planejamento tributária através da elisão fiscal, que será abordado na próxima seção através de uma análise de comparação.

3 VIABILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE HOLDING APÓS A APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI 2.337/21

Nesta seção será analisado a viabilidade de implementação de holding (Lei 6.404/1976, art. 2, § 3) com a possibilidade da aprovação do Projeto de Lei nº 2.337 de 2021, que pondera a alteração da incidência do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza da Lei 9.249/1995, art. 10.

A atual prática das empresas formarem grupos para desenvolvimento de holding, além de ser positivo para os aspectos econômico-financeiro e administrativo, é também utilizado como uma prática legal para se beneficiar fiscalmente através de do planejamento tributário.

De acordo com Quintanilha, o planejamento tributário é uma estratégia empresarial com a intenção de pagar menos tributos e é fundamental para o funcionamento de uma empresa, desde que tenha como base o princípio da legalidade tributária¹. Se o tributo não possuir previsão legal, não incumbirá a exigência tributária (QUINTANILHA, 2021).

Paulsen traz outro conceito ao planejamento tributário, que consiste na análise e adoção de opções legais, com o intuito de diminuir, afastar ou diferir a responsabilidade tributária, e ainda acrescenta que o planejamento tributário é sinônimo de elisão fiscal (PAULSEN, 2021).

Portanto, pode-se entender que a implementação de holding é um exemplo de planejamento tributário, pois não há estatuto ou legislação que regulariza a mesma, apenas há a possibilidade de pessoas jurídicas poderem participar de ações de outras pessoas jurídicas e usufruir dos benefícios sem cometer evasão fiscal, já que, se não há base legal, não estará sujeita a obrigação tributária.

Para Quintanilha, a evasão é uma prática ilegal e criminoso, que consiste em fraudar a lei, onde o contribuinte exclui ou entrega informações falsas ao fisco em relação ao tributo, com a intenção de se absolver do pagamento (QUINTANILHA, 2021).

Já para Silvio Crepaldi e Guilherme Crepaldi, a evasão consiste na lesão ilícita, não pagando o tributo devido, ou pagando menos que o correto, por decisão própria ou negligência. O autor acrescenta que a evasão proposital pode ocorrer por sonegação ou por fraude, onde a primeira seria o não pagamento do tributo, e a fraude seria criar formas de afastar a incidência do tributo (CREPALDI; CREPALDI, 2019).

Percebe-se diante o exposto, de que o planejamento tributário pode ser considerado uma prática de elisão fiscal, como é o caso das holdings se beneficiarem através da isenção de imposto sobre a distribuição de lucros, através da busca de formas legais de se beneficiar fiscalmente, sem praticar o ato ilegal que é a evasão fiscal.

¹ Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça. (BRASIL, 1988).

Todavia, a prática da distribuição de renda e proventos de qualquer natureza sem a incidência de imposto acarreta várias discussões e contrapartidas, tanto é que se tornou objetivo principal do projeto de lei que altera tal legislação.

Segundo Rocha, o art. 10 da lei 9.249/1995 tem passado por muitas críticas, pois trata-se de um benefício tributário que favorece sócios e acionistas que recebem rendimentos de capital de pessoa jurídica, como lucros e dividendos. O autor também acrescenta que a constatação ocorre devido a evidência de que os rendimentos de trabalho de pessoa física são tributados, inclusive onde a maior alíquota é de 27,5% sobre a renda (ROCHA, 2021).

De acordo com o artigo “A Reforma Tributária Necessária”, a isenção dos lucros e dividendos que são distribuídos aos sócios e acionistas das pessoas jurídicas gerou uma desigualdade perante as outras pessoas físicas que tem seus rendimentos oriundos do trabalho (ANFIP; FENAFISCO, 2018).

Esse benefício encontrado na Lei nº 9.249 de 1995, art. 10, acaba beneficiando somente sócios e acionistas (pessoa física e/ou pessoa jurídica), através da distribuição dos lucros, onde não há limite de valor bem como imposto a ser deduzido. Ao contrário, o restante da população que se encaixa à Instrução Normativa nº 2010 de 2021¹, está sujeita a incidência de imposto de renda.

Resgatando a seção 1 deste trabalho que se refere às holdings, e a seção 2 que se refere à Reforma Tributária e até então o benefício da isenção tributária do imposto sobre a renda pode-se observar conforme a Ilustração abaixo que:

Ilustração 1: Incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza sobre a distribuição de lucros e dividendos

Lei nº 9.249 de 1995	Projeto de Lei 2.337 de 2021
Art. 10. Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integrarão a	Art. 10-A. A partir de 1º de janeiro de 2022, os lucros ou dividendos pagos ou creditados sob qualquer forma pelas pessoas jurídicas ficarão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza retido na fonte à alíquota de vinte

¹ Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2021, ano-calendário de 2020, pela pessoa física residente no Brasil, e altera a Instrução Normativa SRF nº 81, de 11 de outubro de 2001 (BRASIL, 2021).

base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior (BRASIL, 1995).	por cento na forma prevista neste artigo (BRASIL, 2021).
--	--

Fonte: produção do pesquisador.

Sendo assim, com o objetivo do Projeto de Lei nº 2.337 de 2021, o benefício do art. 10 da Lei 9.249/1995 ficará extinto a partir da data proposta no projeto (01/01/2022), e as pessoas jurídicas, sócias de outras empresas ficarão sujeitas à incidência do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza retido na fonte à alíquota de 20%.

Desde 1996 sócios pessoa física e jurídica vêm se beneficiando através da isenção de imposto de renda sobre divisão dos lucros de empresas, cujo regime de tributação é lucro real, presumido ou arbitrado.

Com a aprovação do projeto de lei da reforma tributária, todos os sócios estarão sujeitos a incidência de imposto sobre a distribuição dos lucros. Todavia, observa-se que no art. 3º da Seção II do Projeto de Lei da Reforma Tributária que trata a distribuição de lucros e dividendos, terá alteração na lei 9.249/95, onde:

§ 4º Os lucros recebidos por pessoas físicas residentes na República Federativa do Brasil pagos ou creditados por microempresas ou empresas de pequeno porte, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ficam isentos da incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza até o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ao mês.

§ 5º Na hipótese de a microempresa ou a empresa de pequeno porte efetuar pagamento a beneficiários que sejam considerados pessoas ligadas, será considerado o conjunto de beneficiários para a aplicação do limite de que trata o § 4º.

§ 6º Para fins do disposto no § 5º, os sócios da pessoa jurídica que sejam cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, serão considerados pessoas ligadas.

§ 7º Na hipótese de os lucros excederem o limite de que trata o § 4º, o valor excedente ficará sujeito à incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza na forma prevista neste artigo.

§ 8º A pessoa física que receber, no mês, lucros de mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006, cujo total exceda o limite de que trata o § 4º, deverá recolher o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza calculado com base na alíquota de vinte por cento sobre o valor excedente [...] (BRASIL, 2021).

Ressalva-se desta forma, que a alteração da lei faz referência aos sócios de microempresas e empresas de pequeno porte que são beneficiadas pela Lei

Complementar 123/2006 e estarão isentos da incidência de imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, caso a distribuição do lucro seja de até R\$ 20.000,00 ao mês.

Importante observar que caso a pessoa for sócia de uma empresa com o mesmo regime de tributação, no caso Simples Nacional e receba renda oriunda de distribuição de lucros, com valor acima do estipulado em regra, a mesma irá pagar imposto sobre a renda de 20% referente ao valor excedido, conforme regulamente a proposta.

Como pode-se analisar, a alteração que o projeto de lei trouxe, faz referência a manutenção da isenção de imposto sobre a renda e proventos somente aos sócios pessoas físicas, dessa forma, deve-se levar em consideração, conforme a Resolução CGSN Nº 140, de 22 de maio de 2018, que:

Art. 82. A alteração de dados no CNPJ, informada pela ME ou EPP à RFB, equivalerá à comunicação obrigatória de exclusão do Simples Nacional nas seguintes hipóteses: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 30, § 3º)

I - alteração de natureza jurídica para sociedade anônima, sociedade empresária em comandita por ações, sociedade em conta de participação ou estabelecimento, no Brasil, de sociedade estrangeira;

[...]

III - inclusão de sócio pessoa jurídica [...] (BRASIL, 2018).

Portanto, o que ocorre nesse caso, se as empresas beneficiadas pela lei complementar 123/2006 passarem a optar pela natureza jurídica de sociedade por ações e incluir sócio pessoa jurídica, automaticamente será excluída dessa modalidade tributária, pois a mesma lei complementar também regulamenta em seu art. 3º que:

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12¹ desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

[...]

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica. (BRASIL, 2006).

Na prática, as holdings são regidas pelo § 3º do art. 2º da Lei 6.404/1976 que é a Lei das Sociedades por Ações, estando em oposição ao inciso I, bem como ao inciso III

¹ Art. 12. Fica instituído o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional (BRASIL, 2006).

do art. 82 da Resolução CGSN Nº 140/2018 que faz referências aos sócios pessoas jurídicas, não se enquadrando aos padrões do art. 3º, § 4º, incisos I e VII da lei complementar 123/2006.

Portanto, cabe entender que as holdings não terão alternativas, e que seus sócios e acionistas pessoas jurídicas perderão o benefício da isenção de imposto sobre a distribuição de lucros, visto que apenas as empresas beneficiadas pela lei complementar 123/2006 serão contempladas, respeitando o limite mensal proposto pela reforma tributária.

CONCLUSÃO

Este estudo teve como tema a análise de Viabilidade de Implementação de Holding com a Proposta da Reforma Tributária, com o objetivo de responder em que medida é viável implementar holding com a aprovação da proposta da reforma tributária.

Apresentando as leis necessárias para a análise deste estudo, a hipótese apresentada se confirmou, através da dedução de que o projeto de lei, caso aprovado, trará grande impacto na distribuição de lucros dos sócios e acionistas pessoas jurídicas de outras empresas, formadas pela holding.

Visto que, atualmente as pessoas jurídicas que compõe a sociedade das holdings usufruem do benefício da isenção de imposto sobre a distribuição de lucros, e que a proposta do projeto de lei que trata a reforma tributária, altera a alíquota para 20% de imposto sobre a renda para o caso de distribuição dos lucros e proventos de empresas.

O projeto de lei da reforma tributária busca manter o benefício da isenção fiscal apenas para as empresas que estão enquadradas no regime de tributação do Simples Nacional, que se encaixam como microempresa ou empresa de pequeno porte, onde podem mensalmente realizar a distribuição de lucros e proventos em até R\$ 20.000,00, sem estar obrigado a pagar imposto.

Desta forma o grupo holding não pode aderir ao regime de tributação que manterá o benefício, que é o Simples Nacional, pois de acordo com a legislação, não pode ter sócios pessoas jurídicas, nem possuir natureza jurídica de sociedade por ações, que é a lei que refere as holdings.

Contudo, conclui-se que com o objetivo do projeto de lei da reforma tributária em incidir alíquota de imposto sobre a renda para a distribuição de lucros e proventos, as holdings perderão o atual benefício fiscal, e dessa forma, constata-se que a implementação de holding se torna inviável com a aprovação do projeto da reforma tributária e a taxaço de imposto sobre essa prática.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E FEDERAÇÃO NACIONAL DO FISCO ESTADUAL E DISTRITAL. **A Reforma Tributária Necessária: Diagnóstico e premissas**. Brasília: Plataforma Política Social, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 123**, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art88>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 21 set. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 9.249**, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9249.htm>. Acesso em: 21 set. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei Nº 2.337**, de 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2034420&filenome=PL+2337/2021>. Acesso em: 21 set. 2021.

COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL. **Resolução CGSN N. 140**, de 22 de maio de 2018. Dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples

Nacional). Disponível em:

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?naoPublicado=&idAto=92278&visao=compilado>>. Acesso em: 21 set. 2021.

CREPALDI, Sílvio. **Planejamento Tributário**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019

CREPALDI, Sílvio; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade Fiscal e Tributária**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

LODI, Edna Pires; LODI, João Bosco. **Holding**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Holding, Administração Corporativa e Unidade Estratégica de Negócio**: uma abordagem prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

QUINTANILHA, Gabriel Sant'Anna. **Manual de Direito Tributário**. 1. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Instrução Normativa RFB N. 2010**, de 24 de fevereiro de 2021. Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2021, ano-calendário de 2020, pela pessoa física residente no Brasil, e altera a Instrução Normativa SRF nº 81, de 11 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?naoPublicado=&idAto=115476&visao=compilado>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

ROCHA, Wesley. **Reforma Tributária em Pauta**. São Paulo: Almedina, 2021.